

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP

Victória Chaves Cardoso

Minha vida, meus mortos, meus caminhos tortos, meu sangue latino:  
Cartografias da Proteção Social e das Resistências à Pandemia da Covid-19

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

SÃO PAULO, SP

Junho, 2024

Victória Chaves Cardoso

Minha vida, meus mortos, meus caminhos tortos, meu sangue latino:  
Cartografias da Proteção Social e das Resistências à Pandemia da Covid-19

Dissertação apresentada à banca  
examinadora da Pontifícia Universidade  
Católica de São Paulo, como exigência  
parcial para obtenção do título de Mestre.  
**Orientadora:** Profa. Dra. Mariangela  
Belfiore Wanderley

SÃO PAULO, SP

Junho, 2024

## FICHA CATALOGRÁFICA

Sistemas de Bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -  
Ficha Catalográfica com dados fornecidos pelo autor

Cardoso, Victória  
Minha vida, meus mortos, meus caminhos tortos, meu sangue latino: Cartografias da Proteção Social e das Resistências à Pandemia da Covid-19. / Victória Cardoso ; . -- São Paulo: [s.n.], 2024.  
107p. il. ; cm.

Orientador: Profa. Dra. Mariangela Wanderley.  
Dissertação (Mestrado)-- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social.

1. Movimentos Sociais. 2. Pandemia da Covid-19. 3. Resistências. I. , . II. Wanderley, Profa. Dra. Mariangela . III. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. IV. Título.

CDD

## FOLHA DE APROVAÇÃO

Defesa da dissertação de mestrado de Victoria Chaves Cardoso, intitulada: Minha vida, meus mortos, meus caminhos tortos, meu sangue latino: Cartografias da Proteção Social e das Resistências à Pandemia da Covid-19 orientada pela Professora Dra. Mariangela Belfiore Wanderley, apresentado à banca examinadora designada pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCSP, em 05 de Abril de de 2024. Os membros da Banca Examinadora consideraram a candidata: \_\_\_\_\_.

Banca Examinadora

(Assinatura) \_\_\_\_\_

(Titulação/nome/instituição) \_\_\_\_\_

(Assinatura) \_\_\_\_\_

(Titulação/nome/instituição) \_\_\_\_\_

(Assinatura) \_\_\_\_\_

(Titulação/nome/instituição) \_\_\_\_\_

(Assinatura) \_\_\_\_\_

(Titulação/nome/instituição) \_\_\_\_\_

*à Paola e à memória de sua mãe, pela inspiração constante na luta e por serem parte da motivação deste trabalho.*

*à Sarah, minha querida amora, que me deixou em presença física durante a escrita deste trabalho, enquanto cartografava as dificuldades dos territórios periféricos, minha companheira das lutas, afetos e indignações.*

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, agradeço a meus queridos amigos e companheiros Mãe e Pai! Agradeço o incentivo, desde o início da vida, ao estudo, pelo esforço que sempre dedicaram à minha formação e por sempre apoiarem minhas escolhas profissionais e pessoais com tanto orgulho e carinho.

À todas as professoras e professores do Curso de Mestrado em Serviço Social da PUC-SP, em especial, minha orientadora Prof. Mariangela pelo suporte dado ao longo do mestrado em diversas questões, se colocando como uma parceira na construção para finalização deste processo, e também, a Professora Rosangela Paz, que me acolheu no NEMOS durante o percurso acadêmico, me possibilitando trocas significativas e reflexões que compõe este trabalho.

Agradeço imensamente as amigas que compõe a família que construí ao longo dos anos, Gabriela, Vitória e Luiza, por todo carinho e por me acompanharem nessa jornada intensa, pelo incentivo e pela presença em tantas transformações vivenciadas até a conclusão desse trabalho, o fortalecimento dos laços com vocês, sem dúvida possibilitou chegar até aqui. Agradeço profundamente à Cari, por ser sempre uma parceira em minha vida, inclusive neste momento da escrita que não se concluiria sem a sua dedicação, parceria e as contribuições realizadas no trabalho, e também por todo carinho e acolhimento mesmo quando as chamadas de vídeo em momentos de “desespero” eram feitas fusos horários tão diferentes. À Ariane, por ser uma presença de afeto, amor e parceria que possibilitou passar por tantos momentos de dificuldade e sempre me apoiou em não desistir, sendo uma companheira em todas as horas. Agradeço profundamente as diversas formas de apoio, a companhia nas madrugadas de estudo, o interesse, a escuta, as partilhas e a presença tão cheia de motivação e amor.

Essa dissertação sem dúvida é fruto de muitos processos de coletividade, por isso agradeço muito à Naira e Ana, que me receberam em seu lar em São Paulo para realizar as orientações e tornaram esses momentos de trocas afetivas e o acolhimento tão carinhoso e familiar! Agradeço muito também as amigas Marcela e Juliana, que compartilharam suas pesquisas, sugestões e que sempre buscaram ajudar, ouvir e perguntar sobre a pesquisa com carinho e interesse, tornando esse processo menos solitário e mais leve. Meu agradecimento imenso também à Jana, que foi muito além de uma colega de trabalho, e se tornou uma amiga e parceira

durante toda essa caminhada, com seu apoio e incentivo que em muitos momentos me deram a força necessária para voar cada vez mais alto.

Aos/as representantes dos movimentos participantes, por suas contribuições e por suas resistências. Especialmente à minha amiga e colega de profissão Paola, que por sua luta inspirou muito este trabalho e me acompanhou em muitos momentos para que essa dissertação existisse e pudesse refletir com profundidade as temáticas apresentadas.

*“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES)- Modalidade II no período de 2021/02 até 2022/02 e também com apoio da Fundasp através do edital de Bolsas Filantrópicas da Fundação São Paulo (Pós-Graduação - *Stricto Sensu*) no período de 2023/02.*

## RESUMO

O estudo aqui apresentado é a síntese do processo acadêmico construído durante o Mestrado em Serviço Social no Programa de Pós-graduação da PUC-SP e da execução do projeto de pesquisa “*Resistências e Insurgências: Uma cartografia das organizações políticas brasileiras durante a Covid-19*” submetido à área de concentração Políticas Sociais e Movimentos Sociais do mesmo Programa. O objetivo da pesquisa foi conhecer os movimentos sociais - Avico Brasil, Vida e Justiça e Abravico - que foram organizados durante o período de enfrentamento da pandemia da Covid-19 e suas formas de resistência política frente aos efeitos da crise sanitária no país. Salientamos que os subsídios teóricos e a proposta de pesquisa foram construídos e lapidados durante a participação no Núcleo de Estudo e Pesquisa e em Movimentos Sociais (NEMOS) do PPG da PUC-SP e nos contatos com os movimentos sociais participantes, atores estes fundamentais para o alce das propostas deste estudo. Para o processo de pesquisa e conhecimento dos movimentos e suas lideranças, realizamos uma etapa de mapeamento cartográfico, que norteou as entrevistas semi-estruturadas (com base em um roteiro guia de questões). Além disso, para elaboração das questões do roteiro, uma das lideranças dos movimentos sociais participou do processo de validação e construção, uma vez que o sentido participativo da cartografia conduziu nosso processo de pesquisa e investigação. Também neste sentido, para além da investigação e do mapeamento das ações realizadas pelos movimentos sociais, propomo-nos a desenvolver uma análise histórica e crítica com base no referencial da teoria decolonial latino-americana para compreender a construção da proteção social em nosso país a partir da relação entre territórios explorados e exploradores e, a influência da classe trabalhadora nesse processo. Desta forma, pretendemos que o produto desta cartografia, do processo de pesquisa e da construção da dissertação contribuam para o fortalecimento de produções científicas decoloniais e seus territórios, histórias e resistências, temas estes considerados de grande relevância para o aprimoramento do Serviço Social brasileiro e latino americano.

**Palavras-chave:** Movimentos sociais, Resistências políticas, Cartografia Social, Teoria decolonial, Pandemia da Covid-19.

## RESUMEN

El estudio aquí presentado es la síntesis del proceso académico construido durante la Maestría en Trabajo Social en el Programa de Posgrado de la PUC-SP y la ejecución del proyecto de investigación "Resistencias e Insurgencias: Una cartografía de las organizaciones políticas brasileñas durante la Covid-19" presentado al área de concentración Políticas Sociales y Movimientos Sociales del mismo Programa. El objetivo de la investigación fue conocer los movimientos sociales - Avico Brasil, Vida y Justicia y Abravico - que se organizaron durante el período de enfrentamiento a la pandemia de Covid-19 y sus formas de resistencia política frente a los efectos de la crisis sanitaria en el país. Destacamos que los subsidios teóricos y la propuesta de investigación fueron contruidos y pulidos durante la participación en el Núcleo de Estudio e Investigación en Movimientos Sociales (NEMOS) del PPG de la PUC-SP y en los contactos con los movimientos sociales participantes, actores fundamentales para el alcance de las propuestas de este estudio. Para el proceso de investigación y conocimiento de los movimientos y sus liderazgos, realizamos una etapa de mapeo cartográfico, que orientó las entrevistas semiestructuradas (basadas en un guion de preguntas guía). Además, para la elaboración de las preguntas del guion, uno de los líderes de los movimientos sociales participó en el proceso de validación y construcción, ya que el sentido participativo de la cartografía dirigió nuestro proceso de investigación e indagación. También en este sentido, más allá de la investigación y el mapeo de las acciones realizadas por los movimientos sociales, nos proponemos desarrollar un análisis histórico y crítico basado en el referencial de la teoría decolonial latinoamericana para comprender la construcción de la protección social en nuestro país a partir de la relación entre territorios explotados y explotadores, y la influencia de la clase trabajadora en este proceso. De esta forma, pretendemos que el producto de esta cartografía, del proceso de investigación y de la construcción de la disertación contribuyan al fortalecimiento de producciones científicas decoloniales y sus territorios, historias y resistencias, temas estos considerados de gran relevancia para el perfeccionamiento del Trabajo Social brasileño y latinoamericano. Palabras clave: Movimientos sociales, Resistencias políticas, Cartografía Social, Teoría decolonial, Pandemia de Covid-19.

## SUMÁRIO

|   |            |
|---|------------|
| <b>1 INTRODUÇÃO</b>   | <b>14</b>  |
| <b>2 CARTOGRAFIA DE VÍNCULOS: APROXIMAÇÃO COM OS CONCEITOS DE ONDE PARTIMOS</b>   | <b>22</b>  |
| 2.1 Cartográfica Política e Cartografia Social  | 23         |
| 2.2 As Veias abertas da America Latina: Colonialidade e Decolonialidade   | 28         |
| 2.3 Meu Sangue Latino: Território e Espaço Social   | 31         |
| 2.4 Questão Social, Desigualdades Sociais e Resistências  | 33         |
| <b>3 CARTOGRAFIA DO LUGAR: ESTADO, ECONOMIA E PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL</b>   | <b>45</b>  |
| 3.1 Da Colônia as Fábricas Capitalistas: Proteção Social e Resistências a partir de Marcas Geográficas que Tecem Caminhos | 46         |
| 3.2 Proteção Social e Desigualdade Social na Pandemia: Os Mortos e os Caminhos “Tortos”                                   | 55         |
| 3.3 Impactos da Pandemia nas Políticas de Saúde e Assistência Social  | 61         |
| 3.4 Política Brasileira e Formas de Enfrentamento à Crise Sanitária: Negacionismos e Ativismos                            | 67         |
| <b>4 CARTOGRAFIA DE RESISTÊNCIAS</b>  | <b>74</b>  |
| 4.1 Trajetórias de Lutas e Resistências   | 75         |
| 4.2 Movimentos Sociais e Pandemia   | 83         |
| 4.3 Insurgências Políticas: Mapeamento Cartográfico das Resistências na Pandemia  | 89         |
| <b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>   | <b>97</b>  |
| <b>REFERÊNCIAS</b>  | <b>101</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

*“Pra que amanhã não seja só um ontem com um novo nome”. Emicida*

O ingresso no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUC-SP se deu no segundo semestre de 2021, visando aprofundar conhecimentos teóricos e realizar mediações entre teoria e prática, a partir das experiências profissionais como Assistente Social e da inserção em movimentos sociais. Além desses anseios, o momento vivido era de grandes incertezas e desafios profissionais e pessoais, uma vez que a pandemia da Covid-19 era uma realidade presente na vida de todos e todas nós. Naquele cenário, residir numa metrópole epicentro do vírus e trabalhar com população em situação de rua junto a Política de Assistência Social exigia algum encontro com as esperanças, esta é a motivação da potência. O trabalho profissional como assistente social reafirmava o compromisso com essa profissão e seus desafios e, também, elucidava ainda mais as contradições do mundo desigual, do espaço visto como periférico, da realidade da grande colônia latino-americana que não sustentava politicamente o isolamento social, a vacinação e a valorização da vida de seus povos. Foram inúmeras às vezes que a pergunta veio à mente: Como e porque vivemos assim? Porque não temos direito ao isolamento social, a proteção por parte do Estado e a segurança mínima que uma boa política de vacinação pode nos garantir? Várias e várias idas e vindas do trabalho para casa trouxeram esses e outros questionamentos. Chegaremos ao fim ou seremos o fim?

O início de minha trajetória no Programa de Pós-graduação em Serviço Social coincidiu com um período de isolamento parcial, não víamos nossos amigos, familiares, as reuniões de trabalho não aconteciam mais e as aulas eram remotas. O trabalho técnico e o atendimento à população seguia, cada vez mais numeroso, constante e com novos desafios que se apresentavam a todo momento. Questionamentos como: “Para onde vão pessoas em situação de rua com Covid-19?” se faziam presentes a todo momento. Foi nesse contexto desafiador que encontrei um refúgio no interior da região metropolitana. Foi ali, numa singela casa de madeira, com lareira e um escritório com vista para a rua, que nasceu a ideia de cursar o mestrado. Talvez a cidade grande, o apartamento bem localizado, próximo às paradas de ônibus não pudessem oportunizar esse encontro, mas o cenário do campo, os animais pela rua, o mínimo contato com as crianças que brincavam no

pátio do condomínio, tornou tudo mais leve e possível. Ali, aconteceu um reencontro com a vida e as suas mínimas belezas, dentre elas a paixão pela leitura e pelo estudo. Aulas, grupos de pesquisa, aulas de espanhol, entre um inverno forte acompanhado de sopa, chimarrão e café, pausas para trabalhar na horta, e o despertar ainda mais cedo para rotina de trabalho, que agora exigia mais conduções.

A aprovação no PPGSS pareceu um sopro de vida e a esperança de planejamentos futuros em meio a essa rotina de incertezas, que buscava conforto nas pequenas alegrias do cotidiano. Professoras e colegas de trabalho questionaram o tema da pesquisa buscando entender porque não estudar temáticas já conhecidas como a população em situação de rua? As respostas vinham acompanhadas do sentimento que guiou o processo até o momento atual (janeiro de 2024): a busca pelas resistências, precisamos delas ainda mais hoje! Talvez a leitura aqui apresentada não seja acompanhada de grande rigor científico e da formalidade acadêmica tão presente em nossos espaços. Aqui nas linhas e páginas que se sucedem temos uma aproximação do real cartografado com base na vida material, nos sentimentos, no tempo vivido por nós e na história. Foi assim que nasceu essa cartografia, e por isso apresentamos inicialmente esses elementos para que no percurso da leitura essa metodologia acompanhe o olhar do/da leitor/a, afinal, de onde partimos também precisou ser cartografado e registrado para que nossa caminhada fosse melhor compreendida.

## **O TEMA E O OBJETO DE PESQUISA**

Pesquisadores e pesquisadoras latino-americanos/as têm se ocupado do estudo das ciências políticas, das teorias de Estado e do pensamento social crítico para construir caminhos para um processo de ruptura com a lógica cartesiana, que indica as teorias hegemônicas como explicativas da realidade, classificando países como desenvolvidos e dependentes. Assim, a divisão simplista do mundo, de seus territórios e seus deslocamentos e, por consequência, suas múltiplas expressões da questão social passam a ser questionadas e então, reescritas e reinventadas. Desta forma, o resgate e a formulação de teorias e estudos decoloniais que expliquem a realidade desses territórios (conhecidos como periféricos), a partir de uma visão crítica e macropolítica da realidade, fazem parte desse processo de construir

caminhos metodológicos que conectem passado, presente e futuro em suas totalidades.

Sendo assim, a proposta de estudo apresentada para o Programa de Pós-graduação de Mestrado em Serviço Social era inicialmente intitulada *A Pandemia da Covid-19 e a Materialização de Desigualdades e de Resistências na América Latina*. O objetivo do estudo, naquele momento, era contribuir para fortalecer a produção de conhecimento e a investigação crítica, por meio da metodologia das cartografias sociais que analisem os efeitos e as formas de enfrentamento da crise sanitária no território latino-americano com base em sua formação política e histórica. Por tais motivos, a proposta de estudo foi apresentada para a área de pesquisa Políticas Sociais e Movimentos Sociais, pois a ideia desse mapeamento foi acompanhada da vontade de dar voz às populações, aos movimentos sociais, e também conectar aspectos históricos com a conjuntura atual da crise sanitária.

A realidade material apresentou diversos desafios para o percurso de pesquisa. Inicialmente, almejamos a conexão com movimentos de vários países da América Latina no encontro Latino Americano e caribenho de Mulheres, que aconteceria em 2021 ou 2022 no Brasil. Com as incertezas da pandemia, esse importante espaço de encontro e debate não aconteceu nas datas previstas, cenário que exigiu adequações do objeto de pesquisa nas orientações acadêmicas. Apesar destes desafios, alguns encontros possibilitaram, já no processo de adequação do objeto, cartografar realidades e demandas para a pesquisa científica: os encontros no NEMOS — Núcleo de Estudos e Pesquisa em Movimentos Sociais da PUC-SP que ocorriam semanalmente nas terças-feiras a tarde (remotamente) instigavam a compreensão dos/das participantes a respeito da realidade dos movimentos sociais e suas necessidades de adequação frente à crise sanitária. Outro encontro, que sem dúvida foi crucial para a construção desse estudo que aqui apresentamos, com seus métodos e resultados, foi a fundação da Associação de Vítimas e Familiares da Covid-19 — AVICO Brasil.

A AVICO surge das mãos e ideias de uma pessoa importante na trajetória de formação da pesquisadora em questão. Mas, principalmente, a associação surge da reunião de pessoas em torno de uma mesma dor e indignação: A irresponsabilidade do Estado levou pessoas queridas a óbitos, algumas a viverem com sequelas irreparáveis físicas e psicológicas e levou amigos/as e familiares à necessidade

(quase obrigação) de organização política, num contexto de dor e revolta. Podemos dizer, então, que foi a escuta e a partilha dessa dor e revolta que moldaram o objeto deste estudo, ou talvez, a vontade de possibilitar algum tipo de reparação e conforto aos inconformados com suas perdas. E assim como a história do surgimento dessa organização, o surgimento do nosso objeto de pesquisa se lapidou, até chegar no anseio de conhecer resistências organizadas durante a pandemia, materializado em forma de proposta de estudo cujo objetivo foi cartografar o surgimento de movimentos sociais e suas estratégias de resistência pautadas na discussão política da crise sanitária da Covid-19 no Brasil. Desta forma, iniciamos o percurso de apropriação da teoria e posteriormente de escrita a partir da possibilidade de desvelar e desafiar o debate sobre as estruturas de poder históricas que perpetuam desigualdades e vulnerabilidades sociais, bem como compreender as dinâmicas sociais, as respostas políticas em diferentes momentos históricos, para que, por fim, pudéssemos compreender o contexto emergente da pandemia e os desafios impostos aos movimentos sociais.

## **ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS**

No Brasil, assim como em outros países latino-americanos, ao analisar o contexto da Pandemia da Covid-19 e as medidas tomadas pelo Governo Federal brasileiro, foi, e ainda é, perceptível a disputa declarada contra as medidas de isolamento social e o combate às agências de pesquisa e de ciência. Dessa forma, trazemos ao longo do estudo o embasamento da teoria decolonial como forma de explicação crítica desta realidade: é possível estabelecer uma profunda relação com a herança de elementos e aspectos da ocupação geográfica, da exploração dos povos e da mão-de-obra, da formação econômica e política e da consolidação do modelo de Estado capitalista dependente e/ou periférico nestes territórios. Além disso, é possível afirmar que há uma carência de estudos e pesquisas que ainda fundamentam estas ligações históricas, políticas e culturais com o agravamento da contaminação pelo vírus da Covid-19 no território latino-americano. Portanto, a partir das experiências profissionais e acadêmicas, que possibilitaram uma aproximação com a realidade, com a desigualdade social, com suas implicações e suas raízes, o desejo de aprofundar estes conceitos no tempo presente, para contribuir para os

estudos na área de Serviço Social sobre a Pandemia da Covid-19 e, principalmente, para a formação futura de profissionais assistentes sociais.

Como contraponto às desigualdades expressas pela questão social, o processo de mobilização e participação popular nas questões referentes à luta por direitos sociais também é um componente importante ao analisar a situação da classe trabalhadora latino-americana em sua trajetória e na atualidade. Nesses territórios, marcados historicamente por profundos conflitos de classe, os movimentos sociais têm uma forte trajetória inscrita, juntamente com a busca pelo acesso à informação, acesso à terra e à luta por direitos sociais como o direito à Saúde Pública e à Assistência Social. Portanto, do ponto de vista histórico, há no percurso da construção destes territórios, um destaque para a formulação de Políticas Sociais entre as pautas dos movimentos sociais, entidades e espaços de controle social.

A construção metodológica do processo de pesquisa parte da compreensão teórica de vinculação decolonial. A América Latina compreende uma região de vinte países que expressam elementos culturais, atuações políticas, formas de governo e de execução de políticas públicas diversas e também semelhantes. Ou seja: apesar da multiplicidade de elementos presentes, há no modelo de ocupação do espaço urbano latino-americano semelhanças que fizeram com que estes povos (em sua maioria) constituíssem suas cidades a partir do modelo de colônias de exploração, utilizando mão de obra escravizada, e, posteriormente, tenham passado por um intenso processo de urbanização tardia a partir do século XX. Nesse sentido, a partir do referencial teórico escolhido para esta análise, partimos do entendimento que estes processos geram consequências que identificam o território da América Latina também quando analisamos a consolidação das políticas de proteção social, as formas de governo, as atuações políticas frente às crises do capital, e, atualmente, frente a crise sanitária que emergiu desde 2019 com a pandemia do Covid-19.

A escolha metodológica de cartografar os movimentos sociais e as suas ações de resistências durante a crise sanitária no Brasil, surge da percepção da ausência de estudos na temática que referenciem a correlação entre as lutas sociais com a garantia de direitos durante o processo pandêmico. Desta forma, o principal resultado esperado com o projeto de pesquisa, e que apresentamos agora nessa dissertação, é uma estratégia de visibilidade ao conjunto de expressões da questão social no contexto pandêmico, a partir do olhar para a origem e das relações sociais

desse território e a reafirmação dos espaços de resistência da classe trabalhadora como potenciação na luta por direitos sociais. Conforme Francisco (2018) a cartografia social é um devir, uma forma de compreensão do tempo vivido atual, do tempo social (Santos, 2014, p.63). Portanto, cartografar realidades e fenômenos sociais passa de uma construção estatística e objetiva de escalas, mapas e gráficos, para uma análise antropolítica e social que possibilita o entendimento do lugar para além de um espaço comum, mas sim como uma estratégia de afirmação individual e coletiva (Francisco, 2018 Pg. 05).

Podemos então dizer que a gravidade da crise sanitária ainda aponta caminhos necessários: de acesso à informação, de conscientização política, de realização de estudos científicos em diversas áreas do conhecimento, e, também, de reformulação das estratégias de organização social para superação das consequências da pior crise vivida pela humanidade nas últimas décadas, como menciona a professora Rosa Maria Marques em sua obra — *Pandemias, Crises e Capitalismo* (2022) “esta é uma crise sem precedentes na nossa história”. Essa circunstância, somada a atual crise econômica e política do sistema capitalista de produção, torna o assunto emergente no campo científico para pesquisadores/as, que enfrentam principalmente a disseminação de políticas e ideologias conservadoras, o rápido avanço da ciberneticização, que se intensificou nos tempos de isolamento social, que acentuou dentre tantas questões a disputa por narrativas entre a razão científica e a disseminação do que ficou conhecido nesse momento histórico como *fake news*<sup>1</sup>.

Embora o método cartográfico adotado nesta pesquisa possa não ter se pautado estritamente em rigor e métrica, foi essencial organizarmos e descrevermos as ações realizadas para atingir os objetivos da pesquisa. Portanto, neste contexto, apresentamos as “etapas” que delinearão o percurso da construção da cartografia política, com o propósito de elucidar os caminhos percorridos durante o processo.

**As pesquisas bibliográficas** foram nosso primeiro momento de aproximação com a metodologia e com o tema de pesquisa, iniciadas com a elaboração do

---

<sup>1</sup> Segundo o dicionário Oxford Languages o termo é utilizado para designar a propagação de informação falsa que é transmitida ou publicada como notícia, motivada por razões políticas ou para fins fraudulentos. No Brasil o termo *fake news* ficou muito conhecido a partir da campanha eleitoral para presidência da república e posteriormente no período da Pandemia da Covid-19, quando grupos políticos ligados ao então presidente da república (Jair Bolsonaro) passaram a organizar transmissões virtuais de notícias falsas em relação à disseminação do vírus, contrárias ao isolamento social e à vacinação (nota da autora).

projeto por meio da realização de estudos acerca do tema, do levantamento de referências, dados, estudos que utilizaram a cartografia como metodologia de pesquisa, publicações científicas e materiais em meio digital, que identificam e contextualizam o tema da pandemia da Covid-19 na América Latina e, em especial, no Brasil e, a organização de processos de resistência nestes territórios. Este momento de aproximação foi crucial para construção da pesquisa, e como as demais atividades, permeado de desafios e contradições. Foi no processo de aproximação com as temáticas — Teoria Decolonial e Cartografia Política/Social — que ficou evidente a insipiente produção na área de Serviço Social sobre ambos os temas.

A **Identificação dos Movimentos Sociais participantes** foi realizada através da indicação da Associação de Vítimas e Familiares da Covid-19 - AVICO e da busca em meios eletrônicos (sites e redes sociais), onde foram identificadas três organizações políticas que se enquadram nos critérios do estudo proposto (AVICO, Vida e Justiça e ABRAVICO - Associação Brasileira de Vítimas e Familiares da Covid-19). A **Organização da proposta de coleta de dados** foi realizada com base em estudos sobre o tema e alinhamentos na orientação acadêmica. O **Mapeamento e Contato com os Movimentos Sociais** (Primeira etapa da Cartografia) chamamos de Campo de reconhecimento. Esse momento ocorreu pelo do contato com as lideranças dos três movimentos sociais que participaram da etapa do estudo contando suas experiências.

A **Construção do Roteiro norteador para as entrevistas** foi realizada durante as orientações acadêmicas para estruturação das perguntas norteadoras para as entrevistas com as lideranças dos movimentos sociais e validada em uma entrevista teste com a liderança de um dos movimentos para acolhimento das contribuições, o que chamamos de: **Construção Coletiva das Entrevistas para composição da Cartografia**, momento de propostas e construção dos subsídios para o percurso cartográfico conforme a realidade dos/das participantes (atividades, categorias de análise, formas de exposição, temáticas e devolutivas). O **Campo de Mapeamento Cartográfico (Entrevistas)** foi uma das principais atividades do estudo, possibilitando conhecer as ações dos movimentos sociais durante a Covid-19 por entrevistas realizadas com base no roteiro direcionador. Por fim, a **Análise dos Dados Coletados** foi feita com base em categorias apresentadas nos capítulos da dissertação, em especial no capítulo três, como eixos condutores do

debate, sendo elas: **Território, Direitos Sociais, Proteção Social, Desigualdades Sociais na Pandemia, Economia, Trabalho, Estado e Política.**

O debate acerca dos movimentos sociais é historicamente um recurso indispensável para a construção do Serviço Social enquanto profissão interventiva e alinhada aos interesses das classes trabalhadoras. Entendemos, que a escuta é uma ferramenta indispensável nesse processo de aproximação e de debate sobre a realidade, e por isso, apresentamos no trabalho trechos dos relatos e das trocas realizadas durante a etapa de mapeamento cartográfico (entrevistas). Para tal, foram feitas transcrições das falas das pessoas entrevistadas com o intuito de dar visibilidade aos relatos ao tratar de temas como: as emergências que a Pandemia da Covid-19 exigiu e ainda exige e nomear as formas de resistência que possibilitam os enfrentamentos e resistências organizadas neste período. Neste sentido, a partir do entendimento de que a questão social se expressa e materializa na relação entre desigualdades e resistências, no momento marcado não só pela crise sanitária, mas também pela acentuação da barbárie política, pelo avanço de ideologias conservadoras e pela retirada de direitos sociais e pelos ataques de mesmo cunho ideológico aos povos e nações, vivenciamos além da acentuação das desigualdades sociais a emergência de novas formas de organização da sociedade civil.

Assim, no terceiro capítulo, nos dedicamos a contar brevemente um pouco da história de luta do povo brasileiro, na disputa pela garantia de direitos sociais até chegarmos na conformação de resistências durante a pandemia da Covid-19. Por fim, podemos dizer que nossos anseios de pesquisa foram realizadas, ultrapassamos os "muros" do conhecimento já apreendido e desbravamos terrenos novos de conhecimento. Desta forma a breve conclusão é que este estudo quer mostrar, não só uma resistência pontual; mas um pouco da nossa história como colônia e nação, como povo explorado e povo organizado frente a exploração. E, acima de tudo isso, o desejo é que como instrumento de resistência a partir da linguagem, esta síntese seja um sopro de esperança e uma homenagem à luta desses movimentos e a todas as vítimas e familiares da Covid-19.

## 2 CARTOGRAFIA DE VÍNCULOS: APROXIMAÇÃO COM OS CONCEITOS DE ONDE PARTIMOS

*Agora a América é, para o mundo, nada mais do que os Estados Unidos: habitamos, no máximo, uma sub-América, uma América de segunda classe, de nebulosa identificação. É a América Latina, a região das veias abertas (Galeano, 2010, p. 10).*

No percurso de pesquisa aprendemos que a cartografia é um devir dialético, uma metodologia que vai além do rigor sistemático tradicional das pesquisas científicas. Trata-se de uma jornada que se entrelaça com os elementos do presente e do passado, mediada por uma variedade de elementos que facilitam a compreensão da realidade. Nesse contexto, o capítulo inicial desta cartografia social, política e exploratória será guiado pela inspiração do renomado poeta e escritor latino-americano Eduardo Galeano. A escolha de suas obras passa pelo reconhecimento de sua busca através da arte, com seus escritos e poemas, de cartografar a realidade da América Latina, descrevendo, conforme no trecho de abertura, o campo das contradições existentes no mundo colonizado e no modo de produção capitalista. Autor de conhecidas obras, dentre elas o livro: *As Veias Abertas da América Latina*, de onde foi extraído o trecho de abertura, de forma muito simples, exemplifica as contradições entre territórios colonizados, processos de exclusão, invisibilidade, conservadorismo e ações políticas que intensificam a negação dos Direitos Humanos às populações vulnerabilizadas em territórios explorados e colonizados. Assim, delineamos a base de onde partimos para conhecer este território, conectando as reflexões do tempo presente à atemporalidade da arte. Essa escolha não é apenas política, mas também cartográfica, no sentido de reforçarmos a presença da identidade latino-americana nas pesquisas brasileiras através das teorias, metodologias de pesquisa e demais componentes que salientam a construção desse território como espaço de produção de conhecimento, cultura, pertencimento e identidade.

Neste capítulo, apresentaremos os conceitos fundamentais que compõem nossa abordagem cartográfica, ressaltando a interseção entre a decolonialidade, território e questão social. Desta forma, ao longo do texto, serão apresentadas compreensões sobre as dinâmicas sociais durante a pandemia, embasadas nessas perspectivas teóricas. Iniciando o debate proposto, na seção 2.1 nossa reflexão

perpassa elementos que relacionam a escola de pensamento decolonial com a metodologia cartográfica de pesquisa, pois para adentrarmos nas categorias de discussão que norteiam o texto e também apresentar a análise dos dados de pesquisa, na condição de pesquisa cartográfica, este foi nosso primeiro desafio: estudar e redefinir conceitos já apreendidos partindo agora de um método de elaboração, pesquisa, apresentação de dados que também se apresenta a partir de uma visão contra-colonial.

Da mesma forma, os conceitos de colonialidade e decolonialidade são transversais como fios condutores ao longo de todo o texto, e por isso são apresentados com maior detalhamento na seção 2.2. Como parte integrante deste devir dialético e dessa aproximação teórica que se deu ao longo de todo o processo de pesquisa e escrita. Assim, ambas seções não apenas apresentam as escolhas teóricas e metodológicas deste estudo, mas também afirmam uma posição política de resistência por meio da escrita diante da realidade.

Abordaremos outros conceitos como território/territorialidade e questão social, desigualdades e resistências de maneira mais aprofundada nas seções 2.3 e 2.4 respectivamente. Por fim, entendemos que este enfoque nas principais categorias transversais ao estudo, faz parte do processo cartográfico de aproximação, aqui referido como vínculos, uma vez que, além da criação das relações com os sujeitos participantes do estudo, foi necessário um “intenso mergulho” teórico para transpor as referências políticas e geográficas construídas visando compreender o processo de enfrentamento da Pandemia da Covid-19 no Brasil.

Ao término deste capítulo, nosso objetivo é não apenas esclarecer os vínculos conceituais fundamentais que adotamos no processo de escrita, mas também estabelecer as bases para análises mais aprofundadas que se desdobrarão posteriormente nos capítulos seguintes. Antecipamos reflexões sobre as implicações desses conceitos na compreensão das resistências durante a pandemia, visando contribuir para um diálogo crítico sobre os temas em destaque.

## **2.1 Cartográfica Política e Cartografia Social**

*Desamarrar as vozes, dessionhar os sonhos: escrevo querendo revelar o real maravilhoso, e descubro o real maravilhoso no exato centro do real horroroso da América. Dos medos nascem as coragens. Os sonhos anunciam outra realidade possível, e os delírios, outra razão. Somos, enfim, o que fazemos para*

*transformar o que somos. A identidade não é uma peça de museu, quietinha na vitrine, mas sempre assombrosa síntese das contradições nossas de cada dia. Nessa fé, fugitiva, eu creio (Galeano, 2002,p.66 ).*

Inicialmente, é crucial ressaltar a contribuição distintiva que as abordagens decoloniais juntamente com o método cartográfico possibilitaram à compreensão das resistências sociais apresentadas neste estudo. Ao adotar perspectivas que transcendem os paradigmas convencionais, nossa pesquisa se propôs a lançar luz sobre dimensões, muitas vezes negligenciadas, das experiências de resistência. Ao explorar as nuances das abordagens decoloniais, buscamos não apenas documentar, mas também contextualizar e analisar, de maneira mais aprofundada, as narrativas de resistência dos movimentos sociais no contexto da Covid-19. Esta ênfase específica, nos conduziu em direção mais detalhada quanto à singularidade e à relevância que essas abordagens desempenham na compreensão das dinâmicas complexas que permeiam as lutas sociais enfrentadas pela população brasileira durante a pandemia a partir da valorização dos relatos dos sujeitos participantes. A abordagem decolonial na pesquisa social desempenha um papel crucial ao desvelar as persistências das estruturas coloniais nas práticas contemporâneas, proporcionando uma lente analítica que desafia paradigmas eurocêntricos e abre espaço para vozes marginalizadas. Nesta trajetória de pesquisa, foram fundamentais as contribuições de Walter D. Mignolo (2011) e Aníbal Quijano (2000), pois ambos autores destacam a necessidade de compreender as dinâmicas sociais além das narrativas dominantes. Mignolo, em suas obras, explora a colonialidade do saber e do poder, evidenciando como as epistemologias ocidentais continuam a perpetuar relações desiguais. Quijano, por sua vez, introduz o conceito de colonialidade do poder, argumentando que as estruturas coloniais persistem nas formas de organização social e política contemporâneas. Assim, a abordagem decolonial não apenas desmistifica a neutralidade aparente da pesquisa, mas também promove uma visão mais crítica, reconhecendo a importância de desafiar e transformar as heranças coloniais presentes na forma de produzir conhecimento em nossa sociedade.

Compreendemos que esta modalidade de pesquisa, sujeito e objeto de pesquisa estão juntos na mesma experiência e o conhecimento é tido como criação, assim como a pesquisa é compreendida sempre como intervenção (Romagnoli, 2009). Desta forma, a cartografia social/política propõe significados e formas de

condução metodológica, diferente de alguns métodos tradicionais, que defendem a neutralidade na pesquisa e a separação e distanciamento entre pesquisador/a e objeto de pesquisa, uma vez que é para além de um método um instrumento de reivindicações e conquistas de direitos (Faria, 2017).

É indispensável que o pesquisador se disponha a adentrar na narrativa, acompanhando o processo de atribuição de significados, trabalhando com os diferentes tempos da memória, com os diferentes jogos de força presentes em cada momento histórico, dando evidência à forma como se deu essa reconstrução a partir da perspectiva do sujeito (Martinelli, 2018, p 05.)

Martinelli (2018) ressalta uma contribuição muito importante para a pesquisa, destacando o/a pesquisador/a como agente que deve se imergir na narrativa, explorando os processos de atribuição de significados e os diferentes tempos da memória. Neste sentido, a autora nos possibilita aplicar esse princípio ao estudo dos movimentos sociais que emergiram durante a pandemia de Covid-19, pois, evidentemente, esses grupos estão profundamente imersos na reconstrução de narrativas que buscam preservar a memória coletiva. Assim, a valorização da escuta e dos relatos dos/das participantes dos movimentos sociais, hoje pautados na luta pela memória e justiça, mas que se formaram em resposta às consequências da pandemia, busca não apenas documentar os eventos, mas também atribuir significados que desafiam narrativas hegemônicas e destacam as dimensões sociais, políticas e históricas envolvidas. Desta forma, entendemos que ao adentrar na narrativa desses sujeitos, a pesquisa cartográfica podem contribuir para a valorização das perspectivas dos sujeitos envolvidos, auxiliando na construção de narrativas mais justas e representativas das lutas sociais contemporâneas, ou como, já mencionamos anteriormente, “dar voz” a estas lutas. A seguir, trazemos uma contribuição da autora que nos foi de grande valia nessa experiência de pesquisa:

[...] a realidade do sujeito é conhecida a partir dos significados que por ele lhe são atribuídos. Esse é fundamentalmente o motivo pelo qual se privilegia a narrativa oral. Não se trata, portanto, de uma pesquisa com um grande número de sujeitos, pois é preciso aprofundar o conhecimento em relação àquele sujeito com o qual estamos dialogando. [...] No que se refere às pesquisas qualitativas, é indispensável ter presente que, muito mais do que descrever um objeto, buscam conhecer trajetórias de vida, experiências sociais dos sujeitos [...] (Martinelli, 2012, p.24).

Concordamos também com as ideais das autoras Mendes e Prates (2007)

que a escolha do método de pesquisa compreende uma posição política e “uma forma de ver a vida”, a partir da percepção de que a realidade está sempre em movimento, e que, portanto, é necessário reconhecer os processos que compõem esta dinâmica para analisar os fenômenos sociais. Posto isto, a escolha pelo método de cartografia teve como objetivo analisar os processos sociais, políticos e históricos e por consequência, as expressões da questão social envolvidas com o tema de estudo. Neste sentido, ao longo do percurso de estudos e na aproximação com a temática e o método cartográfico, descobrimos o conceito de cartografia política, que, no nosso entendimento, nada mais é do que uma denominação para a cartografia social, porém, com mais ênfase para os aspectos sociais e políticos dos territórios do que para as questões geopolíticas e suas representações gráficas por meio de mapas cartográficos, como geralmente se espera na construção de uma cartografia social.

A cartografia política é uma metodologia de pesquisa que se fundamenta na representação visual e na análise crítica das dinâmicas sociais, políticas e espaciais. Inspirada nos métodos decoloniais de pesquisa, a cartografia política transcende a mera descrição geográfica, buscando mapear as relações de poder, as resistências sociais e as interações políticas em um determinado contexto. Assim, este método parte do princípio de que os espaços e territórios são permeados por relações complexas de poder, e estas relações podem ser retratadas de diversas formas, a seja por meio de mapas, gráficos, arte e outros elementos visuais. Ao destacar as conexões entre espaço, política e sociedade, a cartografia política oferece uma ferramenta valiosa para compreender e interpretar as nuances das relações políticas em diferentes escalas, proporcionando uma conexão entre quem pesquisa e quem participa, uma vez que ambos sujeitos fazem parte deste mesmo contexto, e por isso é um método importante para a análise de movimentos sociais, conflitos territoriais e das dinâmicas políticas contemporâneas.

Ao mesmo tempo possibilita condições para que cada um encontre a si mesmo no outro, delineando uma relação política fortemente solidária e um acordo explícito em torno de uma dada forma associativa, de uma pauta reivindicatória face ao Estado e de um mesmo território. Cada um ao reconhecer na luta do outro uma parte de sua própria luta reconstrói sua trajetória histórica, repensa a sua “origem” e propicia o lastro indispensável para a coesão imprescindível a uma ação política concreta (Almeida, 2017,p.57).

Raquel Rolnik (2020) no artigo “As cartografias anticapitalistas de David Harvey” expõe que a cartografia social é anticapitalista porque permite conhecer as relações espaciais, e assim, possibilita o envolvimento e implicação objetiva e subjetiva dos sujeitos, incluindo o/a pesquisador/a, que nunca está alheio à realidade pesquisada. Neste sentido, o estudo proposto partiu da compreensão de que a pesquisa social é voltada “para realidade social e para as ações concretas com vistas à sua transformação e para superação dos estudos contemplativos, substituindo-os por investigações comprometidas com os temas e sujeitos envolvidos no estudo” (Prates, 2004, p. 124).

Por fim, ao concluir esse item, salientamos novamente que as abordagens decoloniais e os métodos cartográficos desempenham um papel essencial na compreensão das resistências sociais, destacando a singularidade das narrativas de movimentos sociais durante a pandemia de Covid-19. Ao adotar perspectivas que transcendem as normas convencionais, a aproximação com a cartografia social/política possibilitou que a nossa construção não apenas documentar, mas também contextualizar e analisar de forma crítica e histórica as experiências de resistência. Além disso, foi fundamental esse vínculo com o método cartográfico para a valorização dos relatos dos sujeitos participantes. Lefebvre (1991, p. 21) nos ensina que a lógica dialética acrescenta à antiga lógica a captação das transições, do desenvolvimento, da ligação interna e necessária das partes no todo. Ademais, além das contribuições já mencionadas, a abordagem possibilitou a valorização da aproximação entre o objeto de pesquisa, os sujeitos participantes e a pesquisadora.

Dando continuidade a esta trajetória, direcionamos nossa atenção para a análise da colonialidade e da teoria decolonial, explorando como essas perspectivas críticas enriquecem nossa compreensão das relações históricas de poder até a compreensão das resistências no contexto específico da pandemia. Afinal, ao nos debruçarmos sobre as estruturas persistentes do colonialismo, esperamos traçar caminhos para uma pesquisa que transcenda as fronteiras tradicionais e contribua para uma compreensão mais ampla e justa das complexidades sociais.

## 2.2 As Veias abertas da America Latina: Colonialidade e Decolonialidade

*A história do subdesenvolvimento da América Latina integra a história do desenvolvimento do capitalismo mundial (Galeano, 2010, p.11).*

Com a pandemia da Covid-19 vivenciamos junto aos efeitos econômicos, efeitos no sistema de saúde, nas políticas sociais e acentuação da expansão da ideologia colonial e das políticas imperialistas nos países constituídos como periferias do capitalismo. Tais fatos, nos levam a compreender como o caráter anti-democrático do sistema socio-político e econômico criou condições favoráveis a reprodução do vírus, de forma também a salientar desigualdades territoriais e sociais de forma contundente. Essa observação ressoa com as ideias de Quijano (1997)<sup>2</sup>, que, ao cunhar o conceito de colonialidade, destaca a persistência das formas coloniais de dominação mesmo após o fim das administrações coloniais. Quijano argumenta que a colonialidade, ao contrário do colonialismo histórico, não desaparece com a independência ou descolonização, sendo intrinsecamente vinculada à modernidade e reproduzida pelos mecanismos do sistema-mundo capitalista colonial-moderno (Castro-Gomez; Gosfroguel, 2007). Essa conexão entre a pandemia e a persistência da colonialidade destaca a relevância de compreender as interseções entre os desdobramentos sociopolíticos contemporâneos e as estruturas históricas de poder e subordinação.

O pensamento decolonial reflete sobre a colonização como um grande evento prolongado e de muitas rupturas e não como uma etapa histórica já superada. [...] Deste modo quer salientar que a intenção não é desfazer o colonial ou revertê-lo, ou seja, superar o momento colonial pelo momento pós-colonial. A intenção é provocar um posicionamento contínuo de transgredir e insurgir. O decolonial implica, portanto, uma luta contínua (Colaço, 2012, p. 08).

Cabe ressaltar que parte da colonialidade na atualidade se sustenta e se utiliza das ausências de conhecimento dos povos colonizados sobre seus processos históricos, uma vez que, quando conhecidos, são apresentados por uma

<sup>2</sup> O sociólogo peruano **Aníbal Quijano**, membro-fundador do **grupo Modernidade/Colonialidade — M/C**, foi um dos principais pesquisadores do pensamento **decolonial**. Ao longo de seus 90 anos tornou-se referência das ciências sociais latino-americanas pela conceituação de colonialidade do poder. **Quijano** desenvolveu uma importante pesquisa para o entendimento da formação da modernidade. A partir de uma análise histórica de formação do capitalismo com base no colonialismo e sua expansão à globalização do século XXI, incluiu categorias essenciais para a compreensão do sistema ocidental europeu de pensamento (https://www.ihu.unisinos.br/categorias/188-noticias-2018/579677-o-legado-de-anibal-quijano-para-o-pensamento-latino-americano-descolonizado).

perspectiva colonial, advindas do que Quijano (2000) nomeou como colonialidade do saber. Assim como nas palavras de Lander (2005) a colonialidade opera na atualidade, por meio da eficiência hegemônica que consolida o neoliberalismo como um conhecimento objetivo e universal. Ou seja, é essa a única forma de existência humana possível; síntese esta que, também segundo o autor, “se sustenta nas tectônicas transformações nas relações de poder ocorridas no mundo nas últimas décadas (2005, p. 08)”.

O desafio ético-político-epistemológico trazido pelo pensamento decolonial é o de construir uma consciência a partir da geopolítica do conhecimento, de onde se questione a crença iluminista na transparência da linguagem, privilegiando a fratura epistemológica capaz de inserir uma perspectiva nova e libertadora, tanto no campo discursivo como na esfera da ação. Busca transcender historicamente a colonialidade com um projeto de complexidade e profundidade para subverter o padrão de poder colonial, afirmando que a colonialidade é o “lado obscuro” da modernidade, ou seja, não há modernidade sem colonialidade e esta, por sua vez, supõe a modernidade. Como matriz teórica, o conceito de colonialidade e sua abordagem decolonial se inserem em um conjunto de diferentes tradições e resistências que se constituíram ao longo do século XX sob o rótulo das Epistemologias do Sul frente à lógica da geopolítica colonial e neoliberal (Santos; Meneses, 2014).

É necessário evidenciar como a questão colonial possui marcas que permanecem na realidade atual dos territórios ainda hoje explorados, como o Brasil e os demais países da América Latina. Tal realidade se manifesta na manutenção de ideologias conservadoras em múltiplos espaços da sociedade, e, podemos citar como exemplo os conflitos entre o Estado e os povos tradicionais na luta pela demarcação das terras indígenas, e também o racismo institucional, que condiciona gerações de pessoas negras à pobreza e à miséria. Desta forma, a partir da compreensão histórica da colonização e dos efeitos da exploração, podemos entender que nosso território e nossa nação são herdeiros da escravização de povos originários e dos povos africanos, e por isso, carrega as consequências do domínio territorial que consolidou pelas forças imperialistas. Nesse contexto, emerge a noção de colonialidade, conforme discutido por Ballestrin (2013), que descreve a forma dominante de controle sobre recursos, trabalho, capital e conhecimento, limitados por uma relação de poder articulada pelo mercado capitalista. A colonialidade representa a continuidade da disseminação do pensamento colonial, funcionando como uma matriz manifestada na dominação do poder, do conhecimento e da identidade. Essa perspectiva amplia nossa compreensão das complexidades envolvidas na formação dos territórios latino-americanos e na perpetuação de

relações desiguais.

A perspectiva da colonialidade são percepções que emergem de experiências fronteiriças, nas quais um indígena sob o domínio espanhol, por exemplo, viu-se obrigado a incorporar às suas referências de vida conceitos e noções da epistemologia moderna (Leda, 2015, p. 124).

Desta forma, abrimos a apresentação dos conceitos principais que compõem este estudo, uma vez que a própria busca por novos conhecimentos e a valorização da teoria decolonial como escola de pensamento fronteiriço<sup>3</sup> faz parte das necessidades latentes de nossa sociedade explorada e colonizada. Pontuamos a teoria decolonial como “novos conhecimentos” enfatizando que o encontro com o estudo dessa epistemologia é recente, uma vez que, nos espaços de ensino frequentados pela pesquisadora não foram explorados esses debates. Além disso, essa ênfase se faz necessária para situar nossos desafios acadêmicos de produzir conhecimentos nessa área que apesar de sua relevância científica e social, ainda não adentra os espaços de saberes, então colonizados. Ademais, acreditamos que no debate das lutas e resistências sociais é necessário que corpos e territórios se façam presentes, para que situados no cotidiano e a partir dele, possamos pensar e organizar estratégias de transformação social.

As teorias decoloniais permitem uma emancipação teórica-conceitual a partir do momento que cria condições objetivas e subjetivas de avançar no conhecimento produzido em territórios geopolíticos até então considerados como 'em desenvolvimento', categoria norte-americana cuja tentativa é criar padrões a partir de uma única escala. O que Mignolo (2008) chama de geopolítica do conhecimento é a necessidade de evidenciar a subjetividade e historicidade dos sujeitos até então excluídas pelo uso de categorias universais e hegemônicas, rompendo com o racional/moderno/colonial e dando cor, etnia, linguagem, gênero a quem e de onde fala (Reghin, 2014,p. 31).

Ao longo do texto, aprofundaremos a análise destes conceitos, explorando

---

<sup>3</sup> O conceito de pensamento fronteiriço foi cunhado por e Walter Mignolo, importante pensador da teoria decolonial. Para o autor, o pensamento fronteiriço afirma o pensamento negado pela modernidade e redefine as formas dominantes de conhecimento do ponto de vista da racionalidade não-eurocêntrica. O pensamento crítico de fronteira é a resposta epistêmica do subalterno ao projeto eurocêntrico da modernidade. Ao invés de rejeitarem a modernidade para se recolherem num absolutismo fundamentalista, as epistemologias de fronteira subsumem/redefinem a retórica emancipatória da modernidade a partir das cosmologias e epistemologias do subalterno, localizadas no lado oprimido e explorado da diferença colonial, rumo a uma luta de libertação descolonial, em prol de um mundo capaz de superar a modernidade eurocentrada. Aquilo que o pensamento de fronteira produz é uma redefinição/subsunção da cidadania e da democracia, dos direitos humanos, da humanidade e das relações econômicas para lá das definições impostas pela modernidade europeia. O pensamento de fronteira não é um fundamentalismo antimoderno. É uma resposta transmoderna descolonial do subalterno perante a modernidade eurocêntrica (Grosfoguel, 2010, p. 480-481).

suas ramificações e conexões com outras categorias fundamentais que compõem a base teórica deste estudo. Essa exploração detalhada nos permitirá compreender de maneira mais abrangente a complexidade dessas dinâmicas em diferentes contextos sociopolíticos, culminando em uma análise mais aprofundada das resistências durante a pandemia. Nesse sentido, ao transversalizar os ensinamentos de Mignolo (2008) sobre a geopolítica do conhecimento e a conexão existente com a decolonialidade e o pensamento fronteiriço, ambos cunhados em territórios explorados e nas palavras do autor “em desenvolvimento” é que a próxima seção abordará a categoria território, outro conceito fundamental neste estudo.

### 2.3 Meu Sangue Latino: Território e Espaço Social

*Segundo a voz de quem manda, os países do sul do mundo devem acreditar na liberdade de comércio (embora não exista), em honrar a dívida (embora seja desonrosa), em atrair investimentos (embora sejam indignos) e em entrar no mundo (embora pela porta de serviço). Entrar no mundo: o mundo é o mercado. O mercado mundial, onde se compram países. Nada de novo. A América Latina nasceu para obedecê-lo, quando o mercado mundial ainda não se chamava assim, e aos trancos e barrancos continuamos atados ao dever de obediência. Essa triste rotina dos séculos começou com o ouro e a prata, e seguiu com o açúcar, o tabaco, o guano, o salitre, o cobre, o estanho, a borracha, o cacau, a banana, o café, o petróleo... O que nos legaram esses esplendores? Nem herança, nem bonança. Jardins transformados em desertos, campos abandonados, montanhas esburacadas, águas estagnadas, longas caravanas de infelizes condenados à morte precoce e palácios vazios onde deambulam os fantasmas (Galeano, 2010, p. 06).*

Segundo Lefebvre (1974), “o espaço social é um produto social”, assim, o espaço compreende as relações sociais e, portanto, não pode ser concebido apenas como o espaço físico, mas também como o espaço da vida social. Ou seja, é necessário compreender o local habitado enquanto parte de uma totalidade, como espaço da produção e reprodução da dinâmica social, onde a questão social se materializa enquanto campo de disputa entre a contradição das desigualdades sociais e as resistências. Neste sentido, para Santos (1978, p.171), o espaço territorial é descrito como:

(...) por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais, (...) o espaço evolui pelo movimento da sociedade total. (Santos, 1978 Pg. 171).

O território, enquanto espaço social, é uma categoria fundamental visto que, como resultado da práxis social, é também produto e produtor da diferenciação entre as classes sociais nos regimes de produção exploratórios, a exemplo dos regimes coloniais, imperialistas, monárquicos e capitalistas. Compreendemos, pois, que o direito e a negação ao território constituem partes de uma totalidade moldada por sistemas de exploração, ou seja, são parte integrante do processo de diferenciação de classes sociais e da produção e reprodução da desigualdade social. Desta forma, compõem o conjunto de categorias importantes para compreensão da questão social e suas expressões na dinâmica do cotidiano.

Na perspectiva da decolonialidade a ocupação do espaço brasileiro segue uma trajetória semelhante aos processos ocorridos na América Latina, onde as marcas da exploração dos povos e do meio ambiente são a principal herança colonial. Nestes territórios, em que boa parte foram ocupados a partir do modelo de colônias de exploração e que passaram por um intenso processo de urbanização a partir do século XX (Maricato, 2000) a criação de subúrbios, favelas e vilas foi uma das estratégias de exclusão e segregação social. Da mesma forma, assim como pontua Zibechi (2022) os processos de gentrificação da classe trabalhadora nos territórios periféricos fazem parte da configuração do tecido social marcado por uma geopolítica colonial, que, em suas contradições, também possibilitou a realização de resistências.

Os territórios, a territorialização de povos, classes, cores de pele e gêneros. Diria que sem territórios não somos nada, não conseguimos nos ancorar como sujeitos coletivos e nos desmanchamos no ar, como dizia Marx. A classe operária foi derrotada quando conseguiram neutralizar seus espaços, como as tabernas, e quando desterritorializam a fábrica, fragmentando o processo produtivo. A força operária nunca esteve apenas na fábrica. Sem o bairro operário, sem a sociabilidade densa entre famílias, nunca teria acontecido algo que chamamos de poder operário (Zibechi, 2022,p.18).

Podemos dizer que o desenvolvimento do capitalismo mundial, trouxe como consequência para os territórios periféricos, como o Brasil, não só a instauração de sistemas severos de exploração internamente, mas também uma herança que reproduz, até os dias atuais, a noção de nações imperialistas x nações colonizadas, bem como suas noções e valores de propriedade, desigualdade, exploração e também a concepção de direitos sociais, conforme abordaremos posteriormente.

Dessa forma, o espaço do território brasileiro consolidou-se como produtor e reproduzidor das desigualdades sociais e da divisão da sociedade em classes, onde nele se materializam as suas contradições.

O conceito de território/territorialidade é o fio condutor que nos direcionou durante todo o processo de pesquisa. Foi via estudos anteriores, voltados ao debate crítico sobre a formação das cidades, que nos aproximamos da teoria decolonial. Podemos dizer que foi a ausência dessas cartografias, das conexões com as semelhantes diversidades que culminou nessa investigação. Por isso, usamos no decorrer do texto muitas referências ao lugar habitado e às reflexões das transformações geográficas e políticas para compreensão do nosso objeto de estudo. Além disso, cabe ressaltar que optamos pelo termo territórios periféricos para nomear aqueles espaços geográficos onde a exploração das riquezas naturais e da mão-de-obra fizeram parte de sua história e fazem parte da sua realidade frente ao mundo capitalista, na atualidade. Neste sentido, essa escolha reflete a relação sócio-histórica do conceito de periferia com as formas de exploração econômica, social, política e ambiental desempenhadas nestes espaços em escala mundial.

Ademais, a referência ao termo também contempla as tentativas de apagamento das potencialidades e resistências nesses locais, tema que também será abordado por esta perspectiva no decorrer do estudo e com ênfase na sessão seguinte, onde abordaremos os conceitos de Questão Social, Desigualdade Social e Política Social. Assim, dando seguimento ao debate já iniciado, no item 1.3 analisaremos de maneira mais detalhada como a relação entre território, questão social e as desigualdades sociais se manifesta, propondo esta reflexão a partir de uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais nos territórios explorados. Com isso, pretendemos que essa apresentação inicial possa permitir uma conexão mais robusta entre a teoria decolonial e as manifestações concretas desses conceitos na realidade estudada, na trajetória de pesquisa e no debate sobre as resistências dos movimentos sociais.

## **2.4 Questão Social, Desigualdades Sociais e Resistências**

*A chuva que irriga os centros de poder imperialista afoga os vastos subúrbios do sistema. Do mesmo modo, e simetricamente, o bem-estar de nossas classes dominantes – dominantes para dentro, dominadas para fora – é a maldição de nossas multidões, condenadas a uma vida de bestas de carga (Galeano, 2010, p. 5).*

Compreender a especificidade histórica dos territórios explorados é uma necessidade latente para aproximação com o conceito de questão social. Neste sentido, para o serviço social, enquanto profissão interventiva na realidade material, que baseia sua atuação profissional (objeto de trabalho) nas expressões advindas desta categoria, se faz necessária a aproximação com os conceitos já analisados de colonialidade e território. Contudo, cabe ressaltar que o debate aqui apresentado, não se trata de uma crítica a teoria hegemônica da profissão, muito pelo contrário, são aportes que visam endossar o debate crítico e ampliar o campo de conhecimentos da totalidade histórica que permeia a categoria questão social no Brasil, assim como em outros territórios que tiveram processos semelhantes de colonização, exploração dos povos e do meio ambiente, utilização de mão-de-obra escravizada e que, até hoje, configuram um cenário de pobreza, miséria e ausência de mínimos sociais para a classe trabalhadora.

Tal ampliação não é no sentido de afirmar que existem “múltiplas questões sociais” ou que há uma “nova questão social”, pois, uma suposta “velha” nunca foi resolvida, mas sim que a “nossa questão social” deve ser vinculada a uma “questão colonial”, marcada por contradições, explorações, antagonismos e conflitos que iniciam com o processo de conquista e colonização do Brasil (Santos, 2018, p. 08).

É inegável que a análise sobre a questão social, como conjunto de expressões das desigualdades e resistências oriundas do modo de produção capitalista, consolidou a profissão de assistentes sociais e trabalhadores sociais no contexto latino americano no terreno das ciências sociais críticas e interventivas. Atualmente, as produções científicas da área nesses territórios são reconhecidas mundialmente pelo seu caráter sociopolítico e pelas múltiplas dimensões de seus debates. Contudo, o próprio cenário de avanço das desigualdades sociais e da discussão sobre temáticas transversais e que se materializam nas expressões da questão social, ampliam os debates em torno da questão social. No Brasil, o conjunto CFESS/CRESS tem direcionado campanhas e materiais voltados à discussão de temas como: LGBTfobia, racismo, machismo, capacitismo, situação dos povos indígenas, dentre outros. Tais aprofundamentos, ainda que não situem objetivamente a análise da totalidade histórica e materialista da constituição das

relações sociais no modo de exploração colonial e escravagista<sup>4</sup>, evidenciam a preocupação com estes elementos históricos e, apontam ensaios sobre os efeitos do colonialismo para a análise da questão social em nosso território, conforme menciona o material Cadernos do CFESS/CRESS 02 — Diálogos Cotidiano de 2022 ao tratar a temática do enfrentamento ao racismo no cotidiano profissional e a relação dos preconceitos e sua relação com a colonização do país:

A coleta do quesito raça/cor/etnia é uma realidade cada vez mais presente no cotidiano do trabalho profissional e nas equipes multiprofissionais, com os objetivos mais diversos. Ao pautar este debate no Serviço Social, interessa-nos somar com outros setores da sociedade, que há décadas têm desempenhado papel fundamental na percepção, denúncia e recusa de práticas conservadoras, autoritárias e restritivas de direitos, contra pessoas que têm sua humanidade negada pela branquitude, em virtude de suas características físicas, culturais e religiosas, em razão de integrarem grupos étnico-raciais perseguidos, e são violentamente tratadas desde que a colonização irrompe no novo território (CFESS/CRESS, 2022, p. 43 e 44).

Nas páginas seguintes, o material cita a importância dos movimentos sociais negros para o aprofundamento do debate sobre o racismo na sociedade e, por consequência, a sua influência para a discussão da questão social a partir da análise sócio-histórica do período colonial e escravagista:

A incansável mobilização de setores do movimento negro, sobretudo na segunda metade do século, reposiciona as assimetrias étnico-raciais e exige a adoção de mecanismos concretos e permanentes, que visem a coibir a reprodução do racismo. Racismo que estrutura a sociabilidade no capitalismo e que se alastra pelos espaços institucionais sorrateiramente e corrói os pilares que poderiam equacionar as expressões mais deletérias da questão social no Brasil. Reiteradamente, os documentos e legislações com os quais trabalhamos apontam para a necessária disseminação de informações acerca da diversidade étnico-racial brasileira e de como a produção de conhecimento deve agir com rigor, para evidenciar no real os impactos de um projeto de sociabilidade que reatualiza, na medida da necessidade da classe dominante, o modus operandi para manutenção da desigualdade social, cuja origem remonta ao período da colonização e da escravidão negra e indígena no país (CFESS/CRESS, 2022, p. 45).

O mesmo material também menciona os efeitos da colonização na construção do Estado brasileiro enquanto “dependente” e reproduzidor do pensamento colonial (autocrático) na atualidade:

[...] o caráter autocrático burguês assumido pelo Estado brasileiro em

---

<sup>4</sup> Uma análise dos materiais do conjunto CFESS/CRESS sobre racismo as palavras: colonial, colonialidade e colonialismo não foram encontradas nas produções. Ver materiais: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno03-Racismo-Site.pdf> e <https://www.cfess.org.br/arquivos/2020Cfess-LivroCampanhaCombateRacismo.pdf>

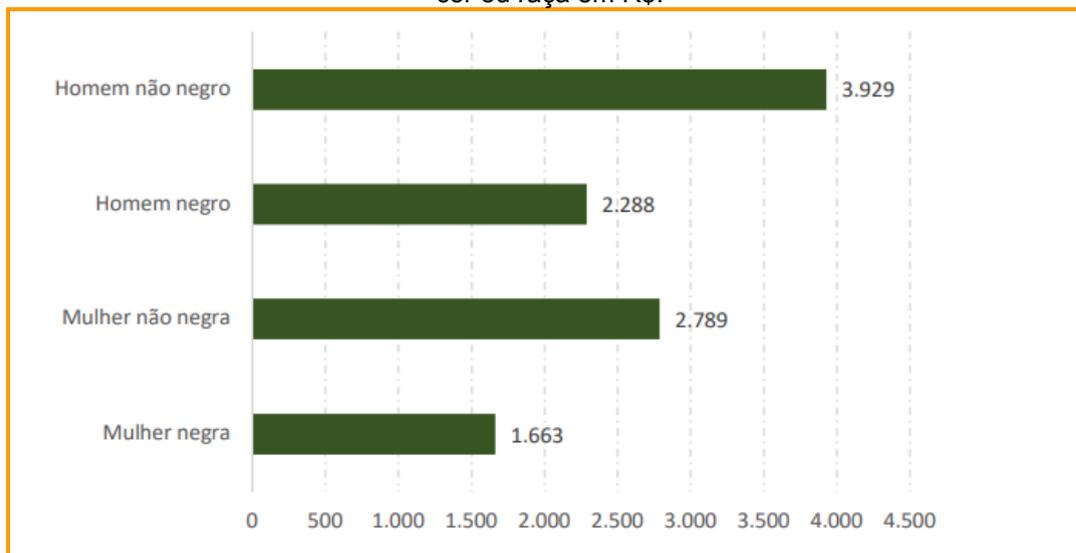
variados momentos da nossa história, o que nos coloca diante de um déficit democrático estrutural; a forma particular com a qual aqui se deu a combinação do atraso com a modernidade; o permanente saqueio do fundo público a serviço do grande capital; uma “questão cultural” marcada pela “ideologia do colonialismo” (Sodré, 1965). São todas elas peculiaridades nacionais de nossa formação social, que só podem ser entendidas quando se conhece o caráter dependente e associado da burguesia entre nós, e devem ser consideradas quando analisamos as variadas conjunturas (CFESS/CRESS, 2022, p. 20 e 21).

Na contramão do ecletismo, e das teorias que negam as contribuições da teoria social com base marxiana para a profissão, os apontamentos referidos nos documentos citados demonstram a relevância da compreensão da colonialidade para o trato da questão social e para o aprofundamento das análises com bases territoriais e históricas. Ademais, enquanto categoria de análise crítica e explicação da realidade, a historicidade é uma peça chave, bem como para a intervenção nas expressões da questão social no cotidiano.

A compreensão da questão social e de suas expressões sem dúvida tem, para além dos fatores de raça, etnia, gênero, orientação sexual, etc., a dimensão econômica como fundamental e estruturante, uma vez que o próprio conceito de questão social é fundamentado com base nas consequências do sistema capitalista de produção. Sabemos, com isso, que o fator renda e acesso ao trabalho acompanham este debate, uma vez que as condições de acesso (ou não) a estes direitos sociais estão diretamente ligadas a manutenção das desigualdades sociais.

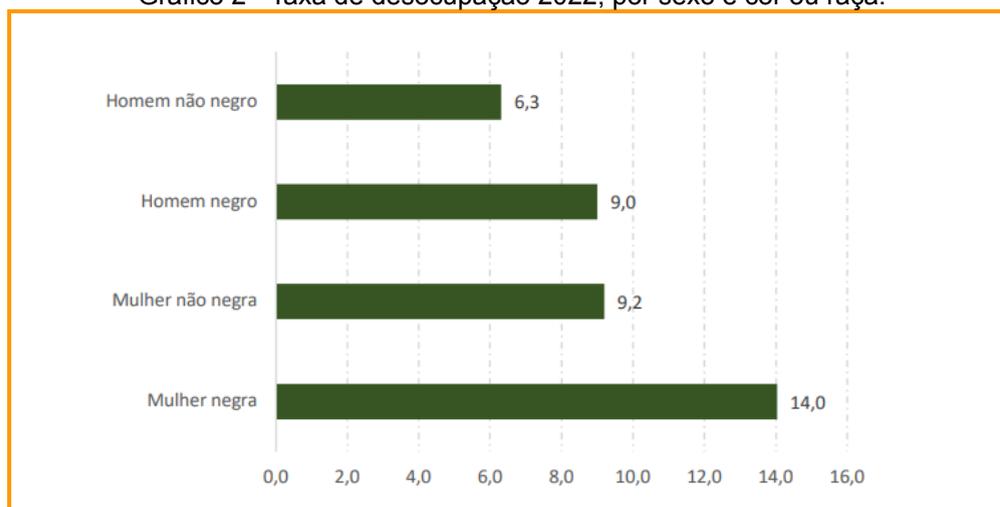
Nesse sentido, apresentamos a seguir os dados do Relatório do Observatório Brasileiro de Desigualdades Sociais (2023) nas Figuras 1 e 2 que expõem, respectivamente, os rendimentos mensais da população brasileira em 2022 e a taxa de desocupação, no mesmo período, na pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE:

Gráfico 1 - Rendimento médio mensal real de todas as fontes, a preços médios de 2022, por sexo e cor ou raça em R\$.



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínuas (2022)

Gráfico 2 - Taxa de desocupação 2022, por sexo e cor ou raça.



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínuas (2022)<sup>5</sup>

Os dados apresentados pela pesquisa servem de subsídios ao nosso debate, uma vez que analisam a intersecção entre as categorias raça e gênero para tecer uma análise sob o aspecto econômico destes grupos. Assim, conforme a pesquisa, uma mulher negra no Brasil recebe menos da metade que um homem branco, e, uma mulher branca, mesmo recebendo um valor muito menor que um homem branco, ainda recebe uma diferença salarial considerável quando comparada aos salários recebidos por homens negros (cerca de R\$ 500,00 de diferença) e por

<sup>5</sup>Extraído do Relatório do Observatório das Desigualdades Sociais no Brasil (Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2023/08/Relatorio-2023-Observatorio-Brasileiro-das-Desigualdades-1.pdf>).

mulheres negras (mais de R\$ 1.100 de diferença). Tais circunstâncias evidenciam a participação do colonialismo em nossa sociedade e na reprodução das desigualdades sociais que permeiam a questão social em nosso país. Além disso, as amostras foram coletadas no período pandêmico, no auge da crise sanitária em 2022, o que nos possibilita uma compreensão sob os efeitos econômicos da crise sanitária para a manutenção das desigualdades sociais no país, sendo fundamental considerar todos os tentáculos de um capitalismo, que não é somente capitalismo, é também um capitalismo patriarcal racialmente estruturado (Santos, 2018, p. 12).

Conforme Yamamoto:

A questão social expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características, étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Dispondo de uma dimensão estrutural, ela atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa “luta aberta e surda pela cidadania”, no embate pelo respeito aos direitos civis, sociais e políticos e aos direitos humanos. Esse processo é denso de conformismos e rebeldias, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos de cada um e de todos os indivíduos sociais. É nesse terreno de disputas que trabalham os assistentes sociais (2012 p. 160).

Foi também durante o período pandêmico que muitas formas de resistência ocuparam as ruas de territórios no mundo todo, pautando questões importantes ligadas aos direitos da classe trabalhadora, tema que aprofundaremos no capítulo 3 quando abordaremos a temática dos movimentos sociais. Aqui, cabe destacar as mobilizações sociais que, mesmo com as limitações impostas pelo distanciamento social, ocorreram e exemplificam o debate que estamos apresentando sobre a questão social e suas expressões advindas da influência colonial em nossa sociedade contemporânea. Desta forma, dentre muitas reivindicações e ações realizadas, destacaremos três momentos que evidenciam os elementos já apresentados e que fazem parte da construção da análise da relação entre a influência colonial na atualidade como o aumento das desigualdades sociais, em especial as atravessadas pelo racismo. São esses: as mobilizações que aconteceram no país inteiro com a pauta: *Vidas Negras Importam*, as manifestações por justiça ao menino Miguel de 5 anos que faleceu quando estava aos cuidados da patroa de sua mãe<sup>6</sup> e também os atos mobilizados em todo o território nacional após

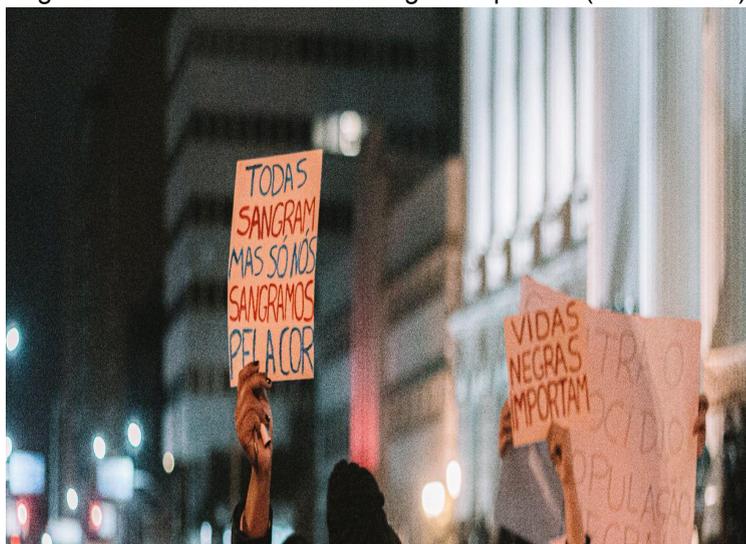
---

<sup>6</sup> Miguel faleceu no dia 02 de junho de 2020 ao cair do 9º andar de um prédio enquanto sua mãe, a empregada doméstica Mirtes Santana, deixou o menino aos cuidados sua patroa na casa em que era empregada doméstica para passear com o cachorro da mesma. O menino de 5 anos tentou pegar um

um homem negro ser assassinado nas instalações de um hipermercado na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul<sup>7</sup>.

As mobilizações com a pauta Vidas Negras Importam iniciaram nos Estados Unidos e se espalharam no mundo todo após o assassinato de George Floyd pela polícia estadunidense no dia 25 de maio de 2020, quando o homem de 46 anos foi asfixiado por mais de 8 minutos enquanto era acusado de supostamente usar uma cédula de 20 dólares que era falsa em um supermercado. As manifestações levantavam bandeiras principalmente contra a violência policial às pessoas negras e utilizavam a bandeira de atos antifascistas. No Brasil, além destas pautas, durante os atos organizados, muitas pessoas carregavam cartazes denunciando a situação da pandemia da Covid-19 e como ela atingia drasticamente a população negra e periférica. Apresentamos, a seguir, imagens que retratam esses momentos e que servem como dispositivos cartográficos para o nosso debate.

Figura 1 - Ato Nacional Vidas Negras Importam (Curitiba-PR)



Fonte: Twitter do fotógrafo Gabriel Rodriguez (01/06/2020)<sup>8</sup>

---

elevador sozinho e caiu, enquanto a dona da casa estava fazendo as unhas no seu apartamento onde a criança foi deixada pela mãe. Sari foi presa na ocasião e condenada pelo homicídio do próprio filho, sendo liberada apenas após o pagamento de uma fiança de R\$ 20 mil reais (nota da autora). <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/justica-condena-sari-corte-real-por-abandono-de-incapaz-com-r-esultado-de-morte/>

<sup>7</sup><https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/11/20/homem-negro-e-espancado-ate-a-morte-em-supermercado-do-grupo-carrefour-em-porto-alegre.ghtml>

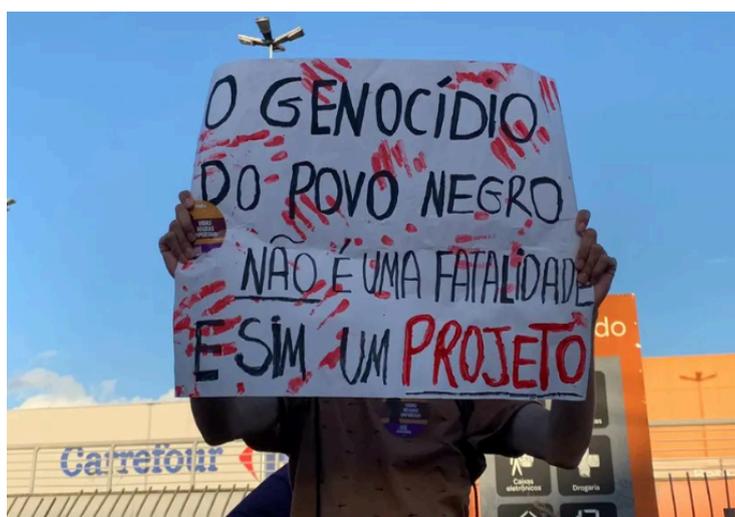
<sup>8</sup> O autor da foto permitiu a utilização da imagem divulgada no link de acesso: <https://twitter.com/gabrerodriguez/status/1267637900834897922/photo/4>

Figura 2 - Ato realizado em Recife–PE pela memória de Miguel no dia 07 de junho de 2020



Fonte: Reportagem do Jornal G1 de Recife–PE<sup>9</sup>

Figura 3 - Manifestação realizada no dia 20 de novembro de 2020 no Supermercado Carrefour em Porto Alegre–RS após a morte de um homem negro no estabelecimento



Fonte: Reportagem do Portal G1(20/11/2020)<sup>10</sup>

As fotografias apresentadas foram escolhidas a partir de pesquisas em meios de comunicação como estratégia de mediação com outros elementos que não só a escrita. Fazem, portanto, parte de uma estratégia cartográfica de utilização de múltiplos dispositivos que utilizamos na tentativa de, através da arte enquanto elemento político e social, retratar elementos históricos e do cotidiano. No processo de conhecer o método cartográfico de pesquisa um dos ensinamentos aprendidos foi este, o adentrar nos territórios de estudo com a profundidade e a busca de

<sup>9</sup>A reportagem completa está disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/06/07/caso-miguel-jovens-levam-flores-e-velas-em-ato-por-justica-na-cidade-chefiada-pelo-patrao-da-mae-do-garoto-que-morreu-ao-cair-do-9o-andar.ghtml>

<sup>10</sup> A reportagem completa está disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/11/20/manifestantes-protestam-na-frente-de-supermercado-carrefour-onde-homem-negro-foi-morto-em-porto-alegre.ghtml>

informações, elementos que da forma mais acessível possível (não só através da palavra) possam dizer sobre o que foi estudado.

Quando observamos as imagens, além das múltiplas formas de expressão de resistência e da diversidade de territórios que elas representam, ressoam estratégias de enfrentamento que se baseiam no racismo enquanto expressão da questão social numa sociedade que ainda reflete os efeitos do colonialismo e das suas formas de exploração. Na primeira foto, que apresenta a mobilização devido ao assassinato de Jorge Floyd, a denúncia exposta pode ser interpretada como uma resposta ao alto índice de diferenciação nos números, quando analisamos os dados de pessoas brancas e negras que sofrem com a violência policial. No Brasil, segundo os dados do Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) entre 2020 e 2021 as pessoas negras representaram 84,1% da população morta por policiais, enquanto a morte de pessoas brancas teve uma queda de 30,9% no mesmo período. Na imagem seguinte, que retrata a passeata denunciando o caso do menino Miguel, vemos em sua maioria a representação de mulheres negras denunciando uma situação de diferenciação entre classe (aqui representadas pela patroa e pela empregada doméstica) que sintetiza o debate que estamos apresentamos sobre as conexões entre os efeitos da herança colonial, que juntamente com a presença do capitalismo e suas desigualdades sociais, materializa uma sociedade onde a colonialidade está presente também através do capital. Já na terceira imagem, quando observamos a frase do cartaz “O genocídio do povo negro não é uma fatalidade, é um projeto” cabem as mesmas reflexões apresentadas para as imagens anteriores.

Contudo, neste contexto, assim como o ocorrido com Jorge Floyd, podemos acrescentar o peso político do local de ocorrência do assassinato, que se deu em espaços de aquisição de mercadorias. Assim, se comprova a materialidade do conceito de necropolítica cunhado por Achille Mbembe,<sup>11</sup> também como cantou Elza

---

<sup>11</sup> Achille Mbembe, renomado filósofo camaronês, introduziu o provocativo conceito de "necropolítica" em seu trabalho "Necropolitics" (2003). Essa abordagem desafia as narrativas convencionais sobre o exercício do poder, explorando as formas pelas quais o controle político se manifesta na gestão da morte e na instrumentalização dos corpos. Mbembe argumenta que, além da tradicional biopolítica, que se concentra na promoção da vida, existe uma dimensão complementar que ele denomina necropolítica, que se ocupa do poder de ditar quem pode viver e quem está destinado à morte. O conceito de necropolítica tornou-se uma ferramenta analítica valiosa para compreender eventos e fenômenos contemporâneos, incluindo conflitos armados, questões de segurança, políticas de imigração e respostas estatais a pandemias. Ao examinar como as estruturas de poder manipulam a morte como um instrumento político, o autor Mbembe oferece profundas reflexões sobre as dinâmicas

Soares (2002) “a carne mais barata do mercado é a carne negra”, se referindo ao desvalor da população negra em uma sociedade marcada pelo consumo e pela violência racial, onde não é universal a liberdade de transitar sem perseguição, medo ou ameaça, ou seja, onde direito humano de ir e vir (Art. 5º Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948) não é superior ao direito à propriedade (Artigo 17º da DUDH e Art. 5º, inciso XXII DA CF). Ou seja, podemos dizer que no cerne da necropolítica está a capacidade do Estado, suas entidades políticas e das instituições, de decidir sobre a vida e a morte de seus cidadãos, envolvendo práticas a imposição de mortes prematuras, o desencadeamento de violência sistemática e a instrumentalização da morte como uma ferramenta de domínio numa sociedade atravessada pelos valores do capital e pela herança colonial do racismo.

De modo geral, a organização dessas formas de resistência são uma resposta às desigualdades sociais da atualidade, mas principalmente, servem como uma conscientização coletiva dos efeitos do racismo como herança colonial em nosso cotidiano. Assim, alguns ensinamentos pudemos aprender e apreender com estes espaços:

- A maioria da população negra, pobre e periférica de nosso país tem consciência sobre os crimes e violências aos quais está constantemente submetida, ou seja, a superação das tentativas de alienação e apagamento da história estão também sendo combatidas.
- Diferente do discurso que coloca questões com o racismo, a LGBTfobia, machismo como pautas “identitárias” ou “debates de/para minorias” estes grupos sociais têm avançado na conexão de suas pautas com a estrutura social, política e econômica e também no impacto coletivo das violências que passam. Neste sentido, também cabe um esforço pedagógico dos demais grupos de apoiarem estas resistências e conectarem e incorporarem estas pautas “identitárias” em suas agendas de luta, em seus estudos e em articulação com a resistência à sociedade capitalista e suas formas de exploração.
- A apropriação de nossa história, de nosso território e seus conflitos é uma

---

sociais e políticas que permeiam o mundo moderno, desafiando-nos a questionar as relações entre vida, morte e poder em nossas sociedades globalizadas (nota da autora).

necessidade frente a sociedade capitalista para todos e todas que almejam uma transformação social e, para os/as que trabalham com a intervenção nas expressões da questão social.

É, portanto, nesse território de contradições que a questão social se materializa, como nas palavras de Zibechi “onde as burocracias estatais são criações coloniais, cujos líderes são recrutados entre as elites brancas, educadas e masculinas, em países nos quais a população é majoritariamente negra, mestiça e indígena” (2022, p. 214). Portanto, apresentar a discussão da importância do papel histórico que a exploração colonial ocupou e ocupa em nossa sociedade é um ponto de partida necessário, pois assim é possível entender como algumas expressões da questão social reverberam em nosso cotidiano e no trabalho com a questão social enquanto objeto de intervenção.

Assim, passa-se não a negar, mas sim a reivindicar a necessária ampliação teórica e histórica do conceito, uma vez que não é possível pensar a Questão Social sem pensar na *Questão Colonial*, e que tal não é somente uma etapa da formação econômica, política e social da América Latina; mas sim é um processo de constante dominação, um constante processo de *colonialidade* marcado por dominações, explorações, contradições e conflitos que seguem latentes na sociedade atual (Santos, 2018, p.07).

Além disso, conforme Barbosa em seu artigo: Decolonialidade e Serviço Social: um debate emergente “em articulação, este conjunto de ferramentas possibilita desvelar a colonialidade onipresente desde o poder, saber, ser e fazer capaz de gerar potenciais processos de transformação nas práticas profissionais, na produção científica e na sociedade” (2023, p.178).

Por fim, concluímos os debates deste primeiro capítulo, com as (in)conclusões necessárias que a temática nos possibilitou alcançar até o momento, salientando a importância da conexão entre categorias que, para além do campo teórico, possuem uma implicação cotidiana dos sujeitos sociais pertencentes a territórios explorados no passado e no presente. Entendemos assim que, as possibilidades da decolonialidade enquanto escola de pensamento é uma estratégia de resistência frente a ciência hegemônica, ao pensamento colonial e a desvalorização do conhecimento de base territorial, que, assim como outras teorias críticas, visa um futuro de rupturas e transformações.

Nos capítulos seguintes aprofundaremos algumas temáticas já discutidas neste glossário de reflexões que sintetiza uma parte dos aprendizados colhidos na

construção desse vínculo. Finalizamos, então, com o poema de Conceição Evaristo — Os Bravos e Serenos Herdarão a Terra — pois o nosso convite no capítulo seguinte é o aprofundamento da categoria território, enquanto cartografia do nosso lugar habitado e suas transformações, para que através destas análises possamos compreender como chegamos a pandemia da Covid-19 e à organização de resistências pautadas por ela.

### **Os Bravos e Serenos Herdarão a Terra**

*O cotidiano plenifica-me  
de dor, abandono e busca.  
O grão de arroz, que soçobra  
na pia, me emociona  
nasalizando-me a voz  
e brilha como um diamante  
preso nos campos vazios  
onde a fome brinca  
escovando os dentes dos famintos  
com uma pasta dentifrícia  
feita de saliva seca  
que sabe a fome.  
No cotidiano busco a plêiade  
tenaz da esperança  
e plenificada de crença e gozo  
encontro outras laboriosas mãos  
revolvendo a terra  
e retomando as sementes dos falsos donos da gleba.  
Do cotidiano só rimos.  
Sorrisimos o nosso sábio riso  
com os nossos dentes  
abrilhantados de fome e força,  
porque, aqueles que todos pensavam mansos,  
bravos se tornaram  
e então, seremos nós,  
bravos e serenos,  
que herdaremos a terra (Evaristo, 2008, p.58).*

### 3 CARTOGRAFIA DO LUGAR: ESTADO, ECONOMIA E PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL

*Não desvie o olhar, não sorria discreta como dizendo, morra. Não pense assim, sou seu dono vindo de um lugar distante, sempre serei seu dono, sou excelente com minhas palavras, meus papeis e toda violência que posso fazer emocionado. Tenho o coração fraco para dor, te vejo ainda trancada no fundo do galpão gritando para eu morrer, mas não morro. Tenho a cor do ouro que roubei das suas terras (Chaparro, 2022, p.21).*

A abertura deste segundo capítulo é acompanhada do trecho da crônica “O Excelente Colonizador”, parte da coletânea “O que resta do depois”, publicados pelo autor Yan Chaparro (2022)<sup>12</sup> durante a pandemia da Covid-19. As palavras de Chaparro ressoam não apenas como um testemunho literário e uma expressão artística da realidade, mas também como uma voz que ecoa as experiências históricas que moldaram a partir de sua trajetória em nosso território na atualidade. Essa crônica, escrita durante a pandemia da Covid-19, captura o sentimento do momento específico, mas também serve como um fio condutor para explorarmos as complexas interações entre Estado, economia e as expressões da questão social que permeiam nossa sociedade a partir de suas heranças coloniais.

Conforme os conhecimentos já acumulados no decorrer desta cartografia, podemos dizer que assim como as violências e as explorações dos colonizadores teceram marcas em nossa história e em nosso território, o surgimento do sistema capitalista de produção também direcionou os caminhos políticos, geográficos e sociais em “suas” periferias. Posto isso, é o crescimento desenfreado do espaço urbano (processo posterior ao período colonial) acompanhado da mecanização das cidades exploradas que culminou na trajetória da construção do modelo de Estado e de Proteção social como conhecemos hoje. Ademais, quando nos referimos às resistências e as lutas dos movimentos sociais na atualidade, como é a proposta deste estudo, também estamos constantemente trabalhando com as tensões e disputas entre o Estado e a sociedade civil na garantia da proteção social, uma vez que as reivindicações históricas da classe trabalhadora são atreladas a negação do

---

<sup>12</sup> Yan é Pesquisador/Integrante do Grupo de Pesquisa Estudos Críticos do Desenvolvimento/ CNPq e do Grupo de Pesquisa Etnologia e História Indígena/CNPq. Pesquisador/Integrante do Laboratório de Humanidades/LabuH, do Grupo de Estudos O Cuidado com os Mundos: sobre o Antropoceno e do grupo de trabalho OuVir Rede Psicologia e Povos da Terra. Sócio fundador da ONG Entre Nós. Atua nos campos dos Estudos com as Sociedades Indígenas, dos Estudos Críticos do Desenvolvimento, do Antropoceno, da Psicologia Social, da Psicologia da Saúde e do Psicodrama.

Estado no cumprimento do seu caráter protetivo.

Para analisarmos as influências dos processos de ocupação e da industrialização do território das cidades latino-americanas, que também são marcados por processos de colonização e exploração, faz-se necessário situá-los no terreno das contradições e das disputas da sociedade capitalista na atualidade e na história. Assim, neste capítulo, nos dedicamos ao aprofundamento da categoria território a partir da sua relação com a construção dos direitos sociais no Brasil, conforme faremos na seção seguinte 3.1, para que, nas discussões posteriores, possamos fazer a relação deste processo histórico com a pandemia da Covid-19. Desta forma, na seção 3.2 abordaremos a temática da proteção social e da desigualdade social durante a crise sanitária, tendo em vista que ambas são parte das reivindicações dos movimentos sociais que se organizaram neste período, assim como na seção 3.3, onde trataremos de refletir sobre três temas fundamentais para compreender o período pandêmico e as lutas sociais: Economia, Trabalho e a Situação da Classe Trabalhadora. Por fim, concluindo o capítulo na seção 3.4 apresentaremos algumas reflexões críticas sobre a situação política do Brasil e suas influências na forma de enfrentamento da pandemia. Recordamos, que as temáticas e categorias elencadas são resultados das entrevistas realizadas com os sujeitos que participaram do estudo na etapa de mapeamento cartográfico (entrevistas).

### 3.1 Da Colônia as Fábricas Capitalistas: Proteção Social e Resistências a partir de Marcas Geográficas que Tecem Caminhos

Figura 4 - Produção Capitalista do Espaço



Fonte: PAIVA, 2023

O início deste tópico é marcado por uma charge visual que suscita reflexões profundas sobre a ligação entre a produção industrial, os impactos socioambientais e as desigualdades econômicas. Escolhemos esta forma de expressão, pois na abordagem metodológica da cartografia política/social empregada nesta análise, a arte é uma ferramenta que contribui para elucidar nossas temáticas. Ademais, como instrumento que retrata realidades de forma crítica, oferece uma abordagem dinâmica, visual e também política, que nos possibilita compreender as intrincadas dinâmicas que moldam a realidade em foco a partir de outros dispositivos que não só a escrita.

Consideramos importante dedicar um espaço para o debate da relação entre território enquanto parte da produção do sistema capitalista nas periferias geográficas, pois, como abordaremos no transcorrer deste texto, essas categorias são fundamentais para compreendermos outras categorias fundamentais em nosso estudo, como proteção social e resistências. Desta forma, acreditamos que para compreender a especificidade do processo de urbanização no Brasil e sua relação com a implementação das políticas sociais, é crucial observarmos uma questão central nesta análise: a realidade do espaço urbano brasileiro se consolida por meio de um rápido processo de urbanização e higienização social, descolado do tempo histórico dos países desenvolvidos, que são representantes da consolidação do sistema capitalista. Portanto, assim como a urbanização do território, as políticas sociais emergem conjuntamente neste conflito, em um terreno de contradições. Materializam-se de maneira distinta de outros territórios não colonizados, pois a proteção do Estado surge como uma resposta às demandas que emergiram nesse contexto contraditório entre as necessidades do desenvolvimento mundial e os “atrasos” no desenvolvimento econômico advindos dos longos processos de exploração. “O Brasil utilizava mão de obra escrava para suprir as necessidades do mercado internacional, enquanto, por exemplo, a Europa estava no auge de seu processo de industrialização” (Machado, 2010, [sp]). Nesse sentido, podemos compreender a formação do espaço social urbano como extremamente relacionado a questão social no Brasil, por ser, neste território, com suas marcas geográficas e históricas, onde se materializam as expressões da questão social. Tais fatores, compõe o espaço social a partir do processo de segregação social, da produção de

desigualdades, e também, da articulação de resistências para garantia de direitos sociais.

Sendo assim, pode-se dizer que, desde sua raiz até a contemporaneidade, o espaço urbano passa por transformações que impactam diretamente no modo de vida, nas condições de trabalho, moradia, acesso à saúde, educação e assistência social. Tais transformações são frutos do modelo de ocupação territorial, historicamente pautado na exclusão e na segregação, ocorridas desde o período colonial. Assim, devido à sua herança colonial exploradora, o processo de ocupação do espaço brasileiro, a partir da ocupação pelos colonizadores, até os processos de migração dos/das trabalhadores/as campo para as fábricas na cidade urbana, está intrinsecamente vinculado às desigualdades sociais. Deste modo, a maneira como a emergência e consolidação do sistema capitalista influenciam o planejamento do espaço urbano e a promoção de direitos sociais pelo Estado é crucial para compreendermos as dinâmicas sociais em curso.

O espaço urbano brasileiro se constituiu sem planejamento e com alta taxa de exclusão social e espacial, principalmente daqueles que não puderam, e, continuam não podendo, pagar por seu pedaço de cidade, que são cada vez mais visíveis nas grandes capitais, caracterizando uma paisagem de segregação sócio-espacial. “Nessas formas de encenação pública, a pobreza é transformada em paisagem que lembra a todos o atraso do País, atraso que haverá de ser algum dia absorvido pelas forças civilizatórias do progresso” (Telles, 2001, apud Nalin, 2007, p. 27).

Caracterizado como uma composição anárquica e acelerada, o processo de urbanização que acompanhou as demandas da universalização do modo de produção capitalista moldou de maneira peculiar as concepções de Estado e Estado de Proteção Social em diversos territórios. Conforme destacado por Marques e Ugino (2017, p.7), essa relação é fundamentada nas condições de produção mais favoráveis dessas áreas, que, segundo Pereira (2017), são herdeiras de efeitos históricos e do permanente colonialismo. A colocação estratégica de empresas nas periferias do capitalismo (conhecidos como Estados dependentes), emergiu como uma alternativa no processo de urbanização tardio nesses territórios. Esse processo não apenas permitiu a construção e manutenção do modo de produção capitalista, mas também perpetuou a ideologia colonial nestes territórios. Desta forma, acreditamos que essa relação possibilitou a manutenção da dependência econômica e a influência política na condução do desenvolvimento econômico, no processo de urbanização e, por consequência, na construção dos modelos de proteção social.

A origem da cidade se confunde, portanto, com a origem do binômio diferenciação social/centralização do poder. Este se coloca tanto internamente (para vários grupos ou classes sociais da cidade em questão) quanto externamente, na conquista e ordenação dos territórios sob seu poder (ROLNIK, 1995, p. 21apud NALIN, 2007 pg. 16).

O contexto mundial de aceleração do desenvolvimento do sistema capitalista de produção passa a impactar significativamente o Brasil a partir de 1930, impulsionando a urbanização iniciada no final do século XVIII e intensificada no século XX, com o advento de uma economia de mercado e o declínio da economia colonial (Oliveira, 1980). O crescimento das grandes cidades facilitou a migração massiva da população rural para áreas urbanas, alcançando índices de urbanização de 31,24% entre 1920 e 1940 (Santos, 1996). Este processo, marcado pelo liberalismo econômico e pelas novas formas de influência imperialista, juntamente com a ideia de "laissez-faire", propiciou o rompimento com as grandes oligarquias coloniais, possibilitando o estabelecimento de novas alianças geográficas e políticas. Nesse contexto, Getúlio Vargas, então presidente do Brasil, desempenhou um papel crucial ao introduzir no país as ideias do populismo e do desenvolvimentismo que caracterizaram a época em países como Alemanha, Itália, e outros. Ao mesmo tempo, esse período marcou o surgimento do discurso dos direitos civis, políticos e sociais, todos diretamente relacionados à condição do trabalho formal (Couto, 2008, p. 103). Podemos dizer, então, que foi desta forma que a urbanização acelerada, marcada pela migração abrupta das/os antigas/os camponesas/es para as cidades, transformando-as/os em trabalhadoras/es das grandes indústrias, reconfigurou drasticamente o cenário urbano. Essas mudanças ocorreram de forma súbita, rápido demais para os modelos de cidades existentes, que ainda possuíam traços das relações coloniais e da produção agrária como principal atividade produtiva. Deste modo, a introdução maciça de pessoas causou um crescimento desordenado das cidades, que se mostraram totalmente despreparadas para absorver um contingente populacional de tal magnitude.

Não foi só o governo. A sociedade brasileira em peso embriagou-se, desde os tempos da abolição e da república velha, com as idealizações sobre progresso e modernização. A salvação parecia estar nas cidades, onde o futuro já havia chegado. Então era só vir para elas e desfrutar de fantasias como emprego pleno, assistência social providenciada pelo Estado, lazer, novas oportunidades para os filhos. Não aconteceu nada disso, é claro, e, aos poucos, os sonhos viraram pesadelos (Santos, 1986, p. 02 apud Maricato, 2003 p. 152).

Durante o período histórico conhecido como Era Vargas (1930–1945), o Estado brasileiro começou a estruturar os direitos trabalhistas (CLT) e a planejar o espaço urbano para atender às demandas do capitalismo em expansão. A reformulação das cidades nesse período incluiu a produção de casas populares nas zonas centrais próximas às fábricas, bem como o acesso à saúde e previdência social, todas políticas vinculadas à condição de empregabilidade. Ademais, no que se refere ao direito a moradia, os longos financiamentos para aquisição de imóveis a preços "populares" beneficiaram apenas uma pequena parcela vinculada ao trabalho formal. O resultado deste processo foi o endividamento e empobrecimento destes trabalhadores<sup>13</sup>, forçando muitos a ocuparem espaços nas zonas periféricas ou conglomerados urbanos das zonas centrais, que já existiam desde o período colonial.

Nas décadas iniciais do século XX, as cidades brasileiras eram vistas como a possibilidade de avanço e modernidade em relação ao campo que representava o Brasil arcaico. A proclamação da República e a abolição da mão-de-obra escrava não superaram a hegemonia agrário-exportadora, o que viria acontecer apenas após a revolução de 1930. Desde então, o processo de urbanização/industrialização ganha, com as políticas oficiais, um novo ritmo (MARICATO, 2003, p. 01).

Ao garantir acesso à cidade e habitação para uma parcela da população, esse modelo de ocupação do espaço contribuiu para o alargamento das desigualdades sociais e para formas de fragmentação da classe explorada. Uma vez que, associando o direito a posse de uma moradia ao trabalho formal, vinculou um direito básico à ascensão econômica e a um "posição privilegiada" na lógica capitalista, que, posteriormente, será reafirmado na Constituição Federal (1988) como Direito a Propriedade Privada. Além disso, a estratégia do Estado em atender apenas uma parcela da população, excluindo os grupos subalternizados desvinculados ao trabalho formal, contribuíram para o aumento das disparidades sociais. Assim, os sujeitos vinculados ao mercado formal de trabalho, que tinham acesso às políticas públicas e sociais da época (Couto, 2004). Isso contribuiu para a perpetuação de um

---

<sup>13</sup> Quando nos referirmos a trabalhadores neste período histórico, são apenas os homens assalariados nas grandes fábricas que surgiram nas grandes capitais, ou seja, esses direitos sociais, ainda sendo gestados, não abrangiam trabalhadores informais, mulheres, trabalhadoras e trabalhadores do campo, empregadas domésticas e cuidadoras do lar (nota da autora).

desenvolvimento desigual no Brasil, caracterizado pela manutenção de ideais conservadores alinhados ao progresso econômico (Iamamoto, 2012).

A noção de desenvolvimento desigual é utilizada em sua acepção clássica (Marx, 1985b, t. I, v. III): A desigualdade entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social na formação capitalista. Revela-se como reprodução ampliada da riqueza e das desigualdades sociais, fazendo crescer a pobreza relativa à concentração e centralização do capital, alijando segmentos majoritários da sociedade usufruto das conquistas do trabalho social (Iamamoto, 2012, p. 129).

No período entre 1940 e 1950, com o crescimento desenfreado do espaço urbano e a mecanização das cidades em curso, o Estado Brasileiro mantém um modelo de proteção social carente de planejamento, resultando em deficiências no atendimento. Nesse contexto, ocorrem remoções de grupos nas favelas e cortiços formados nos centros urbanos durante a industrialização, como consequência da rápida migração do campo para a cidade, acompanhada da ausência de um sistema de proteção social robusto para o atendimento as demandas da população. A manifestação da divisão social, baseada na lógica capitalista de apropriação do território, configura o subúrbio como a fissura entre o centro e a periferia da cidade moderna (Gonçalves, 1995, p. 343). Neste período, o Estado buscava a superação dessas “fissuras” através da padronização e da higienização do espaço urbano para atender aos novos padrões do desenvolvimento industrial e da influência norte-americana na estética das grandes capitais brasileiras. Como consequência destas necessidades, ocorre a desvinculação dos atendimentos habitacionais ligados ao trabalho formal para a execução de projetos que possibilitam às camadas mais pobres o acesso à moradia nas zonas mais afastadas do centro, conforme destacado por Steb (2012):

Como resposta a esta constante migração de contingentes populacionais para as cidades, em 1942 foi decretada uma lei que regulamenta os loteamentos populares, garantindo desse modo a aquisição de terrenos à prestação (2012, p. 22).

É deste período, o surgimento dos grandes bairros periféricos nas capitais como São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Ou seja, é o momento chave da concentração ainda maior da pobreza nas zonas afastadas do centro da cidade. Tais espaços geográficos foram então sendo constituídos a partir do isolamento e da gentrificação social da pobreza, sem a atenção e a oferta dos serviços e recursos existentes nas regiões centrais. O resultado desse que faz emergir novas formas de

agressão à classe trabalhadora, agora refém da violência, da pobreza e do desemprego, como expressões da questão social latentes deste modelo de sociedade capitalista (Maricato, 2000). Este modelo de ocupação e apropriação do espaço urbano segue ao longo da história do Brasil sendo um grande ponto de apoio para a consolidação do regime capitalista, da valorização da propriedade privada e das desigualdades sociais, assim como, serviu igualmente como porta de entrada para a efetivação do Golpe Militar e a fortificação da ditadura por vinte anos. Com a “instauração da Ditadura Civil-Militar em abril de 1964, a intenção de eliminar em definitivo as favelas da paisagem urbana ganhou ímpeto nunca visto. O ‘problema-favela’ clamava, segundo autoridades e setores da sociedade, por uma solução urgente” (Brum, 2013, p.180). Entre 1950 e 1960, o número de habitantes destas praticamente dobrou (Ribeiro e Lago, 1991), cifra que alarmava os que viam a favela como uma infestação que crescia sem controle, conforme descreve Brum no trecho citado.

O período da Ditadura Militar é necessário de ser analisado do ponto de vista crítico da nossa história quando nos referimos ao território, ao direito à cidade, a construção das políticas sociais e as resistências da classe trabalhadora. Afinal, um dos impulsionadores da revolta dos militares, sob a influência dos Estados Unidos (EUA) e das demais potências capitalistas, foi a possibilidade da implementação, pelo então presidente João Goulart (Jango), dos projetos que visavam a reforma urbana e a reforma agrária no país. No contexto pós-golpe de 1964, as políticas urbanas e agrárias foram radicalmente transformadas pelos militares, que promoveram um modelo de desenvolvimento centrado em interesses econômicos e alinhado com a lógica do capital. Concordamos com Elio Gaspari, que em sua obra "A Ditadura Escancarada" (2002), e Maria Victória Benevides, em "Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)" (1984), quando discutem como as medidas adotadas pela ditadura reprimiram as aspirações de reformas sociais propostas por Jango, resultando em impactos profundos na estrutura urbana e agrária do país. No contexto das transformações desse período, diversas mudanças estavam associadas às políticas sociais e à construção de uma nova lógica de direitos sociais, caracterizada por uma abordagem mais conservadora e limitada. Essa mudança refletiu-se em reformas na previdência, assim como em alguns setores da assistência social e da saúde. Como salientado por Couto (2004, p. 120), durante o golpe militar e o estabelecimento subsequente do governo, houve uma influência

significativa no campo dos direitos. Embora nos discursos oficiais a democracia e a garantia dos direitos fossem apresentadas como justificativas para o golpe militar, os instrumentos legais implementados nesse período revelam razões que contradizem tais princípios.

Com o intuito de exercer controle sobre a população e criar a imagem de um Estado comprometido com os interesses sociais, foram estabelecidos vários órgãos, incluindo o Banco Nacional de Habitação (BNH). Inicialmente proposto para atender às demandas da classe trabalhadora, o BNH, financiado pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), acabou sustentando uma ilusão para as classes mais pobres, enquanto, na prática, facilitava o financiamento habitacional para a classe média. A estrutura do mercado de acesso à moradia foi segmentada em três estratos de renda, com foco no autofinanciamento e retorno dos investimentos, afastando-se de subsídios para estratos de menor capacidade de pagamento (Draibe, 1993, p.25, apud Couto, 2004, p.130).

Esse período representa um divisor de águas nas políticas sociais e no planejamento urbano brasileiro. O Brasil passa por uma dinâmica que o distancia do controle do Estado colonizador, alinhado às oligarquias e latifundiários, e testemunha o surgimento de movimentos sociais em prol da liberdade de expressão, da abertura democrática e das reformas políticas, urbanas e agrárias. Esse processo contribui para a "abertura política" e a participação, ainda que limitada, da população na formulação de novos conceitos sobre direitos sociais e políticas sociais, culminando na Constituição de 1988.

A proteção social no Brasil teve seu maior desenvolvimento no período republicano. Ela foi se unificando e se tornando mais abrangente, até chegar à concepção que conhecemos da Constituição de 1988. Di Giovanni (1998) define proteção social como o conjunto de formas, sejam institucionalizadas ou não, que as sociedades estabelecem para salvaguardar seus membros contra os riscos sociais ou vicissitudes da vida em comunidade. A alocação de recursos, bem como os métodos, difere entre grupos sociais, sendo influenciada por critérios históricos e culturais, estando, por fim, sujeita à dimensão de poder. Logo após a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) foi promulgada, estabelecendo a garantia de provisão de ações voltadas para o atendimento de famílias, gestantes, nutrizes, crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e desempregados/as.

Desde 1980, cerca de 68,6% da população brasileira reside em áreas urbanas, resultando em uma crescente responsabilidade do Estado diante das demandas decorrentes dessa rápida urbanização. Este fenômeno culminou na falta de direitos sociais e na formação de grandes contingentes periféricos nas margens das grandes cidades do Brasil. Embora a Constituição de 1988 tenha proporcionado respaldo significativo para a garantia desses direitos sociais, incluindo o acesso à saúde, educação, moradia e assistência social como direitos fundamentais, ela também representa um marco no processo de abertura para o neoliberalismo. As atenuações das responsabilidades fundamentais do Estado enquanto garantidor da proteção social e a solidificação da interação entre o público e a participação do setor privado na garantia dos direitos sociais, tecem, desta forma, caminhos que afetam diretamente a efetividade da Constituição no alcance dos seus objetivos originais. Lacunas como estas, permitiram, por exemplo, a expansão do mercado imobiliário e a terceirização de serviços habitacionais desde os anos 1990. Ademais, ao longo das últimas décadas, podemos observar as consequências deste processo, com a crescente privatização e a participação expressiva de Organizações Não Governamentais (ONGs) e dos serviços privados na gestão, execução e promoção das políticas sociais. Por fim, somada a tais fatos a ausência do Estado na proteção social, a ascensão do neoliberalismo encontra um terreno fértil, onde a iniciativa privada e as ONGs exponencialmente conseguem desempenhar papéis cruciais na oferta de serviços sociais, encobrendo as ausências do Estado como principal provedor.

No encerramento deste segmento, emerge uma compreensão profunda sobre a intrincada interação entre território, segregação e proteção social. Neste sentido, a necessidade de analisar de forma crítica os processos históricos dos países marcados por uma rápida urbanização e pelo crescimento não planejado do espaço urbano, como o Brasil e seus impactos na construção de um modelo que envolve o controle estatal sobre as diversas manifestações da pobreza. Compreendemos também, a partir da análise apresentada nesta sessão, que esses fatores históricos, delineiam o cenário contraditório da interação entre espaço urbano, os direitos sociais e as relações sociais em diferentes contextos históricos e geográficos, bem como apresentam seus traços na atualidade. Então, como parte de uma atuação cartográfica, buscamos lançar reflexões sobre as contradições inerentes à construção da proteção social. Por fim, a análise crítica deste item, permeada pela

perspectiva decolonial, é um ponto de partida para adentrarmos na temática da proteção social e dos direitos sociais no período pandêmico, temática que será debatida a seguir no item 3.2.

### **3.2 Proteção Social e Desigualdade Social na Pandemia: Os Mortos e os Caminhos “Tortos”**

*A Pandemia chega no Brasil e explicita a incrível capacidade do Brasil de não ser um país gentil, honesto, acolhedor e sério com seus humanos, principalmente os humanos que ainda não são considerados inteiramente humanos. O Coronavírus faz enxergar as populações mais vulneráveis, ou deveria fazer, populações que historicamente foram apunhaladas por projetos desenvolvimentistas guiado por um capitalismo tardio de exploração. Pois, aqueles mais vulneráveis aos Coronavírus são os povos indígenas, as populações tradicionais, as populações das periferias urbanas, as populações que vivem na rua, aqueles que sempre são considerados menores para os projetos nacionais e mercadológicos (Chaparro, 2022, p. 29 - 30)*

A pandemia da Covid-19 comprovou que o capitalismo gera suas crises de forma cíclica, porém, também evidenciou que este sistema de exploração esgota a longo prazo as possibilidades de superação das consequências geradas nestes períodos. Segundo dados da pesquisa Food for Justice — Power, Politics and Food Inequality in a Bioeconomy, 13,6% dos brasileiros com mais de 18 anos passaram ao menos um dia sem refeição entre os meses de agosto e outubro de 2020 (período de agravamento da pandemia). Contudo, o Brasil, já apresentava muito antes da pandemia, como consequência da crise capitalista das últimas duas décadas, a supressão por parte do Estado da garantia de direitos básicos. Para além da ausência de garantias mínimas, os/as trabalhadores/as vêm sendo submetidos/as também as consequências do avanço do neoliberalismo e do imperialismo nos territórios latino-americanos. No país, as medidas associadas ao neoliberalismo — como o teto de gastos, a reforma trabalhista, a reforma da previdência — acabam por acelerar o aprofundamento da desigualdade, eclodida com a situação de agravo provocada pela pandemia (Lira, 2021, p. 02). O prejuízo é vivenciado pela população mais vulnerável, que encontra mais dificuldades de acesso aos espaços e serviços públicos, ao trabalho e a redes de proteção, uma vez que parte da administração da qual o Estado é responsável foi suprimida, e, a outra parte, deslocada exponencialmente para a esfera privada, na forma de terceirização.

[...] a teoria neoliberal se afirma como um projeto político oposicionista à Social-democracia, propondo-se a renovar de forma crítica as bases do *laissez-faire*, corrigindo o que é considerado como elementos frágeis. Destaca-se aqui a ideia de que direitos como liberdade individual e propriedade privada não são leis naturais intangíveis, mas sim construídos e adquiridos dentro do sistema social, especialmente a partir das relações econômicas estabelecidas no livre-mercado. Outro ponto é referente à política e ao Estado, ou melhor, ao modo de governar, entendido agora como ferramenta essencial para garantir o pleno funcionamento do âmbito privado e o ordenamento jurídico (Lira, 2021, p. 07).

Os três anos de enfrentamento severo da crise sanitária<sup>14</sup> e as dificuldades encontradas na contenção ao vírus e seus efeitos, sem dúvida apontam para a necessidade de reflexão do conceito de Estado de Proteção Social e sobre sua efetivação. Sendo o sistema de Proteção Social<sup>15</sup> correspondente à responsabilidade do Estado enquanto garantidor e protetor dos direitos da população, e, portanto, relacionado à esfera dos direitos públicos e à universalização de acessos, há no processo de análise deste momento de enfrentamento a pandemia ausências que expressam a origem destes territórios marcados pelas desigualdades sociais, conforme discutimos ao longo do texto.

Quando observamos o processo de construção do Estado brasileiro e também da proteção social nos territórios que estamos chamando de periféricos, é preciso considerar, como menciona Stocco, Pandolfi e Leite, que não foi possível alcançar nos países de capitalismo dependente os mesmos níveis de proteção social e nem o mesmo progresso na economia que observamos nos centros da economia capitalista (2018, p.29). Sabemos, com isso, que a condição de subordinação cumpre um papel fundamental na acumulação de capital em escala global, e por consequência, no processo de manutenção da relação entre territórios de acumulação e territórios de exploração, assim como na diferenciação entre classes sociais.

Desta forma, além da reprodução da condição colonial, a subordinação econômica torna-se elemento fundamental para a reprodução da desigualdade social, “gerando uma transferência de valor da periferia para o centro (Marini, 2000, apud Stocco, Pandolfi e Leite, 2018, p. 29). Neste sentido, o fato dos países

---

<sup>14</sup> Nos referimos aqui aos anos de 2020, 2021 e 2022.

<sup>15</sup> Os sistemas de proteção social podem ser definidos como mecanismos ou, mais concretamente, como um conjunto de dispositivos, políticas e programas públicos que visam garantir aos cidadãos de uma sociedade as condições para o alcance de suas necessidades básicas, fundamentais para sua existência, protegendo-os em relação a riscos e diversas condições de vulnerabilidade que podem vivenciar ao longo do ciclo de vida (Aranha, Bronzo, 2021, p. 101).

latino-americanos não alcançarem condições mínimas de sobrevivência em um momento de crise na saúde pública, devido aos elementos históricos já apresentados, demonstra como nestes territórios a proteção social se estabeleceu de forma focalizada, e, portanto, seja constantemente ameaçada pelas crises cíclicas do capitalismo. Nestes territórios, onde o processo de superação da miséria e das políticas emergenciais não foi superado pela consolidação do Estado de Proteção Social em enquanto conceito universal, crises como a pandemia do Covid-19 acentuam as desigualdades sociais e as diferenças de acesso a direitos básicos e fundamentais:

O vírus, silencioso e desconhecido, faz forte barulho e intensifica a luminosidade sobre o que se tratou manter invisível sobre a desigualdade social ou se deu trato bem ameno no âmbito da proteção social estatal. A cidadania alcança um lugar de destaque. O ar é de todos. Ele, sim, é democrático e igualitário. Todos os corpos respiram e inspiram-se livremente e o vírus circula abundantemente sem qualquer limite. Ricos e pobres se encontram no ar. É preciso, portanto, cuidar de quem está na rua, de quem não tem renda, de quem depende da circulação para sobreviver, de quem habita o inabitável, de quem não tem água, de quem circula pelo esgoto a céu aberto. O invisível ganha visibilidade, porque ele agora é corpo para o ar onde está o vírus e a proteção social, historicamente, não foi capaz efetivamente de ser protetiva para a condição igualitária de cidadania (Costa, Leão, 2020, p.46).

Segundo informações disponibilizadas pela Organização Mundial das Nações Unidas, o Brasil voltou a fazer parte do mapa da fome já em 2020<sup>16</sup>, e, conforme os levantamentos mais recentes do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) divulgados em 2023, a pesquisa Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19<sup>17</sup> apontou que 33,1 milhões de pessoas não tinham garantido o que comer no ano de 2022. Ainda conforme o estudo, 58,7% da população brasileira conviveu durante a crise sanitária com algum grau de insegurança alimentar (leve, moderado ou grave), e destas, 21,1 milhões de pessoas passaram por insegurança alimentar grave (MDS, 2023). Tal realidade aparece também no gráfico apresentado a seguir, extraído da pesquisa Desigualdade de Impactos Trabalhistas na Pandemia<sup>18</sup> realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 2021, onde são comparados os números de pessoas

---

<sup>16</sup>

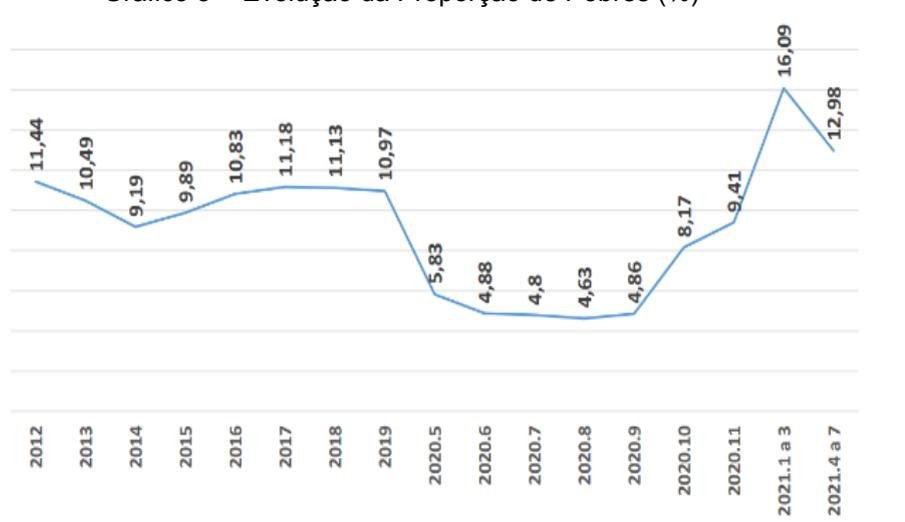
<https://g1.globo.com/saude/noticia/2023/11/27/como-o-brasil-saiu-do-mapa-da-fome-em-2014-mas-voltou-a-ter-indices-elevados-de-miseria.ghtml>

<sup>17</sup>A pesquisa completa está disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2022/10/14/olheestados-diagramacao-v4-r01-1-14-09-2022.pdf>

<sup>18</sup> A pesquisa completa está disponível em: <https://cps.fgv.br/DesigualdadePandemia>

pobres no país no período anterior a pandemia com dados do período da crise sanitária:

Gráfico 3 - Evolução da Proporção de Pobres (%)



Fonte: Pesquisa Desigualdade de Impactos Trabalhistas na Pandemia realizada com base na PNADC (FGV,2021).

Os dados apresentados pelas pesquisas mencionadas refletem o histórico caminho de desproteção social e as dificuldades do Estado em atender as necessidades da população em um momento de emergência. Ademais, os meses assinalados com decréscimo no número de pessoas em situação de pobreza são compatíveis com a liberação do auxílio emergencial, assim como, o posterior aumento elevado (2021)<sup>19</sup> corresponde ao “corte” nos benefícios para diversas famílias<sup>20</sup>. Além disso, o crescimento da desigualdade social, que aumentou exponencialmente em diversos países neste período, aponta a fragilidade das medidas focalizadas e do trato neoliberal com as expressões da questão social. Segundo a CEPAL, na América Latina, durante a crise sanitária, o Coeficiente de Gini — utilizado internacionalmente para medir a distribuição de renda — aumentou 0,7 pontos percentuais para a média regional (Panorama Social da América Latina/CEPAL, 2022). Tal situação evidencia um alto índice de concentração de renda

<sup>19</sup> O período de crescimento do número de pobres, além de corresponder aos cortes no benefício do auxílio emergencial, também corresponde a um dos momentos de maior gravidade da crise sanitária no Brasil.

<sup>20</sup> O auxílio emergencial passou a ser pago pelo governo federal em abril de 2020 com parcelas de R\$ 600,00 por família e, após agosto do mesmo ano, o valor foi reduzido para parcelas de R\$ 300,00. Em 2021 houve novamente uma adequação do programa, que passou a distribuir os valores de R\$ 150,00 e R\$ 300,00, conforme a composição familiar. O investimento realizado em 2020 em comparação com o de 2021, quando o auxílio emergencial também recebeu outros critérios de elegibilidade, corresponde a 15% do valor do ano anterior, conforme a reportagem divulgada em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2021/03/16/qual-o-impacto-do-novo-auxilio-para-a-populacao-e-a-economia>.

nesse território, que, conforme as medidas neoliberais adotadas por alguns Estados, possibilitou o aumento das privatizações e o enriquecimento (acumulo de capital) para os setores empresariais em diversos ramos, em especial na saúde. Contudo, em um período em que riqueza socialmente produzida necessitava de uma melhor distribuição para o suprimento das necessidades sociais e para o próprio enfrentamento da crise na saúde mundial, a pandemia evidencia os abandonos e as prioridades do Estado, conforme menciona um dos sujeitos entrevistados durante a pesquisa em seu relato transcrito a seguir:

A pandemia não trouxe só a questão sanitária, desmascarou a situação da pobreza em nosso país. Mostrou a falta de acessos, internet, por exemplo, e a injusta estrutura do país... A concentração de riquezas e o contraste do alto padrão de vida - as periferias foram abandonadas. Em Brasília, o bairro Sol nascente, maior favela da América Latina, lá não são estradas, são atalhos formados no meio dos barracos. Neste lugar não tinha caixões, os corpos ficavam em contêineres por dias, não passava carros... Algumas pessoas foram enterradas em sacos plásticos (Entrevista 1).

O depoimento da líder de um dos movimentos sociais examinados ao longo do processo de cartografia destaca diversos temas abordados ao longo do texto, especialmente neste capítulo. Um desses temas é a disparidade nas condições de acesso entre a periferia e o centro de uma grande cidade, o Distrito Federal, que representa tanto o epicentro do poder legislativo brasileiro quanto o maior território reconhecido como favela na América Latina. O relato também destaca o contexto da necropolítica, agravado pela crise sanitária, onde os caminhos estreitos entre as moradias improvisadas impediram a remoção dos corpos dos residentes da periferia, caracterizados no depoimento pela palavra "abandono" em relação à responsabilidade do Estado. Por fim, o testemunho aborda a concentração de riqueza e o contraste das desigualdades sociais, temas que se conectam à nossa discussão contínua sobre os impactos do colonialismo em nossa realidade atual. Nesse contexto, compartilhamos da visão de Lira (2021) de que o agravamento das desigualdades sociais durante a crise pandêmica no Brasil demandou uma disputa ainda mais acirrada pelo Estado, que nos últimos anos tem sido dominado pela hegemonia da racionalidade neoliberal (p. 27).

A pandemia da covid-19 expandiu-se para as periferias, favelas e interiores do país, atingindo populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas, trabalhadores(as) do campo e da cidade, a população em situação de rua, catadores de lixo, trabalhadores(as) do mercado informal, artesãos, refugiados, famílias chefiadas por mulheres, população LGBTI+, entre

outros. Agrava este cenário o desmonte das políticas públicas e o descaso, especialmente do governo federal, que insiste numa oposição perversa entre economia e saúde, tornando ainda mais evidente o darwinismo social e o desprezo pela vida como forma de governo. Sob o signo da tragédia social que se abateu com a pandemia do novo coronavírus, a desigualdade, a desproteção social e a regressão de direitos ganham o epicentro do debate nacional e internacional (Degenszajn, Paz, Wanderley, 2021, p. 157).

Por fim, a categoria trabalho também merece destaque nessa discussão. As transformações no mundo do trabalho, marcadas pela precarização dos vínculos empregatícios, terceirização, desemprego estrutural e fechamento de postos de trabalho, contribuem para uma precarização concreta da vida social da classe trabalhadora. O "fantasma" do desemprego impõe formas diversas de exploração, jornadas excessivas e baixos salários, intensificando a competição no ambiente de trabalho (Teixeira, Macambira, 2017). Essas condições se agravam nas periferias, onde a América Latina enfrenta desafios semelhantes devido a heranças históricas compartilhadas. O aumento do desemprego na região, evidenciado por dados da Organização Internacional do Trabalho, destaca a crise sanitária como um catalisador dessas questões.

O aprofundamento do neoliberalismo e do imperialismo na América Latina, aliado à crise sanitária, limita ainda mais o acesso aos espaços públicos, ao trabalho e às redes de proteção para a classe trabalhadora. O Brasil, por exemplo, apresentou o mais alto grau de concentração de renda em duas décadas durante a pandemia, conforme relatório da CEPAL (2020). O neoliberalismo, substituindo as relações coletivas de trabalho por programas de qualidade total nas empresas, enfraquece organizações de classe e sindicatos, promovendo a competitividade e o individualismo. Essa mudança, observada principalmente após o fim das Ditaduras Militares, impulsiona a exploração dos trabalhadores e acentua as desigualdades sociais (Antunes, 2015).

A pandemia da Covid-19 revela as contradições do sistema capitalista, evidenciando seus impactos desproporcionais. Enquanto os 1.000 maiores bilionários do mundo recuperaram as perdas em nove meses, os mais pobres levarão mais de uma década para se recuperar. A desigualdade se acentua globalmente, afetando especialmente mulheres, população negra e grupos étnicos minoritários (OXFAM, 2021). A América Latina, com sua alta taxa de pobreza e informalidade, enfrenta a pandemia em um contexto de vulnerabilidade exacerbada. A incapacidade de grande parte da população acessar redes de segurança social

reflete as fragilidades do sistema em lidar com crises dessa magnitude (Arroyo et al., 2020).

Para dar seguimento a este debate, apresentamos nas subseções seguintes reflexões e outros dados das pesquisas que apontam as desigualdades sociais no Brasil durante o período pandêmico. Organizamos por categorias (saúde e assistência social) que também apareceram durante as entrevistas realizadas para cada temática poder ter um pequeno aprofundamento e nossa discussão seja também direcionada, com apoio das entrevistas dos sujeitos.

### **3.3 Impactos da Pandemia nas Políticas de Saúde e Assistência Social**

A análise da política de assistência social no Brasil durante a pandemia de COVID-19 continua em foco, buscando entender como as medidas implementadas impactaram a população. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística–IBGE no gráfico 1 (apresentado no capítulo anterior), a pandemia agravou a vulnerabilidade social, resultando em uma taxa de pobreza extrema de 12,8% da população em 2021. A pesquisa do Inquérito Nacional da Segurança Alimentar durante a Pandemia no Brasil indica que, apesar da cobertura significativa do Programa Bolsa Família/Auxílio Brasil, famílias com renda de até 1/2 salário mínimo em praticamente todos os estados não viram melhorias significativas em seu acesso à alimentação adequada (2022).

Essa realidade destaca a necessidade de políticas sociais eficazes para enfrentar os desafios socioeconômicos decorrentes da crise sanitária, em oposição às medidas focalizadas do Governo que não alcançaram resultados tangíveis, como a redução da pobreza ou o acesso à alimentação para as famílias mais vulneráveis. Segundo o Observatório das Desigualdades Sociais, em 2020, o investimento na Política de Assistência Social no país diminuiu significativamente, passando de 3 bilhões de reais em 2014 para apenas 1,3 bilhões em 2020, reflexo das estratégias neoliberais em curso.

Jessé Souza (2019) aborda as transformações no cenário socioeconômico brasileiro e destaca como as políticas neoliberais enfraquecem o papel do Estado como provedor de direitos sociais, impactando diretamente a qualidade e a oferta dos serviços públicos. Como exemplo, podemos citar as estratégias neoliberais adotadas no Brasil, como o teto de gastos e a PEC 55 (também conhecida como

PEC do Teto), são políticas que refletem a orientação econômica voltada para a redução do papel do Estado na proteção social. O teto de gastos, implementado por meio da Emenda Constitucional 95/2016, estabelece limites para o aumento dos gastos públicos, vinculando-os à variação da inflação do ano anterior. Desta forma, essa medida representa uma tentativa de controlar o crescimento das despesas governamentais, priorizando a austeridade fiscal como estratégia para estabilizar a economia. A PEC 55, por sua vez, estabeleceu um teto para os gastos primários do governo federal, incluindo áreas como saúde e educação, por um período de 20 anos. Essa política de austeridade busca, teoricamente, equilibrar as contas públicas e promover a confiança do mercado, atraindo investidores e melhorando a credibilidade fiscal do país. Contudo, essas medidas impactam diretamente os setores sociais mais vulneráveis, resultando em cortes significativos nos investimentos em áreas cruciais como saúde e educação. Além disso, a ênfase em políticas de austeridade pode limitar a capacidade do Estado de promover o desenvolvimento social e econômico e responder às demandas da população, especialmente em momentos de crises, como a pandemia da Covid-19, conforme verificamos no relato de uma das lideranças entrevistadas na pesquisa:

As pessoas buscam ajuda porque estão desempregadas, estão com fome. Semana passada acompanhei uma tentativa de suicídio, porque a pessoa não consegue alimentar com dignidade 3 filhos. Isso acontece pela falta de emprego, sem perspectiva de trabalho e moradia digna e os serviços têm sido insuficientes, isso já era nítido antes da pandemia, porém se agravou ainda mais (Entrevista 1).

Durante a pandemia no Brasil, a assistência social se destacou principalmente pelo Programa Auxílio Emergencial, implementado para com foco nos impactos econômicos da crise. Segundo dados do Ministério da Cidadania (MDS), o Auxílio Emergencial alcançou cerca de 68 milhões de brasileiros em sua primeira fase, representando uma resposta massiva de suporte financeiro. Essa iniciativa teve como foco a situação de vulnerabilidade econômica, que no período da crise sanitária foi vivenciada com força, especialmente pelos/as trabalhadores/as informais, desempregados/as e famílias em situação de pobreza. A implementação do Auxílio Emergencial foi uma medida crucial para aliviar a situação financeira de milhões de brasileiros. Contudo, conforme os estudos já analisados no início deste capítulo, o crescimento da pobreza e a acentuação das desigualdades sociais foram marcas desse período. Além disso, o auxílio emergencial, embora tenha alcançado

uma significativa parcela da população vulnerável, também revelou desafios operacionais, como a identificação precisa dos/das beneficiários/a, as barreiras de acesso impostas as pessoas sem acesso à internet, a demora no recebimento das parcelas, dentre outras.

Como reflexão sobre os impactos da pandemia na política de assistência social, tomaremos como exemplo os dados sobre das pessoas em situação de rua, um dos públicos assistidos por essa política e que sofreu drasticamente com a disseminação do vírus, que, somada a ausência de fortes estratégias de proteção social por parte do Estado e os baixos investimentos, teve um aumento expressivo nos seus números, além da exposição aos riscos e vulnerabilidades já vivenciados.

Gráfico 4 – Aumento da População em Situação de Rua no Brasil durante a Pandemia da Covid-19



Fonte: (Delgado, 2022)<sup>21</sup>

Em Porto Alegre, conforme dados da Prefeitura, no ano de 2020 havia cerca de 3.850 pessoas morando nas ruas da cidade. Esse número cresceu 38,73% em relação ao que se observava na cidade em 2019, quando a Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc) estimou a população de rua em 2.775 pessoas. Em dezembro de 2020, a ONG Centro Social da Rua, que atua junto à população de rua na cidade, realizou uma pesquisa amostral com 805 entrevistas

<sup>21</sup>A imagem faz parte do material publicado disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/brasil-tem-boom-de-popula%C3%A7%C3%A3o-de-rua-que-segue-invis%C3%ADvel-para-o-poder-p%C3%BAblico/a-61135058>

com pessoas em situação de rua. Destas, 152 estavam na rua há menos de 9 meses, isto é, depois do início da pandemia, representando 18,8% do total. O levantamento também apurou que 304 pessoas (37% dos entrevistados) não receberam nenhum tipo de auxílio governamental durante a pandemia e 190 (23%) já haviam contraído o vírus da Covid-19. Também conforme a pesquisa realizada pela ONG, 26,9% da população em situação de rua tinha um local para morar há menos de um ano antes do estudo. Ao todo, das 805 pessoas entrevistadas por voluntários/as que realizam os questionários, forneceram os dados que sintetizamos no quadro a seguir:

Quadro 1 - Dados da População em Situação de Rua de Porto Alegre durante a Covid-19

| %     | Dado  |
|-------|---|
| 19,7% | Foram morar na rua após o início da pandemia                      |
| 6,1%  | São idosos  |
| 19,9% | Não tem documentos  |
| 0,8%  | Declararam nunca terem sido registrados                           |
| 40%   | Não receberam nenhum auxílio do governo                           |
| 33,2% | Recebiam Auxílio Emergencial                                      |
| 36,5% | Fizeram teste para Covid-19                                       |
| 26,1% | Tiveram Covid-19 ou conhecem alguém que tenha contraído a doença. |

Fonte do quadro: Elaborado pela autora com dados da pesquisa realizada pela ONG Centro Social da Rua (2020)

A pandemia da Covid-19 exacerbou as vulnerabilidades da população em situação de rua no Brasil, agravando as condições de vida já precárias desses indivíduos. Com o aumento do desemprego e a diminuição da atividade econômica, muitas pessoas perderam suas fontes de renda, tornando-se ainda mais suscetíveis à falta de moradia. Conforme Santos e Silva (2021) as desigualdades estruturais foram intensificadas durante a crise, evidenciando a necessidade de políticas públicas que enfrentem não apenas as questões emergenciais, mas também as raízes das disparidades sociais e econômicas, tais circunstâncias ficam evidentes quando analisamos os dados do quadro, que reforçam como escassez de recursos, a dificuldade de acesso a abrigos e a serviços básicos, tornaram essa população mais vulnerável à disseminação do vírus (menos de 10% das pessoas que realizam

testes não haviam positivado para Covid-19 até o momento da pesquisa).

Alguns dos corpos são descartáveis, a pop rua, a população periférica e negra. Esse abandono completamente programado e organizado pelo estado, sabido, com intenção, não é negligência nem falta de competência, é crime doloso (Entrevista 3).

Durante os períodos mais críticos da crise sanitária, as principais medidas adotadas para conter a propagação do vírus da Covid-19 foram o isolamento social e a prática frequente de higienização das mãos. Embora ambas tenham sido cientificamente respaldadas como necessárias, enfrentaram considerável resistência, especialmente por parte de políticos adeptos ao neoliberalismo, como o governo de Jair Bolsonaro no Brasil. Este incentivou repetidamente a população a sair de casa para trabalhar e abrir pequenos comércios, alegando a necessidade de preservar a economia do país.

Além disso, acentuaram-se as disparidades sociais no contexto da crise sanitária, evidenciando a questão do direito ao isolamento social. Antes da pandemia, um estudo conduzido pelo Centro de Políticas de Habitação e Comunidades Metropolitanas já indicava que cinco milhões de famílias dependiam de outras para moradia, três milhões habitavam residências sem condições de reparo, e 34 milhões residiam em casas desprovidas de um ou mais elementos essenciais, como registro, água, esgoto, piso adequado e espaço suficiente.

Das favelas às aldeias, as marcas da desigualdade aumentam o desafio para prevenção e controle da Covid-19 e exigem estratégias intersetoriais adaptadas a contextos diferentes. Uso de álcool gel e máscaras, higienização das mãos e mesmo a recomendação para não sair de casa são medidas que esbarram em realidades brasileiras, ou na ausência de direitos básicos, como saúde, emprego e moradia (Rocha, 2020, p. 10 apud Pan,*et al.*, 2021 p. 04)

Pan et al. (2021) também destacam a interseção entre proteção social e as desigualdades territoriais na vivência da pandemia de Covid-19 no Brasil. O estudo aponta para a significativa disparidade no impacto da doença entre diferentes grupos populacionais, salientando que as camadas mais pobres foram mais intensamente afetadas. A propagação do vírus foi fortemente marcada pela carência de recursos para cuidados de higiene e prevenção, além das dificuldades no acesso à informação. Concordamos também com Paim et al. (2022) que constrói contribuições importantes sobre como a fragmentação do sistema de saúde, as desigualdades regionais e a falta de coordenação e comunicação entre os entes

federativos foram obstáculos à eficácia das ações de prevenção ao vírus. Essa análise destaca a necessidade de mais investimentos para operacionalizar reformas estruturais no sistema único de saúde — SUS, principalmente as que gerem uma maior integração entre os níveis de governo para fortalecer a resposta do sistema de saúde diante das necessidades da população no cotidiano e as situações como a pandemia. Contudo, cabe ressaltar a realidade enfrentada pelo SUS durante a crise sanitária, faz parte do percurso de desmonte das políticas públicas como já apontamos anteriormente, e, reforçamos agora com as palavras de Oliveira (2021):

Nos últimos anos, presenciamos um acelerado processo de desmonte da política de Saúde brasileira que atinge diretamente seu financiamento, enfraquecendo o Sistema Único de Saúde deixando milhares de pessoas a mercê de serviços precarizados, empurrando-os ao setor privado de serviços de saúde, numa lógica de transformar em clientes aqueles que deveriam ser sujeitos de direitos, evidenciando o acirramento das disputas pelos recursos públicos e as novas configurações da relação do Estado com o setor privado (Oliveira, 2021, p. 02).

Cabe destacar, que a história precursora do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, marcada pela luta dos movimentos sociais e da organização de dispositivos de controle social bem consolidados, notadamente influenciou diversos países na construção dos seus modelos de seguridade social. Dentre esses exemplos, destacamos o contexto das campanhas de vacinação, que pode ser compreendida à luz de importantes marcos históricos como a criação do Programa Nacional de Imunizações (PNI) em 1973, que representou um esforço significativo para consolidar a imunização como uma estratégia de saúde pública e desempenhou um papel crucial na universalização do acesso a essas ações preventivas. Além disso, a Lei Orgânica da Saúde, promulgada em 1990, que consolidou o SUS, estabelecendo os princípios que regem a saúde no Brasil, inclusive no que diz respeito à vacinação, que sempre foi uma marca de protagonismo brasileiro. Antes do SUS, as ações de imunização eram fragmentadas e descentralizadas, muitas vezes limitadas a determinadas regiões. Com a criação do SUS em 1988, as campanhas de vacinação foram integradas em um sistema nacional, visando proporcionar acesso universal e equitativo às vacinas. Esse marco histórico contribuiu para a melhoria dos índices de cobertura vacinal e para o controle de diversas doenças no Brasil ao longo dos anos. A seguir, trazemos um relato extraído das entrevistas que faz a interlocução desta temática:

Eu me baseio muito no movimento da AIDS. o Brasil foi inovador, tecnologicamente avançado, deu exemplo para o mundo inteiro. Infelizmente pela gestão de estado que incorporou uma necropolítica se diminui o investimento nessas políticas, houve toda uma precarização (Entrevista 3).

A pandemia da Covid-19 sem dúvida revelou contradições no funcionamento do sistema de proteção social brasileiro, conforme analisados a partir da discussão dos impactos da crise sanitária para as políticas de assistência social e saúde. Desta forma, compreendemos que apesar dos avanços proporcionados pela legitimação dos direitos sociais e pelas lutas dos movimentos sociais, as respostas à emergência sanitária expõem fragilidades na infraestrutura e na gestão, evidenciando desafios como a falta de planejamento estratégico, distribuição desigual de recursos e, com isso, a necessidade do fortalecimento dos espaços de controle social e de resistências políticas no âmbito da proteção social, na garantia da universalidade de acesso e no fortalecimento das responsabilidades do Estado.

Por fim, finalizamos as reflexões debatidas neste item, com o trecho da música de Bezerra da Silva — Eu Sou Favela, para introduzir o debate sobre economia, trabalho e a situação da classe trabalhadora na crise sanitária que será realizado na próxima seção.

#### **Eu sou Favela**

*Sim, mas eu sou favela,  
Posso falar de cadeira  
Minha gente é trabalhadeira  
Nunca teve assistência social, só vive lá  
Porque para o pobre, não tem outro jeito  
Apenas só tem o direito  
A um salário de fome e uma vida normal.  
(Bezerra da Silva)*

### **3.4 Política Brasileira e Formas de Enfrentamento à Crise Sanitária: Negacionismos e Ativismos**

A Pandemia da Covid-19 foi durante mais de dois anos um dos assuntos mais comentados entre a população e nos meios de comunicação. O tema teve em todos os espaços desde o início do alastramento da doença na China e nos países europeus em janeiro de 2020, e rapidamente, todos os dias durante o período crítico de alastramento do vírus, muitas notícias acerca do tema eram divulgadas. Contudo, mesmo com milhões de mortes, com o acesso às informações, o

desenvolvimento de pesquisas científicas em todas as áreas de conhecimento e passado o período de intensa gravidade, este ainda gera divergências e divide opiniões sobre a real ameaça do vírus para a saúde pública e sobre seus impactos. Essa circunstância foi, e ainda é, bastante motivada pelas influências políticas conservadoras e suas representações, como as figuras de Bolsonaro no Brasil e Trump nos Estados Unidos. Principalmente nos países que apresentam as maiores taxas de mortalidade devido à contaminação pelo vírus (a exemplo do Brasil, quarto colocado no ranking de países com mais mortes confirmadas por COVID-19 segundo dados do CONASS de janeiro de 2024).

Conforme já abordamos, a crise sanitária expôs a vulnerabilidade de grupos sociais específicos, como trabalhadores informais, indígenas, quilombolas, pessoas em situação de rua, entre outros. A contaminação em massa, a dificuldade de isolamento social, a perda de renda e a insegurança alimentar, somadas ao desmantelamento das políticas públicas e sociais em curso nas últimas décadas, exacerbaram desigualdades estruturais, reproduzindo e agravando padrões preexistentes. Ademais, é possível afirmar que os retrocessos no âmbito da proteção social no Brasil são, também, parte do enfraquecimento dos espaços democráticos e dos avanços do conservadorismo que já era anunciado antes do governo de Jair Bolsonaro, por exemplo, com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016, que possibilitou o então vice-presidente Michel Temer a ocupar o cargo de chefe de Estado. Já analisamos algumas das medidas implementadas neste período que refletem o crescimento das medidas neoliberais e a diminuição do papel do Estado, conforme discutido no item 3.2.1 ao analisar os impactos da PEC 55 e do teto de gastos para as políticas sociais, e, debatemos com profundidade os impactos do neoliberalismo para as políticas sociais, desde sua construção histórica até o enfrentamento da crise sanitária.

Cabe aqui destacar como o governo Temer, ao acelerar desmontes no sistema protetivo do trabalho para atender aos interesses internacionais e dos oligopólios, demonstrou uma mudança de paradigma em relação aos governos anteriores. A busca por cortes de direitos históricos da classe trabalhadora, em favor do capital financeiro, evidenciou uma inversão na “antiga” lógica de conciliação de classes, antes presente nos governos petistas. Essa mudança de perspectiva revelou a fragilidade do projeto de conciliação, levando elites capitalistas e conservadoras a criar condições de retomada do poder.

Tanto os governos Lula e Dilma quanto o governo ilegítimo de Temer não se preocuparam em “cortar na carne” os direitos históricos da classe trabalhadora para garantir os lucros do sistema financeiro e das elites burguesas. No entanto, é no governo Temer que se percebe uma aceleração dos desmontes de todo o sistema protetivo do trabalho, como meio de atender aos interesses dos organismos internacionais e dos grandes oligopólios nacionais e internacionais, materializado pelo conjunto de projetos de lei e emendas constitucionais para garantir os compromissos assumidos com o capital financeiro. A lógica simples, mas absolutamente perversa, demonstrou a impossibilidade de continuação do projeto de conciliação de classes emergente nos governos petistas, que ora mantinha os históricos privilégios da burguesia nacional e internacional, ora investia em políticas compensatórias para os(as) trabalhadores(as). Parece que o governo “esqueceu-se” somente de lembrar que, sob essa lógica, as elites capitalistas buscam a todo momento criar condições materiais e ideológicas de retomar o poder por meio de seus representantes legítimos (Castilho, et al., 2017, p. 10).

Podemos dizer que o governo Temer abriu um terreno fértil para a consolidação do chamado bolsonarismo<sup>22</sup> como projeto político antidemocrático e conservador, uma vez que a influência do governo Temer na configuração do cenário político brasileiro desempenhou um papel importante na pavimentação do caminho para a ascensão de Bolsonaro e suas políticas negacionistas em meio à crise da Covid-19. A postura de negação do presidente Bolsonaro, marcada por menosprezo à gravidade da crise e promoção de tratamentos sem respaldo científico, gerou conflitos políticos, descredibilizou medidas de distanciamento social e contribuiu para a ausência de uma política nacional coesa para o enfrentamento das emergências de saúde. Essa abordagem desumanizada, sob o lema de uma priorização da economia em detrimento da vida, refletiu ainda mais a lógica neoliberal, através do sacrifício aos grupos vulneráveis em prol dos interesses do mercado. Assim, por meio de estratégias conservadoras, que desacreditaram o impacto do vírus para a sociedade, o governo Bolsonaro materializou o projeto já em curso, resultando nas dificuldades enfrentadas para contenção da pandemia e por consequência, nos altos números de mortes<sup>23</sup>. Mencionamos esta temática no trecho

---

<sup>22</sup> O bolsonarismo é um fenômeno político de extrema-direita que eclodiu no Brasil com a ascensão da popularidade de Jair Bolsonaro, especialmente durante sua campanha na eleição presidencial no Brasil em 2018, que o elegeu presidente. Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Bolsonarismo>

<sup>23</sup> No início de 2021, com um alto número de casos e mortes, o país não avançava como esperado na vacinação contra a Covid-19. Apesar de contar há mais de 40 anos com um dos programas de imunização mais bem avaliados no mundo, o Programa Nacional de Imunizações (PNI), o Brasil não conseguiu imprimir a mesma celeridade já vista em outras emergências sanitárias ao processo de vacinação contra a Covid-19 (Fernandez, 2021; Maciel et al., 2022). Isso se deve, em grande medida, à ausência de coordenação das ações de enfrentamento à pandemia pelo Ministério da Saúde (Abrucio et al., 2020).

a seguir, extraído do artigo científico produzido pelo NEMOS e apresentado no Encontro Nacional de Pesquisadores/as em Serviço Social (ENPESS), que serve de subsídio para embasar nossa argumentação:

[...] os/as trabalhadores/as do campo e da cidade, os/as trabalhadores/as do mercado informal, as populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas, a população em situação de rua, pessoas catadoras de lixo, os/as refugiados/as, as famílias chefiadas por mulheres, foram os grupos sociais mais atingidos durante a crise sanitária do Covid-19. Neste sentido, a contaminação em massa, as impossibilidades de isolamento social, a perda de renda e a insegurança alimentar, são elementos que, juntamente com o desmonte das políticas públicas e sociais, a crise econômica e política que se acentuou exponencialmente após o golpe que destituiu a presidenta Dilma Rousseff, reverberam o impacto social da Pandemia. (Paz, Cardoso, et al., 2022, p. 04).

Observamos que esses efeitos são, de uma perspectiva crítica, resultados de um percurso histórico e político no qual se destacam as disparidades entre as ações empreendidas pelas nações “desenvolvidas” e os territórios que foram e continuam sendo impactados pela exploração. Esses últimos, enfrentam diversos obstáculos na implementação efetiva de medidas de proteção social, sofrendo as influências de organizações internacionais lideradas por grandes potências, inclusive no que diz respeito às diretrizes para seu desenvolvimento econômico e as “restrições” consideradas necessárias à proteção social.

No contexto do neoliberalismo, o Estado não se configura como mínimo, mas sim as condições ideológicas e políticas operam de maneira a direcionar as prioridades das atividades para além das necessidades da população. Isso resulta na transferência de parte dessas demandas sociais para serem exploradas pelo setor privado.

Ao tratarmos do debate sobre a crise sanitária, enfatizamos como Bolsonaro expressou o ceticismo em relação à ciência e à tecnologia, às medidas de distanciamento social e ao uso de máscaras, uma vez que seus posicionamentos defendiam condutas contrárias às organizações de saúde e como defensor da retomada econômica e da minimização das restrições. O embate entre a abordagem conservadora do governo e a necessidade de conter a propagação do vírus gerou muitos debates, inclusive nos meios de comunicação, bem como uma infinidade de produções acadêmicas que se debruçaram na análise do discurso do chefe de Estado, como a produção publicada pela FIOCRUZ (2020) — A Estratégia

Brasileira de Combate à Covid-19: Como o Vácuo de Liderança Minimiza os Efeitos das Políticas Públicas já Implementadas da qual extraímos o trecho a seguir:

No entanto, o que parecia ser uma estratégia tecnicamente fundamentada mudou repentinamente após o discurso de Jair Bolsonaro na noite de 24 de março: o presidente não apenas subestimou a crise, como também desaprovou as medidas de distanciamento social defendidas pelo Ministério da Saúde e adotadas por governos estaduais e municipais. Nesse dia, o Brasil registrava 2.201 casos e 46 óbitos. Desde então, o país entrou em um tumulto político provocado, por um lado, por apoiadores do presidente e pelo próprio presidente questionando as orientações da OMS e do Ministro da Saúde e, por outro lado, defensores de medidas mais rigorosas para conter a propagação do vírus. Outras bandeiras polêmicas defendidas pelo presidente incluem o uso de cloroquina, sem embasamento científico; o acirramento do conflito entre “salvar renda” e “salvar vidas”, em que o governo manifesta sua preferência pelos “CPFs” apoiando a reabertura e ameaçando autoridades contrárias ao isolamento; o lançamento do “placar da vida” para divulgar número de pacientes curados da doença e ofuscar dados sobre contágio e mortalidade provocada pela doença; suspensão das coletivas de imprensa e das campanhas informativas veiculadas no início da pandemia, alimentando uma agenda negacionista a respeito da gravidade da crise (Cimini, et al., 2020, sp.).

Sob o lema da defesa da democracia e como contraponto às políticas bolsonaristas, o território brasileiro protagonizou com ativismos e resistências significativas. Trazemos como exemplo as manifestações das torcidas antifascistas, que desempenham um papel significativo na resistência e na expressão política no contexto brasileiro. Em contraste com eventos esportivos que foram temporariamente suspensos, devido às restrições de saúde pública, essas torcidas encontraram nas mobilizações sociais uma forma de se fazerem presentes nas lutas sociais. Apesar do cenário pandêmico, as torcidas antifascistas se destacaram por promoverem ações que visam não apenas a rejeição à ideologia fascista, mas também a defesa dos direitos humanos e a luta contra desigualdades sociais. Além disso, cabe destacar, que essas mobilizações, convocadas exclusivamente pela internet nas redes sociais, foram as que levaram os movimentos sociais e partidos políticos a ocuparem as ruas. Na imagem a seguir, apresentamos um dos registros dessas mobilizações que aconteceram na cidade de São Paulo:

Figura 5- Torcedores/as antifascistas em Protesto pela Democracia



Fonte: Reportagem do Jornal Rede Brasil Atual publicada em 1º de junho de 2020<sup>24</sup>.

A defesa da democracia foi, sem dúvida, a motivação para a mobilização nas ruas durante a pandemia. Contudo, as manifestações das torcidas antifascistas nesse período também se destacaram pela promoção do Sistema Único de Saúde (SUS) e pela busca da solidariedade e inclusão. Segundo relatos veiculados na mídia, esses grupos dedicaram esforços para apoiar comunidades vulneráveis, providenciando alimentos, produtos de higiene e auxílio a indivíduos economicamente afetados pela crise. Esse engajamento social evidenciou a capacidade da sociedade civil organizada em liderar resistências políticas e ações solidárias em momentos desafiadores.

Ao considerar as reflexões apresentadas neste capítulo, reiteramos as ideias expostas desde o início deste estudo, enfatizando que as heranças coloniais continuam a influenciar a abordagem das questões sociais na contemporaneidade, traçando caminhos ainda permeados pela exploração e perpetuação das violências institucionais.

O sistema capitalista vive mais um período de crise, no contexto brasileiro, assim como em outros territórios da América Latina, essa realidade caracteriza-se por um processo de enfraquecimento do setor público, pela privatização de serviços essenciais e pela implantação de reformas que retiram direitos dos/das trabalhadores/as. Além disso, a fragilização das políticas sociais e o enxugamento do papel do Estado brasileiro na garantia de mínimos sociais, têm sido

---

<sup>24</sup> A reportagem completa está disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/torcidas-organizadas-antifascismo-manifestacao/>

drasticamente acentuados após o golpe parlamentar de 2016. Tal situação, do ponto de vista da análise crítica da realidade, culminou no enfraquecimento das condições de participação popular nos espaços de controle social e movimentos sociais e, por consequência, na eleição de candidatos cada vez mais conservadores no poder legislativo, levando a um intenso retrocesso a partir da eleição de Bolsonaro e de parlamentares conservadores em todas as esferas do Estado.

Por fim, finalizamos esse tópico com uma reflexão trazida por uma das lideranças entrevistadas e conduz à abertura do próximo capítulo que abordará com profundidade a temática das resistências dos movimentos sociais ao longo da história do Brasil e, em especial, no período pandêmico. Escolhemos esta forma de concluir as reflexões do capítulo Cartografia do Lugar, uma vez que nos convoca a pensar na necessidade dos debates, estudos e lutas frente às disputas de projetos societários presentes em nosso território.

*O que você pode pedir para uma pessoa que não tem sonhos? As periferias estão tomadas pela falta de assistência. Nosso país é muito desigual, é muito injusto. A Covid-19 confirmou isso. A falta do Estado é uma forma de arrancar da alma das pessoas a possibilidade de viver. Ainda precisemos estudar muito esse período, vamos precisar entender 8 de janeiro. O Estado brasileiro precisará se responsabilizar... Como eles não tiveram a menor vergonha? Quem teria essas motivações? (Entrevista 1).*

## 4 CARTOGRAFIA DE RESISTÊNCIAS

*Nuestra lógica, la lógica que permitió sobrevivir a tantos siglos de masacre en nuestro continente, no es una lógica monológica, monopólica, regida por la neurosis de coherencia y del control, la neurosis monoteísta y blanca de los europeos. Nuestra lógica es trágica, en el sentido de que puede convivir con la inconsistencia, con verdades incompatibles, con la ecuación a y no-a, opuestos y verdaderos ambos, y al mismo tiempo. Y por lo tanto, siempre, siempre, dotada de la intensidad vital de la desobediencia. Una lógica para-consistente para conservar la vida y garantizarle continuidad y mayor bienestar para más gentes, para mantener el horizonte abierto de la historia sin destino pre-fijado, para mantener el [espacio y el] tiempo en movimiento (Segato, 2019, grifo da autora).*

Trazer o debate dos movimentos sociais para o Serviço Social torna-se imprescindível ao falarmos em território, na história das políticas sociais e na construção histórica dos direitos sociais. Ademais, na difícil conjuntura política e econômica que vivemos durante a crise sanitária, a reflexão acerca das resistências da sociedade civil ganharam pouca visibilidade frente ao arcabouço de violações de direitos e às emergências que atingiram todos os setores da vida social. Neste sentido, após o momento de maior gravidade da pandemia, revisitar os enfrentamentos realizados é parte da construção de uma política de memória e reparação. Para além da busca pela memória e reparação, revisitar esses momentos torna-se essencial ao abordar temas relacionados a território, história das políticas sociais e construção dos direitos sociais. Em meio a uma conjuntura política e econômica desafiadora que foi a crise sanitária, as resistências da sociedade civil frequentemente ficaram em segundo plano, diante das violações de direitos e das emergências que impactaram todos os setores da vida social, e por isso, salientamos a necessidade de visibilidade para estes processos de resistência ainda em curso.

Desta forma, este capítulo dedica-se ao detalhamento da cartografia dessas resistências, através da explanação do processo de pesquisa realizado no curso de mestrado, que ocorreu desde a aproximação com a temática e os conceitos já abordados, até a materialização da metodologia utilizada para a coleta dos relatos de representantes de três organizações reconhecidas como movimentos sociais que surgem no contexto da Covid-19. Esta análise não apenas lança luz sobre as lutas atuais, mas também oferece abordagens decoloniais para uma compreensão mais profunda das trajetórias de lutas e resistências, destacando o resgate histórico de

movimentos sociais importantes para o país, como o movimento negro, o movimento feminista/movimento de mulheres, o movimento ambientalista e o movimento indígena, por meio de breves discussões sobre suas lutas, conquistas e desafios. Nesse contexto, explorar a história de outros movimentos sociais, não apenas enriquece a compreensão das lutas atuais, mas também proporciona abordagens decoloniais, permitindo um resgate histórico fundamental para o país.

Em seguida, exploraremos de maneira específica os movimentos sociais que emergiram durante a pandemia e que se dedicam a construir ações de enfrentamento, denúncia e acolhimento frente às consequências da pandemia na vida da população brasileira. Para isso, a discussão apresentada fornecerá uma visão mais aprofundada das três organizações estudadas: Avico Brasil - Associação de Vítimas e Familiares de Vítimas, Abravico - Associação Brasileira das Vítimas da Covid-19 e a Associação Vida e Justiça. Por fim, este capítulo não apenas visa compreender conceitual e criticamente as dinâmicas das resistências, mas também tem em vista contribuir ativamente para o debate e a formulação de estratégias de pesquisa e organização mais eficazes de enfrentamento às desigualdades sociais e com vistas à transformação social.

#### 4.1 Trajetórias de Lutas e Resistências

*Soy las ganas de vivir  
Las ganas de cruzar  
Las ganas de conocer  
Lo que hay después del mar  
Yo espero que mi boca nunca se calle  
También espero que las turbinas de  
este avión nunca me fallen  
(Calle 13)*

Conforme abordamos nos capítulos anteriores, o processo de ocupação territorial e posteriormente de urbanização do Brasil, acompanhou a dinâmica do desenvolvimento econômico mundial, através da exploração de povos e das riquezas naturais para suprir necessidades de modernização dos territórios colonizadores. Todavia, tais fatos não ocorrem sem a resistência e a organização por parte das classes exploradas, escravizadas. Conforme aponta Soares (2020,p.53) “A escravidão não foi uma relação de exploração e opressão que se sustentou sem lutas, de diversas formas e alcances”. A autora ressalta também a construção de espaços de resistência, como, por exemplo, os quilombos, que possibilitam conhecer a história de luta dos nossos povos:

Os quilombos representaram e ainda representam uma importante forma de organização social, política, cultural e territorial do povo negro brasileiro (MOURA, 1992; 1993), bem como um modo de resistência ao genocídio dos povos escravizados nestas terras e um grito de liberdade. Além deles, as insurreições e as revoltas organizadas pela tomada do poder político – como os levantes dos negros malês (muçulmanos), na Bahia (entre 1807 e 1835), e a Balaiada (1839), no Maranhão – também constituíram formas de luta contra a escravidão, para citarmos alguns exemplos (Soares, 2020 p. 7).

Na América Latina, marcada pela colonialidade e pelas profundas desigualdades sociais, os movimentos sociais são historicamente agentes de mudança na busca por justiça social. Seja na defesa dos direitos indígenas, na promoção da igualdade de gênero ou na luta contra regimes autoritários, esses espaços de organização da sociedade civil desempenharam e desempenham um papel vital na consolidação de democracias mais representativas e na criação de políticas públicas que atendam às necessidades das populações vulnerabilizadas, influenciando ativamente na garantia da proteção social, conforme aponta Sposati (2012):

Proteção social tem significado de defesa da vida e impedimento de sua precarização. Embora contemporânea à Declaração dos Direitos Humanos, essa nova concepção de proteção social, alargada para o direito de cidadania, não alcançou muitos países capitalistas para além da Europa. Na América Latina, e em particular no Brasil, tornou-se uma perspectiva e motivo de luta contínua (Sposati: 2012).

A luta pela garantia da proteção social por parte dos movimentos sociais abrange uma variedade de causas, desde os direitos civis até questões ambientais e de gênero. Desta forma, os espaços de resistência são como catalisadores para a conscientização pública e para a modificação das estruturas sociais a partir das demandas populares. Foi através das lutas de classe, que as mulheres garantiram o direito ao voto em diversos territórios latino americanos e os/as trabalhadores/as conquistaram a Consolidação das Leis do Trabalho — CLT no Brasil. Neste sentido, diferentemente da história convencional que conhecemos, que nos foi ensinada pela influência colonial, é possível perceber como nosso país, assim como os demais países da América Latina, tem em sua marca histórica a organização de levantes, greves e manifestações em prol dos direitos sociais e políticos. Essa tradição de lutas e resistências, que se origina desde a escravidão e se estende aos movimentos trabalhistas e de direitos civis, evidencia a persistência e a força das classes exploradas e oprimidas ao longo da história do Brasil.

É importante ressaltar que foi no seio dos movimentos sociais que nasceram as resistências às ditaduras militares e por consequência, as constituições federais em diversos países do sul. No Brasil, a constituição de 1988 é a contraprova histórica da vitória da classe trabalhadora e da sociedade civil organizada para alicerçar a redemocratização do país e criar as bases para a democracia, mesmo que com limites, conforme vivenciamos hoje. Tais fatos demonstram como é histórico o processo de mobilização e participação popular nas questões referentes à luta por direitos sociais e melhores condições de vida para a classe trabalhadora.

Trabalhando com alguns exemplos, citaremos algumas organizações e movimentos sociais que impactaram historicamente na construção dos direitos civis e políticos no Brasil.

O **Movimento Negro Unificado — MNU**, que foi criado como forma de resistência durante o período da ditadura militar no Brasil e participou da formulação de demandas do movimento negro para a construção da Constituição Cidadã durante a Assembleia Constituinte de 1988. Além disso, o movimento até hoje tem como marca a participação em processos decisivos para a garantia dos direitos da população negra em nosso país, como, por exemplo:

- Criação do Dia Nacional da Consciência Negra, o 20 de novembro;
- Demarcação de terras quilombolas;
- Lei 10.639 – estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira nas disciplinas dos ensinos fundamental e médio;
- Lei de cotas nas universidades;
- Lei nº 7.716 – define como crime aqueles resultantes de preconceito de raça ou de cor;
- O reconhecimento de Zumbi dos Palmares como herói nacional.

Outro marco importante para a história da luta dos movimentos sociais no Brasil é a criação de movimentos sociais de luta pela reforma urbana e reforma agrária. Estes espaços pautaram e seguem construindo lutas que reivindicam o acesso aos territórios de forma mais justa e, com isso, evidenciam uma grande contradição da nossa sociedade: como o território foi sendo apropriado enquanto mercadoria e moeda de troca ao longo de muitos anos. Além disso, tamanha é a disputa por terra em nosso país que muitos/as pesquisadores/as e historiadores/as retratam a queda do presidente João Goulart e o início da ditadura militar ao seu projeto de governo que tinha como um dos princípios as chamadas “reformas de

base”.

Em 1985, como resposta às barreiras impostas pelo Estado de acesso à cidade e a periferização das camadas mais pobres, surge o **Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU)**. Este movimento passa a se organizar a partir da crítica à lógica capitalista de apropriação do território como uma mercadoria ofertada para uma parcela mínima da população e, também, a pautar crítica à inexistência de políticas sociais que garantam, efetivamente, o atendimento dessas demandas e o direito à cidade, defendendo que “O acesso à cidade deve ser um direito a todos os seus moradores e não uma restrição a apenas alguns, ou aos mais ricos” (Movimento Nacional pela Reforma Urbana - MNRU). A partir desse movimento, em 1988, a Constituição ganha um capítulo único para tratar a questão da moradia como uma das prioridades para a garantia da vida, sendo um dos direitos fundamentais para a humanidade. No mesmo ano, o **Movimento Sem Terra (MST)** realiza seu primeiro congresso, após um ano de sua fundação, em 1984.

Como citado anteriormente, os **Movimentos de Mulheres**, desde seu surgimento, cumpre um papel fundamental na construção de direitos, no combate ao machismo e na construção de ações concretas para a garantia de uma vida mais digna. Pereira et al. (2022) abordam concisamente a evolução do movimento feminista no Brasil, destacando seu surgimento no início do século XX com a defesa do sufrágio universal e igualdade de direitos. As mulheres brasileiras conquistaram o direito ao voto, entretanto, apenas em 1932. Com o passar do tempo, o movimento feminista no Brasil ampliou sua presença e enriqueceu sua composição, com diversos coletivos e entidades advogando por diversas pautas de igualdade de gênero. Além disso, no Brasil o movimento se viu influenciado por movimentos feministas em escala global e estabeleceu laços com movimentos semelhantes na América Latina (Costa, 2013).

De maneira geral, a trajetória do movimento feminista no Brasil se destaca por sua contínua batalha pela equiparação de gênero e pelo reconhecimento dos direitos das mulheres. O movimento se desenvolveu e se ajustou às transformações no contexto social e político, engajando-se em uma ampla variedade de temas e na defesa dos direitos de todas as mulheres, com foco especial naquelas que pertencem a comunidades em situação de marginalização (Reis, Geraldis e Zanetti, 2022).

Atualmente, podemos dizer que para além das lutas históricas os movimentos feministas são marcados por lutas políticas internas de suma relevância, que reivindicam questões para além dos direitos políticos (como voto, por exemplo). Tais lutas são marcadas por análises como as de Lélia Gonzalez e outras feministas negras, que direcionaram um foco crescente para a condição da mulher negra na sociedade brasileira e, com isso, problematizam de forma crítica e teórica os espaços das categorias raça e classe nas lutas das mulheres. No caso de Lélia Gonzalez, mesmo sendo uma participante ativa no movimento feminista, ela reconhecia a necessidade de garantir a autonomia das mulheres negras. Isso se devia ao fato de que o discurso predominante no movimento feminista, centrado na opressão de gênero moldada pela "ideologia patriarcal", não abordava adequadamente a distinta opressão que moldou e continua a moldar a identidade da mulher negra (Carneiro, 2003). Surgiram tensões com o movimento feminista quando as mulheres negras defendiam a necessidade de lutar por creches comunitárias, e eram contestadas por feministas brancas.

É com base nesses pressupostos, e com apoio e influência de outros movimentos latino-americanos, que surgem no Brasil movimentos sociais que se intitulam Movimentos de Mulheres, não utilizando a nomenclatura movimento feminista. Contudo, o uso dessa terminologia não nega as raízes, estudos e pautas feministas, apenas utiliza uma denominação que para as militantes condiz com uma identificação dos territórios latino-americanos e caribenhos e com suas lutas. Cabe ressaltar no Brasil o **Movimento de Mulheres Olga Benário**, que surge com essa defesa e também compõe a rede de movimentos de mulheres da América Latina e Caribe e, que se difere em suas ações por anualmente realizar campanhas por creches em vários Estados do Brasil. Além disso, desde 2014 o movimento tem organizado ocupações urbanas reivindicando espaços de proteção e acolhimento para mulheres em situação de risco e violência e seus/as filhos/as. Encerrando este parágrafo, é relevante compartilhar que fiz parte ativamente do Movimento de Mulheres Olga Benário, especialmente durante a ocupação que resultou na criação da Casa De Mulheres Mirabal em Porto Alegre, no ano de 2016. Esta foi a segunda ocupação de mulheres realizada na América Latina<sup>25</sup>. Minha participação como militante nesse contexto foi uma experiência marcante que moldou minha

---

<sup>25</sup> <https://www.even3.com.br/anais/xicbdu2022/486137-para-onde-vaio-as-mulheres-vitimas-de-violencia-a-luta-do-movimento-de-mulheres-olga-benario-e-da-casa-de-refer/>

compreensão das trajetórias de resistência, desempenhando um papel fundamental na inspiração para a concepção deste estudo.

Da mesma forma, os movimentos sociais foram essenciais na luta pelos direitos da população **LGBTI+**. O grupo Somos é considerado o marco fundador da militância homossexual no Brasil. Além disso, outros grupos e publicações também foram importantes para o início do movimento, como o 'ChanacomChana', o 'Informativo Associação Galf', o 'Nós Também', o 'Facção Homossexual', o 'Grupo Gay da Bahia', o 'Boletim Informativo do Grupo Dialogay', o 'Triângulo Rosa', e o 'Jornal do Jatobá' (Ferreira e Sacramento, 2019). A comunicação tem sido uma ferramenta importante para o movimento LGBTI+ no Brasil. A militância LGBTI+ privilegia o campo comunicacional, refletindo sobre suas articulações com as mídias, suas práticas e processos. Dessa forma, a comunicação é utilizada para dar visibilidade às lutas e reivindicações da comunidade, bem como para denunciar a violência e a discriminação sofridas por essa população. Além disso, a imprensa foi e ainda tem sido uma importante fonte de informação e mobilização para a comunidade, com publicações como o 'Lampião', o 'Boletim do G.G.B' e o 'Boletim Informativo LAMBDA' (Ferreira e Sacramento, 2019).

Ainda conforme Ferreira e Sacramento (2019) a população LGBTI+ no Brasil enfrenta diversos desafios atualmente. Entre eles, podemos destacar a violência e a discriminação, que ainda são muito presentes na sociedade brasileira. Além disso, também se luta ainda por direitos básicos, como o direito ao casamento igualitário e à adoção de crianças por casais homoafetivos. Outro desafio importante é a resistência de grupos conservadores, como as bancadas parlamentaristas evangélicas<sup>26</sup>, que barram muitas vezes projetos de lei que visam combater a homofobia e utilizam o espaço do legislativo para promover a violência com pessoas LGBTI+.

Conforme aponta Bortolozzi (2019) os direitos humanos são fundamentais para o movimento LGBT, uma vez que a luta por igualdade e respeito à diversidade é uma luta pelos direitos humanos. A garantia dos direitos LGBT é uma questão de justiça social e de reconhecimento da dignidade humana, e está relacionada a diversos instrumentos internacionais de proteção dos direitos humanos, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos. Além disso, a memória das lutas sociais é importante para o

---

<sup>26</sup> [https://pt.wikipedia.org/wiki/Frente\\_Parlamentar\\_Evang%C3%A9lica#Bancada\\_evang%C3%A9lica](https://pt.wikipedia.org/wiki/Frente_Parlamentar_Evang%C3%A9lica#Bancada_evang%C3%A9lica)

movimento LGBT porque ajuda a manter viva a história e a luta por direitos, além de ser um instrumento para a construção de políticas públicas e para a conscientização da sociedade sobre a importância da igualdade e do respeito à diversidade (Bortolozzi, 2019).

Se tratando da luta por reconhecimento, justiça social, acesso à terra e preservação ambiental e cultural, o **Movimento Indígena**, como conceituado principalmente por lideranças indígenas, abarca um conjunto de estratégias e ações que comunidades, organizações e povos indígenas adotam coordenadamente em prol da defesa de seus direitos e interesses coletivos. Conforme Baniwa, (2007) cada aldeia, povo ou território indígena desenvolve e estabelece sua própria forma de resistência na defesa de seus direitos. No entanto, as lideranças indígenas do Brasil sabiamente destacam que, de fato, existe um movimento indígena que visa coordenar as diversas ações e estratégias dos povos indígenas. Isso ocorre com o intuito de conduzir uma luta conjunta, operando em níveis locais, regionais, nacionais e internacionais para proteger seus direitos e interesses compartilhados frente a outros interesses nacionais e regionais. É essencial fazer a distinção entre a existência do movimento indígena ao nível nacional e a existência de uma organização indígena nacional.

Já Deparis (2007) fornece uma perspectiva valiosa sobre o movimento indigenista brasileiro durante as décadas de 1970 e 1980. Este período tumultuado da história do Brasil foi marcado por desafios monumentais para a organização dos povos indígenas em busca de seus direitos fundamentais. Sob a pressão do regime militar e uma migração massiva da população rural para as cidades, os povos indígenas enfrentaram um cenário desolador, com ameaças de extermínio. No entanto, inspirados pelas lutas de outros setores sociais não indígenas, os povos indígenas se engajaram em uma luta para preservar suas culturas, tradições e identidade. A ação conjunta entre a sociedade nacional e os próprios povos indígenas desempenhou um papel fundamental nesse movimento, culminando na criação da União das Nações Indígenas (UNI) como uma tentativa de consolidar os direitos indígenas na Constituição Federal de 1988. Além disso, a pressão popular e a representação das lutas dos povos originários concretizou instancias importantes em nosso país, como a FUNAI.

O trabalho de Deparis ressalta a importância da UNI e como a organização dos povos indígenas se desenvolveu em meio a um contexto desafiador. A atuação

da Igreja Católica, representada pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), desempenhou um papel crucial ao se transformar de uma entidade aliada na luta dos povos indígenas, reconhecendo a necessidade de ouvir as aspirações das comunidades indígenas. Esse processo demonstra como a mobilização popular e a conscientização da sociedade nacional podem ser poderosos catalisadores na busca pelos direitos indígenas e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária (DeParis, 2007). Na atualidade, vemos uma crescente de representantes dos povos indígenas ocupando espaços importantes para garantia e luta por seus direitos, como o parlamento<sup>27</sup>, os conselhos de direitos, as universidades, dentre outros. Tais circunstâncias também são frutos das lutas coletivas por acesso às ações afirmativas, cotas, reconhecimento e pertencimento social<sup>28</sup>.

Da mesma forma, o **Movimento Ambientalista** brasileiro também teve momentos de desafios e conquistas e até hoje cumpre um papel fundamental na defesa do meio ambiente, dos ecossistemas e da vida em geral. De acordo com Alonso, Costa e Maciel, (2007), o movimento ambientalista brasileiro se desenvolveu ao longo de diferentes etapas históricas. O primeiro ciclo de protestos ocorreu durante os anos 1970, quando grupos ambientalistas começaram a se formar e a se organizar em torno de questões ambientais. Campanhas como a “Defesa da Amazônia” e a “Campanha contra a Utilização de Energia Nuclear” permitiram que o movimento se conectasse com a luta pela redemocratização do Brasil. O segundo ciclo de protestos ocorreu durante a Assembleia Constituinte dos anos 1980. Nesse período, coalizões entre grupos ambientalistas se fortaleceram, e diferentes estratégias de mobilização foram adotadas. Grupos conservacionistas e socio ambientalistas se uniram para influenciar a Constituição de 1988. Essa etapa marcou a consolidação das associações como meios de coordenação da ação coletiva ambientalista (Alonso, Costa e Maciel, 2007). O terceiro ciclo de protestos ocorreu durante a Rio-92, a Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1992 no Brasil. Nesse período, o movimento

---

<sup>27</sup> É extremamente significativo destacar que durante a escrita deste trabalho vivenciamos o maior número de parlamentares indígenas sendo eleitos no Brasil nas eleições de 2022. Além disso, temos neste mesmo tempo, pela primeira vez em nossa história, um Ministério dos Povos Indígenas encabeçado por uma grande liderança dos movimentos indígenas no Brasil e na América Latina, A Sra. Ministra Sonia Guajajara.

<sup>28</sup> Quando usamos o conceito de pertencimento social, aqui nos referimos a possibilidade dos povos indígenas de usufruírem dos avanços coletivos da sociedade conforme suas vontades e necessidades, ou seja, com o devido respeito a sua cultura e ao seu território. Nesse sentido, pertencimento aqui é trazido como conceito de pertencer à diversidade social, e não por um viés colonial de adaptação e inclusão por meio de uma socialização imposta.

enfrentou um novo desafio, mas também consolidou uma coalizão nacional. Os grupos ambientalistas se uniram novamente, e o conceito de desenvolvimento sustentável e biodiversidade se tornou central no movimento.

A criação de redes de ativismo ambiental, como o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, contribuiu para a formação de uma coalizão unificada no movimento ambientalista (Alonso, Costa e Maciel, 2007). Esses ciclos de protestos não apenas representaram etapas-chave na evolução do movimento ambientalista brasileiro, mas também destacaram a importância das mudanças na ação coletiva e nas estratégias de mobilização, bem como o papel das coalizões e das associações na coordenação da luta organizada em prol da defesa do meio ambiente no Brasil (Alonso, Costa e Maciel, 2007)

As reflexões aqui apresentadas são um ponto de partida para podermos compreender a participação dos movimentos sociais na luta por direitos sociais em nosso país. Desta forma, acreditamos que não seria possível analisar o contexto pandêmico e as resistências organizadas sem a luz da história como fio condutor. Na seção seguinte nos dedicamos então a adentrar nas lutas do movimento sociais durante a Covid-19, a partir da análise destes, enquanto organismos coletivos de disputa de projetos políticos, que se diferem das ações e ativismos que mencionamos em outros capítulos, e que também aconteceram durante a crise sanitária pautadas por questões significativas para a compreensão da realidade presente e as suas influências coloniais.

## **4.2 Movimentos Sociais e Pandemia**

Conforme abordamos no item anterior, a partir do apanhado histórico de algumas lutas importantes para obtenção de direitos sociais, os movimentos sociais são espaços de resistência política que operam nas contradições da sociedade segundo as necessidades de seu tempo, e, em geral, almejam transformações sociais e possuem horizontes emancipatórios. Nesse sentido, conforme ocorrem as transformações sociais, se modificam também as formas de organização e enfrentamento às diversas consequências das formas de exploração que incidem sobre as classes oprimidas. Podemos dizer que tal situação ocorre uma vez que as contradições entre os interesses distintos das classes sociais, e por consequência, às desigualdades sociais, seguem operando em novos contextos, porém,

apresentando para além dos elementos históricos, novos desafios, conforme apresentamos desde o debate sobre as influências da colonização até a consolidação do modo de produção capitalista de produção . Ou seja, assim como a realidade social passa por mudanças, as formas de luta e organização da classe trabalhadora acompanham a mesma dinâmica, uma vez que respondem às necessidades de classe dos seus grupos oprimidos no tempo presente.

As pessoas constroem as ações coletivas por meio de repertórios conhecidos, de disputas, e pela criação de inovações ao redor de suas margens. Em suas bases há redes sociais e símbolos culturais por meio dos quais as relações sociais estão organizadas. Os quatro elementos: oportunidades políticas, repertórios, redes e marcos referenciais, são os materiais básicos para a construção de um movimento social. As oportunidades políticas têm centralidade no processo. Mudanças nas oportunidades políticas criam novas ondas de movimentos sociais responsáveis por seus desdobramentos (Gohn, 1997, p. 98)

Por compreendermos que a pandemia da Covid-19 foi para o mundo inteiro um destes tantos contextos sociais de impactos significativos no tecido social, e que marca a humanidade para além de seus tempos cronológicos — Passado, Presente e Futuro — escolhemos dedicar esse item para trabalhar alguns dados do objeto de pesquisa, para além da costura sistemática ao longo do texto. Por isso, abordaremos com maior atenção um aspecto desse período pandêmico pouco mencionado nos meios de comunicação, na academia, nas pesquisas científicas, noticiários, redes sociais e demais formas de comunicação, sendo as resistências movimentos sociais no contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil e na América Latina.

Na América Latina, diversas organizações sociais, em meio ao contexto da pandemia do Covid-19, tomaram as ruas e ocuparam espaços públicos reivindicando o direito básico à vida, direito ao isolamento social, à cobrança de medidas emergenciais por parte dos governos para garantia de renda e vacinação em massa para a população. Assim, o espaço das cidades latinas se configurou por meio do embate entre dois projetos distintos de sociedade, que, em alguns territórios, demarcou a luta pelo direito à vida em oposição ao negacionismo frente a pandemia, defendida por alguns governantes. A autora Rita Segato em sua obra “Ni Una Menos: A Luta Coletiva das Mulheres na América Latina”, destaca como o movimento feminista na Argentina, representado pelo coletivo Ni Una Menos, desempenhou um papel crucial na conscientização sobre a violência de gênero e na

busca pela garantia do direito ao aborto legal, seguro e acessível. A mobilização efetiva dessas mulheres, que utilizaram estratégias como manifestações massivas e campanhas nas redes sociais, culminou em 2020 com a aprovação histórica da lei que legaliza o aborto na Argentina, refletindo o impacto significativo que os movimentos sociais podem ter na transformação das políticas públicas não só naquele país, como em diversos locais no mundo inteiro.

Uma vez que o cenário de crise econômica se agravou no contexto da crise sanitária, os reflexos foram e ainda têm sido caracterizados por condições precárias de trabalho, sejam elas para os/as trabalhadores/as inseridos/as em postos de trabalhos essenciais (que foram expostos constantemente a possibilidade de contaminação pela Covid-19), como para os/as trabalhadores/as que tiveram suas jornadas de trabalho alocadas para o espaço doméstico (e, portanto, enfrentam outras formas de precarização do trabalho como a elevação da cobrança por produtividade e flexibilização de direitos trabalhistas). Ressurge, portanto, no contexto destas transformações, com mais profundidade, o debate sobre os movimentos sociais na luta por direitos sociais e políticas de proteção social, uma vez que, tais espaços passam também a serem modificados em suas dinâmicas de organização por conta das necessidades vivenciadas pelas comunidades periféricas, pelos grupos vulnerabilizados e pela classe trabalhadora.

Os movimentos sociais foram profundamente impactados pela pandemia. As mobilizações de rua, as ocupações e os protestos ficaram prejudicados pela necessidade do isolamento social; as pautas de reivindicação foram focadas nos programas de auxílio emergencial e em explosões sociais que surgiram durante a pandemia (como a luta contra a violência policial contra os povos negros); as campanhas foram direcionadas para a solidariedade às comunidades periféricas, abandonadas pelo poder público durante esse período; as formações passaram a incluir o tema dos cuidados em saúde para evitar a disseminação do coronavírus; as ferramentas virtuais de comunicação passaram a ser utilizadas como alternativa para as articulações e as mobilizações (Diehl e Uchimura, 2021 p. 1).

No Brasil, os movimentos sociais enfrentaram desafios significativos na organização de suas atividades e na condução de suas estratégias de luta no período da crise sanitária. A necessidade de distanciamento social e as restrições impostas para conter a propagação da Covid-19, impactaram diretamente a capacidade das organizações em realizar mobilizações presenciais, eventos e manifestações, formas estas que historicamente foram suas principais ferramentas

de atuação. Com isso, muitos grupos passam a adaptar rapidamente suas atividades ao cenário virtual, utilizando plataformas online para realizar reuniões, debates e campanhas de conscientização. A transição para o meio digital, no entanto, não foi isenta de obstáculos, uma vez que a falta de acesso à internet e a dispositivos tecnológicos em diversas regiões do país foi um fator de demarcação das desigualdades sociais nos próprios movimentos, limitando a participações por questões de acesso, questões geracionais, dentre outra, uma vez que “no mundo digital, aprofundam-se as desigualdades de renda e territoriais, há oportunidades diferentes a partir da inserção no mundo digital, da capacidade de compra, da disponibilidade de acesso, e do lugar onde se mora” (Paz, Silva, Cardoso, *et al.*, 2022, p. 8).

Durante o período pandêmico, no Núcleo de Pesquisa e Estudos em Movimentos Sociais do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUCSP (NEMOS) organizamos debates com movimentos sociais para refletir sobre os impactos da pandemia nas suas estratégias de organização e resistência. Nestes seminários, contamos com a participação do Movimento Sem Terra (MST/SP); Movimento de Mulheres Olga Benário (SP); União dos Movimentos de Moradia do Estado de São Paulo (UMM) e da ONG SOMOS — Comunicação, Saúde e Sexualidade, onde através das lideranças conhecemos um pouco dos seus desafios e das ações realizadas durante a crise sanitária. Destacamos aqui, dentre tantas experiências que foram compartilhadas conosco, a luta do movimento de Mulheres Olga Benário, que realizou a Ocupação Laudelina Campos de Melo<sup>29</sup> em São Paulo, com o objetivo abrigar mulheres vítimas de violência durante a situação mais restritiva da Covid-19, conforme o trecho transcrito do relato da participante do movimento no seminário:

Foi muito rápido da decisão para ocupação, porque na pandemia a gente se viu em uma epidemia, né? Que era a violência doméstica. Então, a gente entende, o movimento entendeu que era urgente, não tinha mais como

---

<sup>29</sup> A Ocupação Laudelina de Campos Melo, realizada pelo Movimento de Mulheres Olga Benario, transformou um galpão abandonado em um espaço de referência, acolhimento e formação política para mulheres em São Paulo. Nomeada em homenagem à militante Laudelina de Campos Melo, a casa oferece atendimento psicológico, social e jurídico humanizado, além de promover atividades como capacitação profissional, rodas de debate, feiras feministas e cursos. Apesar de enfrentar quatro invasões, a casa fortalece sua presença na comunidade, buscando arrecadar fundos e promover a cultura popular. Localizada no bairro do Canindé, a iniciativa faz parte das ocupações de mulheres do movimento, visando transformar imóveis abandonados em centros de referência e resistência. Fonte: <https://averdade.org.br/2023/03/casa-de-referencia-laudelina-de-campos-melo-completa-dois-anos/>

esperar, não podíamos esperar, então foi muito rápido. A gente chamou plenárias é... online né? Através do Instagram e do Facebook. Logicamente a gente não falou o que seria, mas nas plenárias a gente começou a organizar e tirar as comissões. Comissão de panfletagem, no bairro para que as pessoas fossem conhecendo o movimento, todo aquele trabalho de base né? Mas esse trabalho de base foi muito rápido, justamente por conta disso, porque a gente meio que se viu de mãos atadas, e percebeu a urgência que tinha ainda mais ali na região que a gente ocupou, a gente ocupou na região do centro de São Paulo, ali no Canindé, que faz parte do centro expandido de São Paulo. Essa é uma região muito esquecida, ali tem muitos moradores de rua, ali tem muitas mulheres imigrantes de outros países, que não falam a nossa língua (Coordenadora da Casa Laudelina de Campos Melo e Militante do Movimento de Mulheres Olga Benário em São Paulo, 2021).

Sem dúvida, as condições de isolamento social e as tensões decorrentes das crises sanitária e econômica, contribuíram, para um ambiente propício ao aumento dos casos de violência doméstica, que se chocou com a ausência de políticas eficazes e suporte às vítimas para enfrentar esse desafio. Segundo dados da FIOCRUZ (2022), a crise sanitária registrou o aumento dos casos de feminicídio já no ano de 2020, onde o país teve 3.913 homicídios de mulheres, sendo 1.350 registrados como feminicídios. Conforme o relato da militante, a pandemia exacerbou as desigualdades sociais no país, tornando a atuação dos movimentos sociais ainda mais urgente, mesmo que, de formas adaptadas. Além disso, o aumento do desemprego, o agravamento das condições de vida nas periferias urbanas e a falta de políticas eficazes para proteger as comunidades mais impactadas, passaram a ser pautas incorporadas nas lutas sociais, na forma de resistências e também na organização de estratégias de solidariedade de classe.

No Brasil, apesar das dificuldades já mencionadas, organizações políticas e coletivos conseguiram mobilizar esforços para possibilitar o acesso ao auxílio emergencial, promover campanhas de conscientização sobre medidas de segurança sanitária e exigir do governo respostas mais efetivas para enfrentar a crise. Cabe destacar, o protagonismo das mulheres como lideranças destas lutas. Citamos como exemplo, mais uma vez, o Movimento Olga Benário que juntamente com o Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas — MLB, organizou durante a pandemia campanhas de arrecadação e doação de cestas básicas, itens de higiene pessoal, álcool em gel e máscaras em diversos estados do país. Ao todo, os dois movimentos levaram só nas comunidades de Porto Alegre/RS, mais de 25 toneladas

de alimentos já no primeiro ano da pandemia (2020)<sup>30</sup>. Destacamos a seguir, mais um relato da representante do MMOB durante a sua participação no seminário do NEMOS, onde a militante reflete sobre a organização das ações de solidariedade como parte da estratégia política de denúncia da ausência do Estado para além do seu caráter emergencial da necessidade pontual e emergente:

[...] então a gente faz esses serviços como doação de marmitas, cestas básicas, varal solidário, no meio disso a gente entra com a linha política no caso de rodas de debate ou conversas. É então que a gente entende que aquele problema pontual que a gente está entre aspas resolvendo ali naquele momento não é o suficiente, não basta. Então a gente percebe essas ações como uma forma de conseguir conscientizar as pessoas para que elas entendam porque elas estão passando por aquilo [...] ao mesmo tempo que a gente faz esse papel que deveria ser do Estado a gente faz isso para a gente conseguir ganhar mulheres para uma consciência política [...] (Movimento de Mulheres Olga Benário).

Por fim, considerando que as lutas históricas dos movimentos sociais no Brasil desempenham um papel crucial nas resistências durante a pandemia da Covid-19, entendemos que tal processo histórico de mobilização, também cumpriu o papel de subsidiar os alicerces para a reflexão e a organização dos movimentos que surgem neste contexto. Assim, a compreensão das lutas organizadas durante a Covid-19 por movimentos já consolidados, reforça a perspectiva sobre a implicação destes atores coletivos para o enfrentamento das expressões da questão social, mostrando como as demandas por justiça social e direitos fundamentais foram inerentes as limitações do distanciamento social, uma vez que, reconfigurado as estratégias de mobilização, continuaram os enfrentamentos às injustiças estruturais. Ademais, reforça-se o caráter fundamental dos processos de resistência e a importância dos movimentos sociais diante das necessidades da classe trabalhadora, que se acentuaram no contexto da crise sanitária e, que, em muitos casos, careceram de respostas do poder público.

Na próxima seção, nosso debate sobre a temática seguirá demonstrando este mapeamento de resistências. Contudo, será aprofundando a partir de dados mais concretos coletados nas entrevistas com as lideranças do movimento que surgem durante a pandemia. Na mediação entre relatos mais robustos da construção destes movimentos, analisaremos um aspecto fundamental que os caracteriza diferente dos demais movimentos, ativismos e manifestações que apresentamos ao longo desta

---

<sup>30</sup> Segundo informações disponibilizadas nas redes sociais do movimento. <https://www.instagram.com/mlb.riograndedosul/>

cartografia, uma vez que, os três movimentos participantes trarão para nossa discussão as bandeiras fundamentais de sua atuação: O direito a memória, à justiça e a reparação dos crimes cometidos pelo Estado Brasileiro durante a Covid-19.

### **4.3 Insurgências Políticas: Mapeamento Cartográfico das Resistências na Pandemia**

*Tudo, tudo, tudo, tudo que nós tem é nós  
Tudo, tudo, absolutamente tudo que nós tem é  
Tudo que nós tem é isso, uns ao outro  
Tudo o que nós tem é uns ao outros, tudo  
(Emicida, 2021).*

Durante o percurso de pesquisa, o contato da pesquisadora com os movimentos sociais esteve presente em todas as etapas de realização dessa cartografia, por isso sintetizá-los ao longo do percurso da escrita também foi uma escolha que traduz a metodologia utilizada. A organização dos dados coletados durante as entrevistas foi feita pela pesquisadora a partir das perguntas norteadoras utilizadas durante o momento de escuta e, principalmente, a partir das categorias de prevalência mencionadas nos três momentos de entrevista e que usamos ao longo da discussão no texto aqui apresentado. Desta forma, sem a métrica das categorias de análise pré-estabelecidas, os espaços das entrevistas foram conduzidos pelos relatos dos/das representantes e apontaram os caminhos para a categorização, a sistematização e a análise dos dados.

O contato com os movimentos se deu ainda em um contexto pandêmico, que além das barreiras territoriais (por estarem localizados geograficamente em Estados diversos) impôs também as barreiras sanitárias necessárias, e por isso, os encontros ocorreram virtualmente. Destacamos que, o primeiro momento de aproximação com as representações dos movimentos estudados se deu através da carta de apresentação do projeto de pesquisa e, nas três situações, os retornos foram extremamente positivos. Além disso, a mesma questão foi observada durante a realização das entrevistas, ao presenciar o entusiasmo das lideranças com a proposta do projeto de pesquisa e com o convite para participação, mesmo tratando-se de um tema tão sensível e com atravessamentos em suas perdas no luto, “as pesquisas hoje são nossa única política de memória, a gente ta garantindo a continuidade dessa luta e a viabilidade de nossas resistências (Entrevista 3)”. No

entanto, vale ressaltar que a escolha de sintetizar o contato com os movimentos sociais ao longo do percurso da escrita foi guiada por uma sensibilidade aguçada em relação ao momento vivido por muitos dos/das participantes desses movimentos. Durante o percurso da pesquisa, percebemos que o tópico de luta desses movimentos sociais estava intrinsecamente ligado as questões muito sensíveis. Muitos dos/das representantes estavam enfrentando não apenas os desafios da resistência e da organização, mas também vivenciavam um período de luto pela perda de entes queridos devido à pandemia de COVID-19. No relato a seguir, apresentamos essa temática a partir da reflexão de uma das participantes do estudo ao retratar as dificuldades de algumas pessoas em participarem dessas organizações e também dos participantes dos movimentos em tratar da temática do luto:

É importante dizer que não é fácil fomentar esse movimento, falar constantemente sobre esse assunto...Lidamos com uma dor muito grande, mesmo passado esse tempo as pessoas ainda têm dificuldade de falar sobre isso e precisamos respeitar o tempo de cada um (Entrevista 3).

Dessa forma, a abordagem adotada teve em vista ser respeitosa e empática, assim como se prevê na criação de vínculos de aproximação entre sujeitos e pesquisadora num espaço de construção da cartografia política. O reconhecimento da complexidade e da situação emocional desses momentos difíceis foi fundamental para a construção das etapas do estudo e a para a participação das pessoas envolvidas. Assim, enquanto instrumento de pesquisa cartográfica pautado pela narrativa, o contato e as entrevistas com os sujeitos participantes foram conduzidos como um espaço para as vozes desses/das lutas e seus participantes, salientando e valorizando as contribuições que estas vozes trazem ao nosso estudo.

Teixeira (2009) destaca a importância dessas ações para o fortalecimento do caráter político da sociedade civil:

Ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e (2009, p.5).

A primeira entrevista foi realizada no dia 24 maio 2023, com a representante da Associação Vida e Justiça, uma mulher idosa, moradora da região Centro-oeste do Brasil e advogada de formação. O momento de adentrar no universo da escuta

possibilitou, além da aproximação com a temática e a prática metodologia, o encontro com várias temáticas que retratamos ao longo do estudo, por exemplo, quando a entrevistada mencionou a relação das desigualdades sociais com o territórios, e os seus deslocamentos enquanto ativista durante a pandemia, que aponta evidências cartográficas presentes no trabalho de pesquisa em curso. Assim, em seu relato, ao mencionar seu território de moradia, residindo no centro político do País (Brasília), a mesma criou conexões sobre como as emergências da pandemia da Covid-19 pareciam tão latentes pela proximidade com a estrutura governamental. A respeito das motivações para criação do movimento e as lutas organizadas, podemos dizer que a Associação utiliza estratégias que, em geral, são vistas em outros movimentos sociais, porém enfatiza na sua construção a luta pelo acesso a políticas de prevenção e aos tratamentos de saúde adequados para pessoas que contraem o vírus da Covid-19, o amparo social pautado na busca justiça e o suporte profissional de diversas áreas de atuação. Além disso, cabe destacar o papel da associação na criação de espaços de acolhimento e escuta, conforme o relato a seguir:

A associação nasce a partir da articulação política, com deputados de São Paulo e pessoas que tiveram a perda de seus familiares. Usamos no início as redes sociais e nosso objetivo era inicialmente a criação de possibilidades de prevenção, já que havia uma subestimação da vacinação. Esse momento, do início, foi complexo, e motivado muito pelas primeiras mortes da Covid-19, que retratavam um caráter de classe social bem marcado — A primeira a pessoa a morrer no Brasil foi uma empregada doméstica. Por isso a necessidade do encontro com outras pessoas para fortalecimento. As pessoas estão precisando falar. Os serviços têm sido insuficientes (psicológico) poucos serviços oferecem isso. No dia da assembleia de fundação participaram 600 pessoas<sup>31</sup>, mas infelizmente esse número não se manteve (Entrevista 1 - Representante da Associação Vida e Justiça).

A trajetória da Associação Vida e Justiça, relatada a partir da entrevista com sua representante, revela uma resposta necessária diante das desigualdades sociais exacerbadas pela pandemia. Ao abordar não apenas a luta pelo acesso a políticas de prevenção e tratamento, mas também a ênfase na justiça social, amparo e suporte profissional, desta forma, a associação se destaca como um exemplo de mobilização e articulação em tempos de crise. As estratégias adotadas, como a articulação política, o uso das redes sociais e a criação de espaços de acolhimento, refletem características fundamentais dos movimentos sociais contemporâneos,

---

<sup>31</sup> A associação foi criada em 30 de Abril de 2021.

conforme mencionado por Paz, Cardoso, et al (2022). Além disso, a associação, através de suas estratégias, promove a conscientização social ao proporcionar um ambiente para a expressão das experiências individuais atreladas ao debate crítico sobre as dificuldades de acesso e as deficiências nos serviços oferecidos para o enfrentamento da crise sanitária. Assim, a atuação da Associação Vida e Justiça não apenas ressoa com a literatura sobre movimentos sociais que abordamos ao longo deste trabalho, enfatizando a urgência de abordagens colaborativas e centradas nos territórios vulnerabilizados para enfrentar os desafios complexos decorrentes de crises como a pandemia da Covid-19.

A Associação Brasileira de Vítimas e Familiares da Covid-19 (ABRAVICO) foi representada pelo seu dirigente, um homem, servidor público do Estado do Mato Grosso do Sul, local que sedia a organização. No momento da entrevista, o militante relatou que foi a contaminação da esposa e de amigos por Covid-19, enquanto trabalhavam em uma grande empresa na região de Dourados/MT. Este processo é marcado pelo participante como ponto de partida que desencadeou a decisão de formatar o estatuto social e criar a organização. Desta forma, assim como os demais movimentos participantes do estudo, a ABRAVICO emergiu como resposta a uma situação crítica da emergência sanitária, refletindo a necessidade de enfrentamento diante da ineficácia percebida nas respostas governamentais.

A associação foi registrada em 29 de outubro de 2020, a minha esposa trabalhava numa empresa grande de alimentos aqui na região de Dourados/MT — de alimentos e foi contaminada. Depois, eu e um casal de amigos que também trabalha na empresa nos contaminamos. A partir desse momento decidimos formatar o estatuto social e criar a organização. Hoje todos compomos a diretoria, mas precisei estudar mais de 300 modelos de estatutos, afinal era algo novo, atípico, letal (Entrevista 2 - Representante da Associação brasileira de Vítimas e Familiares da Covid-19 - ABRAVICO).

No que diz respeito à organização do movimento, o militante relatou também como a associação, manteve sua atuação diversificada, trabalhando em rede com outros movimentos, como Vida e Justiça, AVICO, e um movimento de mulheres no Rio de Janeiro, para alcançar conquistas significativas em vários territórios, e, assim como a representante da AVICO, destacou na sua atuação a participação na com ação civil pública em prol de profissionais da saúde, familiares e vítimas da Covid-19, inclusive os povos indígenas.

O primeiro momento da militância foi nas redes sociais, ativismo. Principalmente no MT do Sul. A Polarização política aqui da região gerou dificuldades, devido às relações partidárias e ideológicas... As pessoas pareciam querer, encobrir, não dar voz para aquilo, além das informações desconstruídas do Governo Federal, isso atrapalhou bastante o andamento e até sobrevivência da organização (Entrevista 2 - Representante da Associação brasileira de Vítimas e Familiares da Covid-19 - ABRAVICO).

Quanto às perspectivas futuras, a representação da ABRAVICO ressaltou que a organização enfrenta desafios, como a necessidade de mais recursos humanos para dar conta dos projetos em andamento “temos muitos projetos, mas faltam, braços e pernas” No entanto, a organização segue criando espaços de memória e estudo, e também mencionou que para além das estratégias de não apenas como reparação, conta com profissionais que prestam suporte psicológico às vítimas e familiares que buscam a organização. A busca pela responsabilização e a atuação em causas diversas, representa uma construção política e um legado que transcende a pandemia, conforme aparece no relato a seguir:

A questão da memória é muito importante, eu não sabia e comecei a estudar. Estamos com um projeto para lançar um espaço onde as pessoas possam falar sobre isso. É uma forma de ajuda psicológica também. A causa da covid-19 foi pensada em cima da responsabilização. Nosso trabalho é feito em cima da busca pela reparação e responsabilização, mas também, no acompanhamento e no cuidado, para isso temos voluntários da psicologia, fisioterapia e outras áreas da saúde (Entrevista 2 - Representante da Associação brasileira de Vítimas e Familiares da Covid-19 - ABRAVICO).

Na entrevista terceira entrevista, realizada com a representante da AVICO, uma mulher, assistente social, que atua na política de educação no Estado do Rio Grande do Sul e como pesquisadora da FRIOCRUZ, com uma ampla trajetória de atuação em movimentos sociais diversos no seu município de residência (Porto Alegre). A participante, destacou, inclusive, que sua participação em um destes movimentos, a ONG SOMOS — Comunicação, Saúde e Sexualidade, influenciou na fundação da AVICO e, contou com participantes que também contribuíram no processo de criação da associação. Sobre esse tema, a militante nos relatou as seguintes palavras:

A AVICO nasce de um desejo muito profundo de justiça. No primeiro momento foi logo que perdi minha mãe, dez dias depois comecei a falar com pessoas para pensar como poderíamos barrar a crescente mortalidade por conta da Covid-19. Recebi algumas negativas, que não daria em nada, mas não me conformei. Eu sabia na minha trajetória de 14 anos de trabalho que tinha que fazer. Me reuni com um companheiro de militância da ONG

Somos e ele que me ajudou com a elaboração dos documentos, estatutos, etc. Foi assim que conseguimos fundar a AVICO em Abril de 2021 aprendendo com o processo e agindo ao mesmo tempo. Na metade do ano de 2021 começamos a ser convidados para várias coisas, aparecemos em uma matéria grande no el país, a partir desse momento começamos a ser convidados para falar sobre a Covid-19. Em 3 meses de fundação tínhamos 300 pessoas querendo se associar, nem sabíamos como fazer. A mídia começou a nos convidar a falar em tudo que é lugar e começamos a ficar conhecidos em vários espaços (Entrevista 3 - Representante da Associação de Vítimas e Familiares da Covid-19 — AVICO).

Durante a entrevista ficou evidente como a associação de Vítimas e Familiares da Covid-19, desempenha um papel crucial na defesa dos direitos e interesses das pessoas afetadas pela pandemia, mesmo após o período de maior gravidade da crise sanitária. Inspirada nos princípios de outros movimentos sociais, a AVICO visa proporcionar apoio emocional, orientação jurídica e, acima de tudo, uma voz coletiva para aqueles que perderam entes queridos ou enfrentam as sequelas da doença. Como parte de sua luta por justiça e reconhecimento, o movimento tem promovido campanhas de conscientização e engajamento com autoridades para garantir políticas públicas mais eficazes no enfrentamento da crise sanitária desde o seu surgimento. Ao abordar com a participante sobre as ações realizadas pela associação, dentre tantas as mobilizações e articulações, a liderança destacou como fundamental as seguintes participações:

- Participação no tribunal dos povos, onde o Bolsonaro foi condenado. Nas palavras da militante, “este espaço foi fundamentado juridicamente, mas tem conotação política para o movimento”.
- O trabalho da Associação em 4 Grupos de Trabalho (GTS) de transição do governo Bolsonaro para o Governo Lula.
- Construção de ação pública com Ministério Público Federal com os relatos das vítimas e familiares da Covid-19 para conduzir os processos de investigação do Governo Bolsonaro.
- Produção de três documentários — Destacando o último lançado em 2022: ELES PODERIAM ESTAR VIVOS, onde segundo a participante, o movimento conseguiu colocar os maiores especialistas da área da Covid-19 para falar sobre a temática.
- A participação em livros que retratam a situação da crise sanitária no Brasil.

- A Participação em pesquisas de grandes universidades brasileiras e internacionais.
- Contribuições que fomentaram resoluções no Conselho Nacional de Saúde.
- Participação na conferência Nacional de Saúde em 2023, onde a associação compôs a mesa sobre a temática da pandemia juntamente com todos/as ministras/as envolvidas na temática, a presidentes da Fiocruz, dentre outras referências importantes.
- Participação como Delegada na conferência Nacional de Saúde (2023), onde quatro das cinco diretrizes elencadas pela associação foram aprovadas no documento final.

A trajetória da AVICO não apenas evidencia a importância dos movimentos sociais na esfera pública, mas também ressalta a necessidade de uma abordagem multidisciplinar para a compreensão e enfrentamento de crises sanitárias. Ao dialogar com especialistas, participar ativamente de pesquisas acadêmicas e influenciar diretamente as diretrizes estabelecidas em conferências de saúde, a associação não apenas buscou e busca justiça para as vítimas, mas também contribui para a construção de um entendimento mais profundo sobre os desafios enfrentados pela sociedade e também para a formação da consciência coletiva sobre a necessidade das políticas de memória. Neste sentido, as ações da AVICO ressoam com as discussões sobre a importância dos movimentos sociais na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, conforme apontado Manuel Castells (2015) que destaca o papel crucial desses grupos na transformação social e no exercício da cidadania ativa.

Enquanto tivemos gente viva que viveu isso, essa luta não vai acabar. Não vem a reparação só através de indenização, mas sim quando o Estado reconhece que errou, quando reconhece a memória, quando cria políticas de memória, essa luta não acabou. Todos somos enlutados. Somos voluntários, então a motivação precisava ser a gana da justiça... Essa pessoa se toca, se mobiliza. Ela se torna uma militante de direitos humanos. Essa dor que vivemos não vai passar, não voltaremos a ter nossas vidas, viveremos outras vidas (Entrevista 3 - Relato da representante da AVICO).

Os relatos das entrevistas com representantes da Associação Vida e Justiça, da Associação Brasileira de Vítimas e Familiares da Covid-19 (ABRAVICO) e da AVICO, revelam a diversidade de estratégias adotadas por esses movimentos

nascidos do desejo profundo de justiça após a perda de entes queridos. Contudo, nos três momentos de escuta, ficou evidente como essas associações transcendem a pauta da pandemia, por sua atuação ampla e em diversos espaços. Outro ponto que marca a construção destes movimentos, é que o início de suas trajetórias é marcada pelas mobilizações nas redes sociais, assim como abordamos na apresentação de outros movimentos que também utilizaram esta estratégia durante a pandemia. Com isso, a influência da tecnologia surge como elemento fundamental nos movimentos sociais, evidenciando-se na mobilização online, na disseminação de informações e na participação em conferências virtuais. Tais contribuições já foram mencionadas por nós, e retomamos com o embasamento de Barbero:

As tecnologias não são neutras, pois hoje mais do que nunca constituem enclaves de condensação e interação de interesses econômicos e políticos com mediações sociais e conflitos simbólicos. Por isso mesmo, continua ele, são constitutivas de novos modos de construir opinião pública e de novas formas de cidadania, isto é, de novas condições em que se diz e se faz a política (2002, p. 19).

Por fim, destacamos que a categoria luto, que emerge como impulsionador dessas lutas, nos relembra outros momentos históricos e movimentos sociais pautados nessa temática, como a militância em torno da Memória, Verdade e Justiça, cobrando respostas aos crimes cometidos na ditadura militar, que segue sua atuação mesmo após algumas décadas do fim do regime militar e, hoje conta com a participação de vários grupos políticos, coletivos, movimentos sociais e partidos políticos. Assim, acreditamos que a criação dessas associações, que apesar de seu caráter jurídico se identificam como movimentos sociais, não são estratégias que apenas buscam reparação, mas também promovem a responsabilização do Estado e a conscientização da população. Para nós, conhecer estas trajetórias dos movimentos ressaltam a importância de compreender o papel da organização da classe trabalhadora e de suas resistências, como impulsionador de esperanças e luta por melhores condições de vida.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Desperto um belo dia no mundo e me atribuo um único direito: exigir do outro um comportamento humano. Um único dever: o de nunca, através de minhas opções, renegar minha liberdade.” frantz-fanon*

Após a conclusão das ações da pesquisa do mestrado acadêmico, realizadas para a sistematização dessa produção e os diferentes estudos realizados em busca de conceitos e entendimentos acerca da metodologia da cartografia social, encontramos desafios e possibilidades: A cartografia social não tem uma definição única, sendo traduzida por diversos/as autores/as em suas obras a partir do seu olhar, seu campo de atuação e seus objetos de pesquisa. Além disso, nos encontramos também com os conceitos de cartografia política e cartografia exploratória, ambos também definidos a partir de um ponto de partida: O universo cartográfico contempla pesquisa e pesquisador/a em constante movimento com a realidade. No âmbito metodológico, a utilização deste método compôs o estudo como uma ferramenta valiosa para mapear as experiências e resistências dos movimentos sociais durante a pandemia. Desta forma, a cartografia social/política permitiu a visualização e análise das interações sociais, destacando as múltiplas vozes e trajetórias de resistência que podem ser invisibilizadas por narrativas hegemônicas. Ao adotar essa abordagem, a pesquisa pode capturar aspectos importantes, como as estratégias organizativas dos movimentos sociais, as formas de solidariedade comunitária e as articulações políticas emergentes no enfrentamento da crise e conectá-las com a história, a arte e as diversas formas de manifestação da classe trabalhadora. Ressaltamos aqui, que o método cartográfico foi aprendido no caminhar do processo de pesquisa, a partir de um encontro com o novo e o rompimento com as estruturas já apreendidas no ato de pesquisar. Tal desafio, nos conduziu a uma ampliação da leitura crítica sobre a realidade e, principalmente, sobre a pesquisa científica, a produção de ciência e as suas influências em territórios com profundo histórico de exploração que sobrevivem no contexto presente a partir de outras manifestações.

A temática de pesquisa sobre os movimentos sociais e as resistências políticas durante a pandemia do Covid-19 no Brasil, foi muito além do nosso objeto de estudo e dos objetivos que havíamos proposto. Assim, para compreender as

dinâmicas sociais e políticas que emergiram em um contexto de crise sanitária foi necessário mergulhar em categorias não previstas no projeto de pesquisa, como foi o caso da categoria proteção social e nas diversas subcategorias que juntamente endossaram nosso debate sobre a temática. Desta forma, a discussão sobre proteção social, alinhada a temática da construção do espaço geográfico brasileiro e do território latino-americano, que chamamos aqui de *Cartografia do Lugar*, realizada a partir das teorias do sul, fizeram com que a elaboração da dissertação tomasse rumos diferentes dos iniciais. O reconhecimento da importância dessa categoria (proteção social) para construção do trabalho, leva-a inclusive a compor o título desta produção, que, inicialmente, trataria apenas da realidade dos movimentos sociais que surgiram durante a pandemia da Covid-19. Ademais, o estudo destes movimentos sociais, com características tão específicas, também possibilitou a aproximação com o histórico de outros movimentos organizados em nosso país em torno de reivindicações voltadas para a construção de políticas públicas (movimento de mulheres, movimento negro, movimento LGBTI+, Movimento Indígena, Movimento Ambientalista, entre outros). Além disso, esse caminho que emergiu da conexão das categorias proteção social e movimentos sociais, construiu a tecitura que apresentamos nos capítulos, onde consideramos de forma dialética a apresentação das categorias desigualdades sociais e resistências ao discutir cada tema proposto.

A abordagem teórica decolonial se revelou fundamental nesse processo de estudo, pesquisa e sistematização, fornecendo um embasamento questionador e crítico das estruturas de poder e as relações coloniais que, que permanecem em nossa atualidade, inclusive nas respostas governamentais à pandemia. A aproximação com a escola de pensamento decolonial foi uma opção política e também uma necessidade científica enquanto pesquisadora-militante para melhor retratar realidades, contextos históricos e valorizar os conhecimentos “por nós produzidos”, em um momento que o Brasil se recupera não apenas dos efeitos desastrosos da pandemia na economia, na saúde, na educação, mas, também, do impacto das políticas conservadoras e necropolíticas do governo Jair Bolsonaro na forma de produzir ciência, cultura, pesquisa e conhecimento. Assim sendo, este processo requiriu a construção de uma *Cartografia de Vínculos*, conforme apresentamos no primeiro capítulo, a partir de uma revisão teórica das categorias presentes no estudo utilizado autores/as decoloniais. Além disso, a construção

destes vínculos e aproximações teóricas, conforme também discutimos no texto, não foi realizada com a intencionalidade de romper com a teoria científica do Serviço Social brasileiro de base marxista, mas, muito pelo contrário, foi uma estratégia de alargar as reflexões críticas e as mediações entre passado (história) e presente para construção de uma reflexão territorializada e dialética. Por fim, entendemos que desta forma, estudos como estes podem contribuir para pensar estratégias para a produção de conhecimento em Serviço Social e nas demais áreas das ciências sociais e humanas a partir da cultura, da geografia e da história dos nossos povos.

A costura dialética, permeada pela teoria decolonial e a metodologia de cartografia social/política, juntamente com a análise das categorias já mencionadas, possibilitou também a modificação dos desfechos do trabalho: *A Cartografia de Resistências* precisou ir além das resistências políticas da pandemia reconhecidas como movimentos sociais e, encontrar as ações dos movimentos já constituídos e suas estratégias de atuação, uma vez que, esses espaços influenciaram sistematicamente a construção de organizações como, por exemplo, a AVICO. Cabe ressaltar, que a construção articulou dois aspectos muito relevantes para a autora enquanto pesquisadora que “desbrava” o campo da cartografia social em seu percurso de mestrado: a história de militância no Movimento de Mulheres Olga Benário e a participação como pesquisadora no NEMOS durante o curso. Assim, a interlocução pesquisadora-militante configurou uma unidade indivisível nesse processo de “colocar-se” na pesquisa, processo esse, que acreditamos que apresenta um avanço em relação à qualificação de mestrado realizada em novembro de 2022. Por fim, a apresentação mais detalhada das entrevistas realizadas durante a pesquisa com os três movimentos sociais foi sem dúvida um dos grandes desafios deste estudo. As insurgências políticas, como politicamente escolhemos chamar esses grupos, retratam cotidianos, sentimentos, lutas e dificuldades vivenciadas em um cotidiano de perdas e desafios, vividos por todos e todas que habitam este e outros territórios tão negligenciados na pandemia. Ademais, a escuta ativa sobre a categoria luto, pouco desvendada por nós enquanto sociedade, e também, academicamente no Serviço Social, tornou este percurso por vezes denso, e por outras, espaço de acolhimento, partilha e solidariedade.

Ao fim deste percurso de encontros, construção de vínculos e sistematização de conhecimentos, percebemos mais uma vez a condição de inacababilidade e de múltiplas possibilidades que a pesquisa pode nos oferecer. Aqui, temos a

apresentação em forma de escrita de um caminho percorrido, onde seus resultados são escolhas tomadas em todas as etapas de estudo e de investigação. Sobre as escolhas tomadas, mais uma vez ressaltamos o papel que a arte teve e tem nesse processo, não apenas quebrando as métricas e o rigor científico padronizado dos capítulos, mas principalmente, sintonizando um debate denso e, por vezes dolorido, com dispositivos de mediação que retratam o real para além do debate exposto, tornando assim, a construção cartográfica possível. Ademais, tais elementos contribuem para que a trajetória iniciada, apesar das inúmeras adversidades, conclua-se com o “fôlego” do início, onde os encontros com a teoria, o método cartográfico, os movimentos sociais e as categorias de estudo aprofundaram o desejo e a paixão que todo/a militante-pesquisador/a tem de transformação da realidade. Desta forma, se espera que o trabalho realizado cumpra seu propósito de dar visibilidade aos movimentos sociais que insurgem no contexto pandêmico e contribuem significativamente para o alcance de melhores condições de enfrentamento à crise sanitária e, ressalte a importância do Serviço Social Brasileiro e Latino Americano abordar as múltiplas expressões da questão social, destacando a necessidade contínua de aprimoramento teórico e metodológico diante das transformações da realidade e das adversidades dos contextos territoriais e históricos presentes.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. **Nova Cartografia Social: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras**. Nova Cartografia Social da Amazonia, 2017.

ALONSO, A.; COSTA, V.; MACIEL, D. Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro. **Novos Estudos** - CEBRAP, v. 79, n. 79, p. 151–167, 1 nov. 2007.

ANTUNES, Ricardo; PRAUN, Luci. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 123, p. 407-427, Sept. 2015. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282015000300407&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282015000300407&lng=en&nrm=iso)

\_\_\_\_\_. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2015.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2010.

ARANHA, A.; BRONZO, C. **Um olhar sobre a proteção social na América Latina frente à pandemia**. Cadernos PROLAM/USP, v. 20, n. 41, p. 99–126, 30 dez. 2021.

ARROYO, Lorena et al. O desafio econômico de sobreviver à pandemia na América Latina. **El País**. Cidade do México / Bogotá / São Paulo / Buenos Aires, p. 1-1. 18 ago. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/economia/2020-08-18/o-desafio-economico-de-sobreviver-a-pandemia-na-america-latina.html>. Acesso em: 03 out. 2021.

BARBOSA, V. L. E. Decolonialidade e Serviço Social: um debate emergente. **Serviço Social & Sociedade**, v. 146, n. 1, p. 161–182, 2023.

BALLESTRIN, Luciana. “América Latina e o giro decolonial. Decolonial turn and Latin America”. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, 11:89-117, 2013.

BANIWA, G. L. **Movimentos e políticas indígenas no Brasil contemporâneo**. Tellus, p. 127–146, 2007.

BENEVIDES, Maria Victória. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

BORTOLOZZI, R. Mosaico de Purpurina: Revisitando a História do Movimento LGBT no Brasil. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 13, n. 3, 13 set. 2019.

BRASIL. **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME -MDS /SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL -SNAS** 2023. Disponível em:

<<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/PRODUTO%20%20-%202010%20doc%20FINAL.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2024.

BRUM M. (2013), Favelas e remocionismo ontem e hoje: da ditadura de 1964 aos Grandes Eventos, **O Social em questão**, n° 29, pp. 179-208.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, 17(49), 117-133. <https://doi.org/10.1590/s0103-40142003000300008>. 2003

CARVALHO, C. S. Diálogos entre Marxismo e Decolonialidade na America Latina: Em busca de uma praxis revolucionaria. **XVIII Congresso Internacional do FoMerco**, online, 2021.

CASTELLS, M. **a comunicação em rede está revitalizando a democracia**. Disponível em: <<https://www.fronteiras.com/leia/exibir/manuel-castells-a-comunicacao-em-rede-esta-revitalizando-a-democracia>>. Acesso em: 29 jan. 2024.

CASTILHO, D. R.; LEMOS, E. L. DE S.; GOMES, V. L. B.. Crise do capital e desmonte da Seguridade Social: desafios (im)postos ao Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, n. 130, p. 447–466, set. 2017.

CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistêmica más allá del capitalismo global**. Bogota: Siglo del Hombre, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar., 2007.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago & MENDIETA, Eduardo (1998). "Introducción: la translocalización discursiva de Latinoamérica en tiempos de la globalización", em CASTRO-GÓMEZ, Santiago & MENDIETA, Eduardo (coords.). **Teorías sin disciplina: latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate**. México: Miguel Ángel Porrúa.

CFESS/CRESS. **Série Assistente Social no combate ao preconceito: Racismo**. Brasília, DF: CFESS/CRESS, 2016.

CFESS/CRESS. Diálogos do Cotidiano – assistente social: reflexões sobre o trabalho profissional. **CADERNO 2**. Brasília: CFESS/CRESS, 2022.

CIMINI, F.; JULIÃO, N.; SOUZA, A. A estratégia brasileira de combate à COVID-19: como o vácuo de liderança minimiza os efeitos das políticas públicas já implementadas | **Observatório de Política e Gestão Hospitalar**. Disponível em: <<https://observatoriohospitalar.fiocruz.br/conteudo-interno/estrategia-brasileira-de-combate-covid-19-como-o-vacu-de-lideranca-minimiza-os>>. Acesso em: 29 jan. 2024.

COLAÇO, Thais Luzia. **Novas perspectivas para a antropologia jurídica na América Latina: o direito e o pensamento decolonial**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012.

COSTA, A. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**, 5(2). <https://doi.org/10.22409/rg.v5i2.380> 2013

COSTA, Raquel Cristina Serranoni e LEÃO, Paula Silva. Cidadania, Direito Social e Proteção Social in: SPOSATI, Aldaíza (Org.). **SUAS e Proteção Social na Pandemia COVID-19 – Nota Técnica do NEPSAS**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. Disponível em <https://cisama.sc.gov.br/assets/uploads/23b57-nota-tecnica-agosto.pdf>.

COUTO, B. R. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira uma equação possível?** 2ed. São Paulo : Cortez, 2004

CHAPARRO, Y. **O que resta depois**. Brasil: Editora Terra Sem Amos, 2022.

DA SILVA, B. **Eu sou favela**. Brasil. SONY MUSIC ENTERTAINMENT BRASIL LTDA, 1992. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=Qm\\_t8PiGbBE&ab\\_channel=BezerradaSilva-Topic](https://www.youtube.com/watch?v=Qm_t8PiGbBE&ab_channel=BezerradaSilva-Topic). Acesso em: 29 jan. 2024

DEGENSZAJN, R. R.; PAZ, R. D. O. DA .; WANDERLEY, M. B.. Por que precisamos falar de desigualdade?. **Serviço Social & Sociedade**, n. 141, p. 157–163, maio 2021.

DELGADO, M. **Brasil tem “boom” de população de rua, que segue invisível** – DW – 15/03/2022. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/brasil-tem-boom-de-popula%C3%A7%C3%A3o-de-rua-que-segue-invis%C3%ADvel-para-o-poder-p%C3%BAblico/a-61135058>.

DEPARIS, S. R. **União das Nações Indígenas (UNI): Contribuição ao movimento indígena no Brasil (1980-1988)**. Dissertação —Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD): 2007.

DIEHL D. A; UCHIMURA, G. C. (2021). Apresentação: pandemia, direitos e movimentos sociais. **InSURgência: Revista De Direitos E Movimentos Sociais**, 7(1), 8–13. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/36288>

EMICIDA. **AmarElo**. Laboratório Fantasma, 2022. Acesso em: 27 jan. 2024.

ENGELS, Friedrich. **Para a questão da habitação**. Leipzig: Avante, 1873. Disponível em: [http://resistir.info/livros/engels\\_q\\_habitacao.pdf](http://resistir.info/livros/engels_q_habitacao.pdf).

EVARISTO, C. **Os bravos e serenos herdarão a terra. In: Poemas da recordação e outros movimentos**. Rio de Janeiro: Male, 2017.

FARIA, A. REFLEXÕES SOBRE CARTOGRAFIA SOCIAL: COMUNIDADES TRADICIONAIS NA LUTA POR DIREITOS E VALORIZAÇÃO. Online: **X Fórum Nacional NEPEG**, 2020. Disponível em: <https://nepeg.com/newnepeg/wp-content/uploads/2017/02/1-201078-REFLEX%C3>

%95ES-SOBRE-CARTOGRAFIA-SOCIAL\_formatado.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2024.

FERREIRA, Vinicius; SACRAMENTO, Igor. Movimento LGBT no Brasil: violências, memórias e lutas. V.13, N 2. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação Em Saúde**, 2019

FGV. **Desigualdade de Impactos Trabalhistas na Pandemia**. 2021. Disponível em: <<https://cps.fgv.br/DesigualdadePandemia>>. Acesso em: 29 jan. 2024.

FIOCRUZ. **Homicídios de mulheres no Brasil aumentam 31,46% em quase quatro décadas**. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/noticia/homicidios-de-mulheres-no-brasil-aumentam-3146-em-quase-quatro-decadas>>. Acesso em: 29 jan. 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2024.

FRANCISCO, Eliana Aparecida. IMPORTÂNCIA DAS NARRATIVAS NA CONSTRUÇÃO DA CARTOGRAFIA DO TERRITÓRIO. 2018. **Anais do 16o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. 2018

GALEANO, E. **O Livro dos Abraços**. 9 edição ed. Porto Alegre: L&PM Editores, 2002.

\_\_\_\_\_. **E. As veias abertas da America Latina**. Porto Alegre (Rs): L & Pm Pocket, 2010.

GASPAR, Elio. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais – Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997. p. 255-267.

\_\_\_\_\_. **Conselhos Gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2001.

GOMES, R. C. C., SILVA, A. B., SILVA, V. P. Política habitacional e urbanização no Brasil. Scripta Nova. **Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2003, vol. VII, núm. 146(083). <[http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(083\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(083).htm)> [ISSN: 1138-9788] HOLZ, Sheila y

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de Capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios continuas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

II VIGISAN. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil.** [s.l.] Fundação Friedrich Ebert : Rede PENSSAN, 2022.

LANDER. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Edgardo Lander (org). **Colección Sur Sur**, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005.

LEDA, Manuela Corrêa. Teorias pós-coloniais e decoloniais: para repensar a sociologia da modernidade. **Temáticas**, Campinas, 23, (45/46): 101-126, fev./dez. 2015.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço.** Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions. 1991.

LIRA, Bruno Ferreira Freire Andrade. Estado, pandemia e reprodução de desigualdades interseccionais no Brasil: uma reflexão a partir da tensão colonialidade/decolonialidade. **Revista Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 24, p. 1-35, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/download/66307/36975/322163>. Acesso em: 10 jan. 2024.

MARASCIULO, Marília. Na pandemia de COVID-19, negros morrem mais do que brancos, por quê? **Revista Galileu**, Rio de Janeiro, 29 de maio de 2020. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2020/05/na-pandemia-de-covid-19-negros-morrem-mais-do-que-brancos-por-que.html>. Acesso em: 29 set. 2020.

MARICATO, Ermínia. **Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras.** São Paulo , v. 14, n. 4, p. 21-33, 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392000000400004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000400004&lng=en&nrm=iso)>.

\_\_\_\_\_. **Metrópole, legislação e desigualdade.** Estud. av., São Paulo , v. 17, n. 48, p. 151-166, 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142003000200013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000200013&lng=en&nrm=iso)>.

MARQUES, Rosa Maria; UGINO, Camila Kimie. **O Brasil é chamado à ordem.** **Revista Argumentum**, Vitória, v. 9, n. 3, p.8-23, set./dez. 2017

MARTINELLI, M. **HISTÓRIA ORAL: EXERCÍCIO DEMOCRÁTICO DA PALAVRA.** [s.l: s.n.]. 2018. Disponível em: <[http://acaspj.org/wp-content/uploads/2018/03/Hist%C3%B3ria-Oral\\_Exerc%C3%ADcio-democr%C3%A1tico-da-palavra-1.pdf](http://acaspj.org/wp-content/uploads/2018/03/Hist%C3%B3ria-Oral_Exerc%C3%ADcio-democr%C3%A1tico-da-palavra-1.pdf)>. Acesso em: 28 jan. 2024.

MARTINELLI, M. O uso da abordagem qualitativa na pesquisa em Serviço Social, in Martinelli, Maria Lúcia (org.). **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio.** São Paulo, Veras Editora, 2ª ed., 2012, p. 11-30.

MENDES, Jussara M. R. e PRATES, Jane C. , Algumas reflexões acerca dos desafios para a consolidação das diretrizes curriculares. **Revista temporalis nº 14**. Brasília, ABEPSS, 2007.

MIGNOLO, W. D. NOVAS REFLEXÕES SOBRE A “IDÉIA DA AMÉRICA LATINA”: a direita, a esquerda e a opção descolonial. **Caderno CRH**, v. 21, n. 53, 7 nov. 2008.

\_\_\_\_\_. **The darker side of western modernity: global futures, decolonial options**. Durhan & London: Duke University Press, 2011.

NALIN, Nilene Maria. **Os significados da moradia: um recorte a partir dos processos de reassentamento em Porto Alegre**. 2007. 172f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

OLIVEIRA, R. C. Direitos Humanos em Tempos de Pandemia: Desafios e Perspectivas. **Anais do Congresso Brasileiro de Direito Internacional**, 5(1), 258-276. 2021.

OLIVEIRA, J. AVANÇO NEOLIBERAL E OS DESAFIOS À POLÍTICA DE SAÚDE NO BRASIL. Online: **X Jornada Internacional de Políticas Públicas**, 2021. Disponível em: <[https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho\\_submissaoid\\_890\\_890612993a2b70e6.pdf](https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaoid_890_890612993a2b70e6.pdf)>. Acesso em: 29 jan. 2024.

OLIVEN, R. G. **Urbanização e mudança social no Brasil**. [s.l.] Centro Edelstein, 1980.

OBSERVATORIO BRASILEIRO DAS DESIGUALDADES. **UM RETRADO DAS DESIGUALDADES NO BRASIL HOJE** (ABCD, CEBRAP, Eds.). 2023 Disponível em: <<https://combateasdesigualdades.org/wp-content/uploads/2023/08/RELATORIO-FINAL-.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2024.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU**. 1948 Disponível em: <<http://www.onu-brasil.org.br/documentos/direitos-humanos.php>>. Acesso em: 28 jan. 2024.

OSORIO, J.. **O Estado de contra a insegurança com o coro eleitoral na América Latina**. Blog. 2020

PAIM, M. et al. SUS na mídia em contexto de pandemia. **Saúde em Debate**, v. 46, p. 599–612, 12 set. 2022.

PAIVA, M. **Confira a charge de Miguel Paiva desta sexta-feira**. 2023. Disponível em: <<https://www.jb.com.br/pais/2018/12/963090-confira-a-charge-de-miguel-paiva-desta-sexta-feira.html>>. Acesso em: 30 jan. 2024.

PAN, LC et al. Proteção social e experiências terapêutico-ocupacionais: a vida na pandemia de Covid-19. **Interface** (Botucatu). 2021; 25 (Supl. 1): e200753.

PEREIRA, Camila Potyara. A Proteção Social em tempos sem bríos. **Revista Argumentun**, Vitória, v. 9, n. 3, p. 24-29, set./dez. 2017. Disponível em :<https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/17945/12637>. Acesso em: 28 jan. 2024.

PEREIRA, A., SANTOS, B., & SILVA, L. Mães universitárias: a luta pela conciliação da maternidade com a universidade. **South American Development Society Journal**, 8(23), 152. <https://doi.org/10.24325/issn.2446-5763.v8i23p152-166> 2022.

PRATES, Jane Cruz. Planejamento da Pesquisa Social. In: **Revista Temporalis**, Ano 4, no. 7, Porto Alegre, ABEPSS, 2004.

QUIJANO, Aníbal. “**América, el capitalismo y la modernidad nacieron el mismo día**” em ILLA (Lima) N° 10, janeiro. 1991.

\_\_\_\_\_, Aníbal. “Capítulo de Aníbal Quijano. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina”. **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciências sociais**. Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires, CLACSO, 2000.

RANGEL, M. L. et al. SUS na mídia em contexto de pandemia. **Saúde em Debate**, v. 46, n. 134, 2022.

REGHIM, Mariane Silva. **Movimentos Sociais o pensamento decolonial: da abordagem hegemônica à geografia do conhecimento**. Monografia, Curso de Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2014.

REIS, R., GERALDES, E., & Zanetti, D. Ainda invisíveis?. **Intexto**, (53), 112962. <https://doi.org/10.19132/1807-8583202253.112962>. 2022

ROCHA, Ricardo Luiz. **Ficar em que casa?** [Internet]. Rio de Janeiro: RADIS; 2020 [citado 10 Set 2020]. Disponível em: <https://radis.ensp.fiocruz.br/index.php/home/opiniao/editorial/ficar-em-que-casa>. Acesso em: 10 Set 2023.

ROLNIK, R. **As cartografias anticapitalistas de David Harvey**. 2020. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2020/04/28/as-cartografias-anticapitalistas-de-david-harvey/>>. Acesso em: 28 jan. 2024.

ROMAGNOLI, R. C. A cartografia e a relação pesquisa e vida. **Revista Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 166-173, maio/ago. 2009.

ROSA MARIA MARQUES et al. **Pandemias, crises e capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

SANTOS, Manuela Fonseca Pinheiro dos. Serviço Social e descolonialidade: relações entre Questão Colonial e Questão Social no Brasil. In: **Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul**, v. 2, n. 1, 2018.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: Hucitec, 1978.

\_\_\_\_\_, Milton. **Da totalidade ao lugar**. 1. ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

\_\_\_\_\_. **Espaço e Método**. 5. ed., 2 reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2010.

SEGATO, R.. Las virtudes de la desobediencia. **Revista Anfibia**. Disponível em: <http://revistaanfibia.com/ensayo/virtudes-de-la-desobediencia/>. 2019.

SILVA, A. F. A Participação de Organizações da Sociedade Civil na Construção de Políticas Públicas de Saúde. **Saúde em Debate**, 46(112), 276-290. 2022.

SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso**. São Paulo: Leya, 2019.

SOUZA, M. L. Movimentos Sociais e a Pandemia de Covid-19: Desafios e Possibilidades. **Revista de Sociologia e Política**, 28(73), 147-166. 2020.

SPOSATI, Aldaíza (Org.). **SUAS e Proteção Social na Pandemia COVID-19 – Nota Técnica do NEPSAS**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. Disponível em <https://cisama.sc.gov.br/assets/uploads/23b57-nota-tecnica-agosto.pdf>.

SPOSATI, Aldaíza. Descaminhos da Seguridade Social e desproteção social no Brasil. In: **Revista Ciência e Saúde Coletiva** [online], 2018, vol.23, n.7, Disponível em <https://doi.org/10.1590/1413-81232018237.10202018>.

STOCCO, A.; PANDOLFI, A.; LEITE, I. Algumas considerações sobre a proteção social no Brasil, no Chile e em Cuba. In: **ANALISES DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL NA AMERICA LATINA: BRASIL, CHILE E CUBA**. PORTO ALEGRE: edPUCRS, 2018.

STREB, Taili Joana. **Com quantos tijolos se faz uma moradia?**. 70 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

TEIXEIRA, J. B., BRAZ, M. O projeto ético-político do Serviço Social. In: **CFESS/ABEPSS. Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL: IMPACTOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E AMBIENTAIS. **Revista Eletrônica da**

**Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Três Lagoas-ms, v. 2, n. 2, p.21-42, set. 2005

ZIBECHI, R. **Territórios em rebeldia**. [s.l.] Editora Elefante, 2022. v. 1

ZIBECHI, R. Corona vírus: a militarização das crises. In.: DAVIS, Mike et al (Orgs.) **Corona vírus e a luta de classes**. Terra sem amos: Brasil, 2020, p. 31-33.